

CAMILA BROER DIEGUEZ SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA COLÔNIA DE
PESCADORES Z-04 ENQUANTO ATOR SOCIAL DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA.**

BELÉM
2012

CAMILA BROER DIEGUEZ SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA COLÔNIA DE
PESCADORES Z-04 ENQUANTO ATOR SOCIAL DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.
Área de concentração: Gestão Ambiental-Desenvolvimento
territorial e ações públicas locais.
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes.

BELÉM
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profº David Sá / UFPA, Castanhal-PA

Silva, Camila Broer Dieguez

Gestão ambiental : uma análise das ações da colônia de pescadores Z- 04 enquanto ator social do processo de desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA / Camila Broer Dieguez Silva ; orientador Sérgio Cardoso de Moraes. — 2012.

177 f. : il. ; 31 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2012.

1. Gestão ambiental - São Caetano de Odivelas (PA). 2. Desenvolvimento sustentável - São Caetano de Odivelas (PA). 3. Pescadores - São Caetano de Odivelas (PA). I. Moraes, Sérgio Cardoso, orientador. II. Título.

CDD - 22. ed. 363.70098115

CAMILA BROER DIEGUEZ SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA COLÔNIA DE
PESCADORES Z-04 ENQUANTO ATOR SOCIAL DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de
Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão Ambiental-Desenvolvimento
territorial e ações públicas locais.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Cardoso de Moraes – Orientador
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará

Prof. Thomas Adalbert Mitschein – Membro
Doutor em Sociologia, História da Economia e Ciência Política
Universidade Federal do Pará

Profa. Nádia Magalhães da Silva Freitas - Membro
Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidade Federal do Pará

*Aos meus pais, Maria Teresa e Alberto;
Ao meu esposo Edvaldo;
As minhas irmãs Marcela e Margarida;
Ao meu sobrinho Lucas.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado forças para prosseguir o mestrado, diante de várias dificuldades enfrentadas;

Ao Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, pela atenção e orientação, tornando possível à realização deste trabalho;

À bibliotecária Esp. Maria do Socorro Barbosa Albuquerque, pela ajuda e atenção;

Ao meu chefe imediato, Prof. MsC. Adriano Sales dos Santos Silva, pela compreensão e apoio;

À minha amiga Carla Almeida, por ter sido colega no mestrado e companheira nas horas difíceis e;

A todos que contribuíram direta ou indiretamente, para o desenvolvimento deste trabalho.

Nada mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir, ou de mais incerto sucesso, do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas, pois o inovador tem contra si todos os que se beneficiavam das antigas condições e apoio apenas tívio dos que poderão se beneficiar com a nova ordem.

Nicolau Maquiavel

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a investigar como as ações de gestão ambiental, desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04, influenciam no desenvolvimento local do município de São Caetano de Odivelas/PA. Para tanto, analisou-se as ações da referida colônia, enquanto organização responsável por defender os interesses e direitos dos trabalhadores do setor artesanal da pesca local, quanto por representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente. Além disso, definiu-se os pressupostos de desenvolvimento local com o intuito de a partir deles relacionar as ações da colônia com o processo de desenvolvimento local do município supracitado. No que diz respeito à metodologia foram apresentadas as características da pesquisa, os seus sujeitos e as informações relativas à coleta e à análise dos dados. Assim, o estudo caracterizou-se como qualitativo e utilizou as técnicas da entrevista semiestruturada e a da observação não participante. Os sujeitos foram os pescadores sócios da colônia. Estes foram divididos em três categorias de acordo com os cargos ocupados: os pescadores, os capatazes e os dirigentes da colônia. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, mais especificamente por meio dos métodos de análise por categorias temáticas e de análise do discurso, de modo que com o objetivo de se proceder à análise e à discussão dos resultados a pesquisa seguiu quatro passos: transcrição integral das entrevistas; divisão dos resultados obtidos em categorias temáticas; análise dos discursos dos entrevistados e por último relacionou-se a referida análise com o quadro teórico apresentado. Por fim, foram feitas as considerações finais do estudo, onde constatou-se que as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04 têm influenciado parcialmente no desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA. Diante disso, foram sugeridas algumas recomendações aos membros da organização analisada.

Palavras - chave: Gestão Ambiental, Colônia de Pescadores, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This study proposed to investigate how environmental management actions, developed by the colony of fishers Z-04, influenced the development local of São Caetano de Odivelas / PA. For this, we studied the colony's actions, as an organization responsible for protecting the interests and rights of workers in the artisanal fishing's place, and to represent, before the public agencies against any actions of overfishing and degradation of the environment. In addition, we defined the assumptions of local development with the purpose of relate them from the colony's actions with the local development process in the city above. Talking about of methodology were showed characteristics of the study, their subjects and information about collecting and analyzing data. Thus, the study characterized as qualitative and used semi-structured interview techniques and the non-participant observation. The participants were members of fishers colony. These were divided into three categories according to the positions held: fishers, foremen and leaders of the colony. The informations were analyzed using the technique of content analysis, more specifically by the methods of analysis for themes and discourse analysis, so in order to proceed to the analysis and discussion of research results followed four steps: full transcript of the interviews; division of results into thematic categories; analysis of the interviews and finally related to this analysis with the theoretical framework presented. Finally, the final remarks were made on the study, it was found that the environmental management actions undertaken by the fishers colony of Z-04 have partially influenced in the local development of São Caetano de Odivelas / PA. Therefore, some recommendations were suggested to members of the organization examined.

Keywords: Environmental Management, Fishers's Colony, Local Development.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Porto Pesqueiro da Comunidade Monte Alegre.	50
Fotografia 02 – Prédio da Sede da Colônia de Pescadores Z-04	64
Fotografia 03 – Reunião na Associação das Mulheres da Pesca e Agricultura da Vila do Pereru.....	99
Fotografia 04 – Reunião na Associação do Clube das Mães da Comunidade de São João dos Ramos.	99
Fotografia 05 – Entrevista com a secretária da colônia.	101
Fotografia 06 – Entrevista com o tesoureiro e com o presidente do Conselho Fiscal.	102
Fotografia 07 – Pescadores da Comunidade Cachoeira reformando a rede de pesca	102
Fotografia 08 – Encontro com alguns dirigentes no prédio da sede da colônia.....	103
Fotografia 09 – Encontro com alguns dirigentes, capatazes e pescadores na Comunidade Monte Alegre.....	103
Fotografia 10 – Reunião dos membros do Conselho Fiscal.....	108
Fotografia 11 – Participação da secretária da colônia em um seminário realizado em Vigia/PA.	122
Fotografia 12 – Participação do presidente da colônia em um congresso realizado em Belém/PA.	122
Fotografia 13 – Participação da secretária da colônia em um evento realizado em Belém/PA	123
Fotografia 14 – A equipe da Marinha no prédio da sede da colônia.....	123
Fotografia 15 – Cerimônia de entrega das carteiras marítimas aos pescadores	125
Fotografia 16 – Pescadores com as suas carteiras marítimas.....	125
Fotografia 17 – Comandante da Marinha com o presidente da colônia e alguns pescadores.	126
Fotografia 18 - Pescadores preparando-se para a Procissão marítima do Círio de São Caetano de Odivelas/PA.....	158
Fotografia 19 – Procissão marítima do Círio	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Mudanças na política de desenvolvimento regional e local.....	35
Quadro 02 – Síntese de algumas definições de capital social.....	39
Quadro 03 – Diferenças entre a Pesca Artesanal e a Industrial.	92

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01 – Representação da Organização Nucleada da Colônia de Pescadores Z-04	100
Mapa 01 - Localização do Município de São Caetano de Odivelas/PA.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPAP	Associação das Mulheres da Pesca e Agricultura da Vila do Pereru
ANP	Articulação Nacional de Pescadores
BASA	Banco da Amazônia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos
CNP	Confederação Nacional dos Pescadores
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEPA	Federação Estadual dos Pescadores do Pará
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GRPS	Guia de Recolhimento da Previdência Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	International Forum on Globalization
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISO	International Organization for Standardization
LEMAC	Laboratório de Educação, Meio Ambiente e Cultura
LER	Lesões por Esforço Repetitivo
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Pará
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NIT	Número de Inscrição do Trabalhador
OCB	Organização de Cooperativas Brasileiras
OEMA'S	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
PNDGA	Plano Nacional de Descentralização da Gestão Ambiental
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
SEAPE	Secretaria de Estado da Administração e Previdência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEPAQ	Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde pública
SINE	Serviço Nacional de Emprego
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UFPA	Universidade Federal do Pará
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UICN	União Internacional para a Conservação da natureza e dos seus recursos
“Z”	Zona de Pesca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A GESTÃO AMBIENTAL	22
2. 1 BREVE HISTÓRICO	22
2. 2 DEFINIÇÕES E OBJETIVOS	27
3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL	31
3. 1 OS NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	31
3. 2 DEFINIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	35
3. 3 PROPOSIÇÕES DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	43
4 A PESCA	50
4. 1 DA ORIGEM À INDUSTRIALIZAÇÃO	54
4. 2 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE PESCADORES DO NORDESTE PARAENSE.....	60
4. 3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS PESQUEIROS DO NORDESTE PARAENSE	66
5 A REGULAÇÃO JURÍDICA DAS ATIVIDADES DAS COLÔNIAS DE PESCADORES	77
5. 1 OS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO	78
5. 2 A REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL.....	84
6 METODOLOGIA	94
6. 1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	94
6. 2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	98
6. 3 DADOS: COLETA E ANÁLISE	98
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	107
7. 1 QUANTO À ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	107
7. 2 QUANTO ÀS AÇÕES DA COLÔNIA.....	109
7. 2. 1 A presença da colônia nas capatazias	109
7. 2. 2 As ações da colônia em defesa do meio ambiente	113

7. 2. 3 A realização das ações da colônia em defesa dos direitos e interesses do pescador.....	133
7. 3 QUANTO À PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES	136
7. 4 QUANTO À RELAÇÃO DOS PESCADORES COM A COLÔNIA	141
7. 5 QUANTO AOS APOIOS EXTERIORES DA COLÔNIA	146
7. 6 QUANTO À IMPORTÂNCIA DA PESCA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA.....	150
7. 7 QUANTO AO SEGURO DEFESO.....	153
7. 8 ÁREA DE ESTUDO	157
7. 8. 1 Histórico	157
7. 8. 2 Localização.....	159
7. 8. 3 Economia.....	160
7. 8. 4 Área, população e densidade demográfica.....	160
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS	164
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	173
APÊNDICES	174
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista à diretoria da Colônia de Pescadores Z-04	175
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aos pescadores sócios e capatazes da Colônia de Pescadores Z-04.....	176
APÊNDICE C - Termo de Consentimento	177

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem se percebido muitas iniciativas em prol da defesa do meio ambiente. Entretanto, tal preocupação não é algo recente. Shigunov Neto, Campos, Shigunov (2009) relatam que já no início da década de 1970 foram verificadas algumas atitudes de países industrializados no que diz respeito à formulação e implementação de legislação sobre questões ambientais. Em complementação, Corazza (2003) diz que a partir desse período, observou-se uma movimentação das organizações no sentido da incorporação, em seus ambientes, de uma nova função, isto é, a do profissional responsável pelo meio ambiente.

Porém, as discussões a respeito dos problemas ambientais, no planeta, se aceleraram com a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. Como forma de retratar a importância desse evento, Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004, p. 672) dizem o seguinte:

[...] Esse é considerado um marco das questões ambientais, quando o mundo procura compreender e discutir os problemas do meio ambiente em escala global, buscando respostas a sérias questões e controvérsias, coordenando ações e procurando definir linhas de atuações futuras.

Os referidos autores acrescentam que, como consequência da Conferência de Estocolmo foi instituída no Brasil, no início da década de 1980, a Política Nacional do Meio Ambiente. Além disso, foram criadas várias secretarias estaduais de Meio Ambiente, de modo que pouco tempo depois esse exemplo foi seguido por alguns municípios.

Todavia, no campo do estudo, foi somente a partir do final da década de 1990 que a gestão ambiental começou a ser objeto dos pesquisadores nacionais, de forma que hoje em dia tem sido tema de artigos de pesquisadores de várias áreas de conhecimento.

Com isso, observa-se que questões relacionadas à preservação do meio ambiente têm sido muito debatidas por meio de conferências e encontros, onde representantes do governo se reúnem com o intuito de discutir a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ambiental. Como exemplo, pode-se citar a Rio 92, que foi considerada a maior conferência mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Por ter tido a participação de representantes governamentais de todo o mundo se tornou o marco global das discussões sobre o assunto. Um de seus principais resultados foi o documento chamado de Agenda 21 que reflete o consenso global e o compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental, de modo que cada país implantasse suas agendas. As mesmas deveriam dar subsídios às agendas locais,

porém muitas ainda não saíram do papel em muitos municípios brasileiros, principalmente no estado do Pará, onde a Agenda 21 responsabilizou os municípios pela implantação de suas agendas locais.

Entretanto, apesar de todos esses esforços, nos dias de hoje, tem se comentado muito sobre uma possível crise ambiental. Para Rocha (2002, p.1) essa crise se traduz na “possível “insustentabilidade” ambiental do atual modelo civilizatório de desenvolvimento e se deve aos graves problemas ambientais causados pelo uso intensivo dos recursos naturais em várias regiões do mundo”. Com isso, torna-se importante comentar que a partir dos anos 70 começaram a aparecer sugestões de vários pesquisadores no que diz respeito à proposição de novos modelos de desenvolvimento, os quais apresentam em comum o desenvolvimento de uma nova lógica ambiental levando-se em consideração as aspirações, as especificidades e as estratégias produtivas das comunidades locais. Para ilustrar esse novo processo, Tozi (2007, p.14) afirma que

Dentro da perspectiva de desenvolver o local, ou do “pensar globalmente e agir localmente”, adotou-se estratégias de desenvolvimento, no qual o desenvolvimento em pequena escala seria a chave do desenvolvimento global. Desta maneira, o local ganhou ênfase. Posto que cada localidade ou município conheça suas especificidades, portanto, seus problemas e as melhores estratégias para resolvê-los, envolvendo a sociedade como um todo na busca de melhores resoluções. Além disso, a administração pública necessita achar resoluções para seus problemas. Portanto, a descentralização da gestão será uma forma de sanar os desafios propostos pela administração do meio ambiente e da economia.

Através dessa colocação, nota-se que as propostas relacionam o processo de desenvolvimento local ao meio ambiente, de tal forma que se implantando o processo de desenvolvimento de acordo com os moldes propostos estar-se-á colocando em prática uma nova forma de tratar o meio ambiente. Sendo assim, dentre as características desses novos modelos podem ser citadas as seguintes: a participação efetiva dos atores sociais, incluindo-se tanto os locais, quanto os exteriores; o município como gestor de suas ações; consideração dos paradigmas universais, porém moldando-os às especificidades do lugar; entre outras. Convém ressaltar que essa questão será bem mais explicada no capítulo destinado ao desenvolvimento local.

Ainda sobre a referida crise, muitos autores consideram que ela pode ter sido definida na relação que o homem estabeleceu com a natureza desde o seu aparecimento no planeta. Sobre isso, Rocha (2002, p.3) complementa dizendo que “[...] a história da humanidade evidencia uma progressiva apropriação dos espaços físicos da superfície terrestre

na busca do homem por “novos” limites”. Para o autor, esse processo ocorreu não só pelo aumento populacional, mas, principalmente pela necessidade do homem em explorar e dominar os espaços a sua volta.

Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009, p. 53-54) acrescentam dizendo o seguinte:

O homem, desde o início de sua origem, exerce dominação e influência sobre o meio ambiente em que vive, entretanto, foi com o processo de industrialização que a degradação ambiental aumentou significativamente. Essa degradação e destruição do meio ambiente é consequência do crescimento das cidades, do crescimento das indústrias e pela ganância desenfreada de empresários, que visam lucro imediatamente sem nenhuma preocupação social e ambiental.

Dentro dessa perspectiva, nota-se que com o passar dos anos o homem definiu, como um dos principais objetivos dessa relação, a valorização econômica dos mais diversos recursos naturais em diferentes lugares do planeta, de forma que esses recursos passaram a ser transformados quase que imediatamente em objetos de consumo. Como exemplo disso, Furtado (1995) menciona os diferentes ciclos econômico da história brasileira, onde a descoberta de um produto de valor comercial, para os europeus, promovia a apropriação devastadora dos locais onde o mesmo se mostrava abundante.

Assim, a Amazônia pode ser citada como palco de uso das riquezas naturais do lugar motivado pelo valor econômico, de forma que com sua variedade de ecossistema é alvo de constantes explorações, sejam legais ou ilegais, nacionais ou internacionais, pública ou privada. Isso foi fruto, principalmente, da exaustão do modelo adotado pelos governos militares que mantiveram uma proposta autoritária e empenharam-se no desenvolvimento de políticas que viabilizassem a integração econômica da região amazônica ao restante do país e na defesa das áreas fronteiriças, já que com seu imenso estoque de recursos naturais e seus vastos espaços vazios foi considerada um meio para tentar solucionar problemas diversos. Nesse contexto, políticas de desenvolvimento foram formuladas e implementadas com o objetivo precípuo de maximizar imediatas vantagens econômicas, ou seja, as intervenções a partir da implementação dos planos nacionais ao longo dos sucessivos governos tinham caráter basicamente exploratório, no sentido de aproveitar a biodiversidade amazônica sem a mínima noção de preservação, mas com a finalidade de solucionar problemas de toda ordem. Estas estratégias de desenvolvimento geraram impactos sociais e ambientais adversos nas áreas rurais e urbanas da Amazônia ao longo da efetiva degradação em busca da geração de

riquezas. Dentre estes impactos podem ser citados: os fluxos migratórios, as disputas por terras, os desmatamentos e a exploração predatória dos recursos minerais e florestais (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Acrescenta-se ainda que nem sempre o valor econômico das riquezas naturais era direcionado para as comunidades locais, na maioria das vezes os centros hegemônicos é que recebiam os lucros dessa apropriação, de modo que para as comunidades restavam somente as mazelas sociais como herança. Esta situação pode ser melhor explicada por Odum apud Rocha (2002, p.4) através da seguinte citação:

A política que incentiva a “síndrome da indústria única”, na busca de desenvolvimento rápido para o “lugar”, quase sempre leva ao esgotamento de grande parte de seus recursos. Seus habitantes, em alguns anos “ficarão tão ou mais pobres como antes de sua instalação, porque não existe apoio ambiental para mais nada”. Odum ainda vai mais longe quando afirma que os investimentos nesta política são temporários e podem se transferir rapidamente de um lugar para o outro quando se vêem ameaçados. Além disso, pouco ou nenhum lucro de uma indústria exploradora desse tipo permanece na área: o dinheiro é exportado pra outras áreas, onde o desenvolvimento econômico é ainda possível.

Apesar de todos os exemplos concretos de degradação, este processo continua a existir, ou seja, as pessoas continuam agindo como se os recursos naturais fossem inesgotáveis, como se no futuro não fossem existir outros que precisassem desses recursos para sobreviver. Para exemplificar tal situação, considera-se importante citar o seguinte:

Esta trajetória se dá num modelo civilizatório em que o mercado exige, cada vez com mais intensidade, produtos e atrativos raros. Em nome desse mercado, o homem do ocidente continua explorando os recursos de “todos” os lugares onde consegue chegar com sua ciência, técnica e máquinas. Nisto o meio ambiente continua sendo um atrativo mercantil e sua preservação problema e responsabilidade dos que virão (ROCHA, 2002, p.4).

Nesta mesma perspectiva, é fundamental citar o que afirma Andreoli (2007, p.3):

Passamos por um momento crucial para pensarmos o que é conservar os recursos naturais e também a diversidade cultural que, principalmente no Brasil, é extensa. Conservar no sentido de uma prática como qualquer outra, ou seja, feita de comportamentos, técnicas e conhecimentos. A conservação da natureza vem sendo reconhecida como fundamental para assegurar a sobrevivência do homem e para a manutenção dos equilíbrios ecológicos (como a regulação do clima e a proteção do solo contra a erosão), como comprovam as várias convenções internacionais em vigor que visam essa mesma conservação (nomeadamente a Convenção sobre Diversidade

Biológica e a Convenção relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa) e a ação da UICN (União Internacional para a Conservação da natureza e dos seus recursos), que tem desempenhado um papel fundamental no fomento da conservação a nível internacional. O solo, as águas, as florestas, os oceanos, a fauna, a flora e as paisagens são recursos naturais insubstituíveis e vitais, que interessa preservar e transmitir às gerações futuras, não só pelo seu valor produtivo (pelo fornecimento de alimentos, medicamentos, materiais de construção, combustível, fibra, entre outros), como também pelos seus valores culturais, educacionais, estéticos e turísticos. Para muitos povos, a natureza assume ainda um papel fundamental, como é o caso dos pescadores artesanais, que dependem dela para a sobrevivência de seu trabalho.

Em complementação, Cardoso (2009, p. 10) faz as seguintes considerações:

[...] Aponta a importância do que convencionou tratar de pesca artesanal, na economia do pescado e como um setor que pode se aliar às estratégias de preservação dos recursos naturais. Esta importância se baseia na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado.

É dentro desse contexto que está inserida a presente pesquisa, ou seja, na importância da preservação do meio ambiente para a sobrevivência de uma comunidade de pescadores artesanais e da consequente contribuição de sua atividade profissional para o desenvolvimento local da região. Para tanto, pelo fato de o trabalho ter sido realizado em uma colônia de pescadores, torna-se necessário mostrar a sua importância enquanto organização. Diante disso, os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008 apresentam o seguinte:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. Art. 3º Às Colônias de Pescadores regularmente constituídas serão assegurados os seguintes direitos: IV – representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente (BRASIL, 2008, p.1).

Através desses artigos, observa-se a responsabilidade das colônias de pescadores perante os trabalhadores do setor artesanal da pesca e para com a preservação do meio ambiente. Com relação a esses trabalhadores, as colônias são responsáveis por defender os seus direitos e interesses em nível local. Quanto ao ambiente, observa-se que a colônia é uma organização que deve promover ações em sua defesa. E são justamente estas ações que

compreendem o objeto de estudo da presente pesquisa, acrescentando-se ainda a contribuição das mesmas para o desenvolvimento local do município de São Caetano de Odivelas/PA, ou seja, pretende-se investigar como as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04 influenciam no desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA.

Diante do exposto, o problema da pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: Como as ações de gestão ambiental da colônia de pescadores Z-04 podem contribuir para o desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA?

É importante ressaltar que a realização da pesquisa em uma colônia de pescadores surgiu da vontade de estudar a importância das populações locais para o desenvolvimento de uma região, associando-se a isto a preservação do meio ambiente como requisito primordial para a sobrevivência de tais populações. Para o presente estudo, esta colocação significa dizer que os pescadores artesanais dependem diretamente do meio ambiente para sobreviver e continuar exercendo sua profissão, sendo fundamental que a colônia, enquanto organização responsável, dentre outros fins, defenda seus interesses e direitos em nível local, e realize ações em defesa do meio ambiente.

Quanto ao local de realização da pesquisa, o município de São Caetano de Odivelas/PA foi escolhido por dois motivos: primeiro, pelo fato de que a região já vinha sendo estudada pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Educação, Meio Ambiente e Cultura (LEMAC) no qual esta pesquisadora se inseriu, a partir do mestrado, e segundo, em razão de o município apresentar as condições favoráveis para o estudo. Dentre estas, podem ser citadas as seguintes: possui como fonte econômica a pesca, a agricultura e a exportação do *ucides cordatus* (caranguejo); é considerado o principal fornecedor de caranguejo do Pará e tem a economia fundamentada na extração do caranguejo, além da produção de farinha de mandioca e peixes congelados, exportados, principalmente, para fora do estado, para a capital e demais municípios.

Com isso, a pesquisa possui como objetivo geral o de investigar como as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04 influenciam no desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA. E apresenta como objetivos específicos: identificar as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04; definir os pressupostos do desenvolvimento local e relacionar as ações de gestão ambiental da colônia de pescadores Z-04 com o desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA a partir dos pressupostos.

Dessa maneira, o trabalho está dividido em oito partes, incluindo-se essa introdução, onde é feita uma breve síntese do que vai ser apresentado no decorrer da dissertação. A

segunda parte diz respeito à gestão ambiental, onde procura-se, através de autores que tratam do assunto, contextualizar como a mesma surgiu e a partir de quando passou a ser considerada essencial para as organizações. Em seguida são apresentadas e discutidas várias definições acerca da gestão ambiental e, por fim, são mostrados os objetivos desta gestão.

Na terceira parte, são apresentadas as perspectivas de alguns autores a respeito do desenvolvimento local. Com isso, são mostrados e discutidos os elementos caracterizadores dos novos paradigmas desse desenvolvimento e são definidos os pressupostos que podem promovê-lo. Para finalizar são abordadas sugestões de alguns pesquisadores que contribuem para esse estudo com proposições no que se refere a novos modelos de desenvolvimento como forma de reverter ou pelo menos minimizar o modo de intervenção da sociedade sobre a natureza.

Já na quarta parte são mostradas várias informações a respeito da pesca, enquanto uma das mais antigas atividades desempenhadas pelo homem, além da sua importância para o desenvolvimento político, econômico, cultural e social em nível mundial. Assim, é feita uma contextualização histórica desde o seu surgimento até os dias de hoje. Nesse contexto é discutido também o tipo de pesca predominante em cada período da história, sendo relatadas as principais diferenças entre elas. Por fim, como o presente estudo foi realizado em um município do estado do Pará são apresentadas as formas de organização social do Nordeste paraense, com destaque para as colônias de pescadores e, os movimentos sociais pesqueiros da região mencionada.

A quinta parte diz respeito às disposições sobre a regulação jurídica das atividades das colônias de pescadores. Para tanto, são mostrados e discutidos os princípios do Direito Ambiental que têm relação com o que é ou que deveria ser praticado na colônia de pescadores Z-04, mais especificamente, os princípios da prevenção e precaução. Posteriormente é apresentada a regulamentação infraconstitucional, ou seja, a legislação que trata da atividade da pesca e suas implicações, com destaque para a Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008; a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Nessas legislações são mostrados e analisados somente os artigos que estabelecem relação com as ações da colônia estudada.

A sexta parte diz respeito à metodologia utilizada na pesquisa, onde são mostradas as características e os sujeitos da pesquisa, a coleta e a análise dos dados e a área de estudo. Na sétima parte é apresentada a análise e a discussão dos resultados da pesquisa. E, finalmente na última parte, são feitas as considerações finais do trabalho.

2 A GESTÃO AMBIENTAL

Neste capítulo será apresentada uma contextualização histórica sobre a gestão ambiental, onde se discutirá como a mesma surgiu e a partir de quando passou a ser considerada fundamental para as organizações. Além disso, serão mostradas e debatidas algumas definições e objetivos dessa gestão.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Desde o advento da Revolução Industrial, devido à implantação de técnicas de produção em escala e de um modo de consumo predatório, observa-se a existência de problemas ambientais com maior ênfase. Com o objetivo de atender as demandas de consumo das populações que aumentavam o que importava era produzir cada vez mais, sem se preocupar com os métodos utilizados para isso e muito menos com os resultados desse modo de produção, o que acabava provocando um grande impacto das atividades humanas no meio ambiente.

Diante disso, a Revolução Industrial é considerada um marco histórico para a gestão ambiental, pois foi a partir dela que os problemas ambientais foram percebidos com maior ênfase, ou seja, com ela houve uma “[...] intensificação dos problemas ambientais por meio da degradação do meio ambiente e da diminuição dos recursos naturais” (SHIGUNOV NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009, p. 50). Sobre isso, os referidos autores acrescentam que:

[...] A Revolução Industrial compreende o momento em que o homem, pela necessidade e vontade de auferir maior lucro, começa a produzir mercadorias em grandes quantidades, necessitando, por isso, de uma quantidade cada vez maior de recursos naturais para a produção. (SHIGUNOV NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009, p.54).

A partir de então, como consequência do surgimento das máquinas, do desenvolvimento industrial e do processo de urbanização, houve um grande crescimento das atividades de produção e consumo, do qual resultou um acréscimo de resíduos nos diversos meios receptores (atmosfera, águas superficiais, subterrâneas e solos) e uma intensa exploração dos recursos naturais. Em complementação, Lima (2007, p.161) considera que “a partir da Revolução Industrial, no final do século XIX, a quantidade de poluentes descarregados na atmosfera, nas águas e no solo tem aumentado exponencialmente, alcançando limites insuportáveis para o meio ambiente”. Diante desta situação, as nações capitalistas começaram a sofrer problemas em virtude da utilização desenfreada de recursos

naturais e da escassez destes, surgindo dessa maneira em âmbito global questões a respeito da gestão desses recursos e sua sustentabilidade, o que acabou provocando o aparecimento de discussões sobre os impactos das organizações no meio ambiente.

Tozi (2007, p.16) complementa afirmando que:

A exploração intensiva de recursos naturais, e as conseqüências dessa crescente utilização ocasionaram questionamentos e resoluções sobre o como explorar a natureza sem agredi-la, ou seja, criar um desenvolvimento sustentável, no qual o homem pudesse explorar a natureza sem comprometer sua auto-sustentação, a própria natureza e, sem esquecer do futuro.

A partir daí, observou-se que as políticas ambientais começaram a ser incorporadas nas organizações. Para ilustrar como esse processo ocorreu, Bordalo (1999) apresenta três momentos que caracterizam o processo de desenvolvimento da política ambiental no Brasil. O primeiro, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970 foi considerado conservacionista; o segundo período ocorreu durante nos anos de 1980 e se caracterizou por ser uma fase político institucional, de difusão da conscientização e formulação da legislação ambiental. Já o terceiro período se deu nos anos de 1990, onde a gestão ambiental assumiu um caráter mais descentralizado e democrático, caracterizando-se por uma participação mais ativa da sociedade civil.

No último período citado foi observada a incorporação, cada vez mais intensa, da questão ambiental nas organizações, de maneira que o mesmo pôde ser caracterizado como sendo o de uma nova fase histórica da integração da gestão ambiental em organizações. Para ilustrar o que foi dito, Hoffman apud Souza (2002, p.4) diz o que segue:

Desde o começo da década de 90, portanto, a realidade do ambientalismo dentro do mundo dos negócios tem se tornado mais complexa que a simples conformidade com as leis ou a responsabilidade social. Proteção ambiental e competitividade econômica têm se tornado entrelaçadas. O que anteriormente foi dirigido por pressões que estavam fora do mundo dos negócios é agora direcionado por interesses que existem dentro dos ambientes econômico, político, social e mercadológico das empresas. Muitas organizações, ao obterem boa performance ambiental associada à boa gestão operacional, baixo risco financeiro e boas perspectivas de sucesso econômico futuro, estão começando a influenciar as normas de práticas corporativas e estão transformando o ambientalismo, de algo externo para algo que está dentro do sistema de mercado e que é central para os objetivos das empresa.

Através dessa colocação, nota-se que a variável ambiental se tornou um importante diferencial competitivo, com o qual as empresas devem se preocupar. A tendência é a de que

as mudanças organizacionais aconteçam em um patamar cada vez maior e mais rápido, como forma de as empresas atenderem às exigências relacionadas à preservação do meio ambiente. Clientes e consumidores estão passando a valorizar mais produtos ecologicamente corretos, isto é, aqueles que agridam o mínimo possível o meio ambiente. O consumo elevado de recursos naturais, sobretudo os não renováveis, vem sendo causa de uma busca frenética por soluções imediatas. Sendo assim, Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009, p.20) complementam dizendo o seguinte:

A demanda por produtos cultivados ou fabricados de forma ambientalmente compatível cresce mundialmente, em especial nos países industrializados. Os consumidores tendem a dispensar produtos e serviços que agridam o meio ambiente. Cada vez mais compradores, principalmente importadores, estão exigindo a certificação ambiental, nos moldes da ISO14.001, ou mesmo certificados ambientais específicos como, por exemplo, para produtos têxteis, madeiras, cereais, frutas, etc. Tais exigências são voltadas para a concessão do “Selo Verde”, mediante a rotulagem ambiental. Acordos internacionais, tratados de comércio e mesmo tarifas alfandegárias, incluem questões ambientais na pauta de negociações, culminando com exigências não tarifárias que, em geral, afetam produtores de países exportadores. Esse conjunto de fundamentos não é conclusivo, pois os quesitos apontados continuam em discussão e tendem a se ampliar. Essa é uma tendência indiscutível, te pelo fato de que apenas as normas ambientais da família ISO 14.001, que tratam do sistema de Gestão Ambiental e de auditoria ambiental, encontram-se em vigor.

Com isso, Bordalo (2007, p.121) considera que “os anos noventa marcaram um novo passo para a gestão ambiental no Brasil”. Assim, em 1990, mais precisamente no mês de março, o presidente Fernando Collor criou a Secretaria Nacional de Meio Ambiente. Em seguida, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) passou por uma reestruturação e houve a elaboração do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Sobre tal programa, Tozi (2007, p. 22-24) faz as seguintes considerações:

A Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA - instituída pela lei nº 6938 de 1981, diferente de outras leis, estabelece a distribuição e descentralização da gestão ambiental entre os níveis de governo, ou seja, distribui competências entre os órgãos federais, estaduais e municipais, e não mais obedecendo à política econômica, como era de costume. [...] A PNMA estabelece as principais bases para a gestão ambiental, seja no âmbito da União, seja no âmbito do município, lançando conceitos básicos para a gestão, tal como meio ambiente. [...] A PNMA adota como mecanismos para coordenar a Política Ambiental nas várias escalas políticas, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Por meio dessa citação, percebe-se que com a criação da PNMA a gestão ambiental passou a ser competência dos órgãos em todos os níveis, sejam eles federais, estaduais ou municipais, isto é, cada um passou a ser responsável pelas questões relacionadas à gestão ambiental dentro de sua jurisdição, de modo que para coordenar esse processo a PNMA criou mecanismos, tais como: o SISNAMA e o CONAMA.

Pouco tempo depois, no governo do presidente Itamar Franco, foi criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pela Lei nº 8.746/93, tendo como algumas de suas atribuições a responsabilidade pela gestão do território amazônico e dos seus recursos naturais (BRASIL, 1993). “[...] A gestão ambiental nesse período foi marcada por uma série de ações e atividades desenvolvidas por “Políticas Ambientais” da União, dos Estados e dos Municípios” (BORDALO, 2007, p. 121). Sobre as realizações desse governo, Tozi (2007, p.28) acrescenta que:

Com o objetivo de integrar os entes federados na gestão ambiental, em 1993 foi lançado o Plano Nacional de Descentralização da Gestão Ambiental - PNDGA, no qual buscava parceria para a gestão ambiental com os Estados e municípios, através da criação de Políticas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e a criação dos respectivos conselhos e órgãos gestores. Portanto, concerne aos Estados e municípios o desenvolvimento de suas próprias leis e normas e que não contrarie a legislação, resoluções, decretos, etc. federal. Desta forma, a gestão ambiental será descentralizada e representará a participação da sociedade como um todo, de forma sistêmica e integradora. Assim também serão fortalecidos os órgãos componentes do SISNAMA. Na avaliação da gestão ambiental descentralizada será possível aperfeiçoar a legislação ambiental federal; definir áreas prioritárias para atuação de órgãos ambientais; identificar, transferir ou delegar atividades e atribuições para órgãos estaduais e municipais, de acordo com a capacidade dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMA’s; e avaliar fontes de recursos para sustentação das OEMA’s.

Através dessa colocação, observa-se que no referido governo foi criado um importante instrumento de integração entre os entes federados, o PNDGA. Este possibilita certa autonomia aos estados e municípios, de modo que tais entes podem desenvolver suas leis e normas, contanto que não vá de encontro às legislações federais, por exemplo. Outra questão de destaque nesta citação se refere à participação da sociedade, que se caracteriza por ser um indicador de promoção do desenvolvimento local de um determinado município. Sendo relevante ressaltar que, esse ponto será melhor discutido no próximo capítulo.

Dois anos depois, mais precisamente em 1995, o presidente Fernando Henrique criou o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com as atribuições de consolidar o modelo de gestão ambiental integrado, descentralizado e

participativo, implantar a Política Nacional dos Recursos Hídricos, promulgada em janeiro de 1997 na forma de Lei nº 9.433 (BRASIL, 1997), e a nova Lei de Crimes Ambientais, em janeiro de 1998 (BRASIL, 1998). Outra grande conquista em nível federal foi a regulamentação do licenciamento ambiental integrado entre todas as esferas do governo. Sobre isso, o art. 6º da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997 diz que:

Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio. (BRASIL, 1997, p. 2).

Por meio dessa citação, observa-se a importância que o órgão ambiental municipal possui perante os empreendimentos e atividades de impacto local ou não, de tal maneira que os mesmos só podem ser construídos ou realizados caso obtenham autorização do mencionado órgão. Acrescenta-se ainda que nesse processo poderão ser ouvidos, caso haja necessidade, os órgãos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Com relação ao estado do Pará, da mesma forma que em nível nacional, os anos noventa podem ser considerados como aqueles que proporcionaram novas perspectivas à gestão ambiental. A respeito disso, Bordalo (2007, p.123) faz as seguintes considerações:

A consolidação da gestão ambiental em nível estadual ocorreu somente nos anos noventa, pela Lei nº 5.610 de 20 de novembro de 1990, que criou e colocou em funcionamento o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e implantou, em 1991, a SECTAM, encampando a estrutura e o corpo técnico do Departamento de Meio Ambiente da SESPA. Mas foi somente em 1993, com a Lei nº 7.752, que um grande passo foi dado, por meio da reestruturação da SECTAM, ampliando duas atribuições, bem como o quadro técnico. Essa mesma lei criou o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e fez modificações na composição do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Além deste, o autor relata que mais dois grandes passos foram dados com relação à efetivação da gestão ambiental no estado do Pará. Assim, o segundo passo diz respeito à promulgação da Lei Ambiental do Estado do Pará, a nº 5.887/95, em maio de 1995, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente (BRASIL, 1995). O terceiro passo refere-se ao lançamento do Plano Estadual Ambiental, em dezembro de 1996. Sobre tal plano, o autor assegura que “[...] passou a nortear as diretrizes e os princípios de “Desenvolver sem Devastar” e “democratizar a gestão ambiental”, seguindo uma proposta de desenvolvimento

sustentável, com crescimento econômico e preservação ambiental” (BORDALO, 2007, p. 123).

Ao seguir as referidas diretrizes, o Plano Estadual Ambiental estabeleceu as linhas gerais de uma ação caracterizada pela gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa. Tal descentralização se deveu às grandes desigualdades geográficas, econômicas e sociais encontradas tanto entre as regiões brasileiras, quanto dentro do estado do Pará.

2. 2 DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Como forma de compreender o que vem a ser o termo gestão ambiental se considera necessário, em primeiro lugar, apresentar o significado das palavras gestão e ambiental, os quais são definidos por Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004, p. 700) da seguinte maneira:

O significado etimológico dos dois vocábulos – *gestão e ambiental* – tem suas raízes na língua latina. *Gestão* originou-se de *gestionari*, que exprime o ato de gerir. Gerir é um verbo inusitado no linguajar de cada dia, cujo significado é ter gerência sobre, administrar, reger, dirigir. Desses sinônimos, o mais usado é o substantivo derivado: gestão, ou seja, o ato de dirigir, de administrar. O vocábulo *ambiental* também tem origem na língua mãe latina. É o adjetivo aplicado para referir-se às coisas do ambiente; tanto ambiente construído, quanto ambiente natural. Com base nesses conceitos, *gestão ambiental* é o ato de gerir o ambiente, isto é, o ato de administrar, dirigir ou reger as partes constitutivas do meio ambiente.

Diante disso, os referidos autores apresentam as seguintes definições para a gestão ambiental:

Gestão ambiental é o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade. O objetivo último é estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre natureza e homem (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004, p. 700).

A gestão ambiental, em última análise, é a busca do equilíbrio entre o homem e o seu ambiente, seja natural, seja urbano. Na linguagem da moda, esse equilíbrio se manifesta por meio da expressão desenvolvimento sustentável. *Sustentável* quando se trata de metas que deverão ser atingidas. *Sustentado* quando já aplicado na prática (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004, p. 666).

Pode-se observar por meio dessas colocações a presença de algumas variáveis que interferem diretamente no processo da gestão ambiental, são elas: recurso natural, preservação

e desenvolvimento sustentável. Assim, esse conjunto de variáveis implica na possível utilização racional e eficaz dos recursos naturais de modo a não poluir e destruir o meio ambiente, de forma a atender às necessidades presentes da sociedade sem comprometer as futuras gerações.

Com isso, torna-se importante apresentar o que diz Tozi (2007, p.19):

A gestão é compreendida como uma atividade política que objetiva a racionalização/ maximização do uso dos recursos naturais. E para que a gestão seja colocada em prática, serão colocados instrumentos jurídicos e institucionais, tendo por objetivo garantir à população o uso adequado dos recursos naturais, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos.

Nota-se que essa colocação vem ao encontro do que foi apresentado sobre o uso racional dos recursos naturais. Além disso, ela também trás outros elementos, isto é, o de que o exercício da gestão ambiental requer a presença de instrumentos jurídicos e institucionais, com a finalidade de que os recursos naturais sejam utilizados de maneira adequada pela população. Compreende-se com isso, que tais instrumentos são definidos como sendo de monitoramento e controle, com o objetivo de assegurar a adequação entre a exploração e as particularidades do meio ambiente.

Em complementação às citações mencionadas, Meyer apud Kraemer (2004, p.8) apresenta a gestão ambiental como sendo:

Objeto de manter o meio ambiente saudável (à medida do possível), para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras; meio de atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso e/ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades perfeitamente definidas; instrumentos de monitoramentos, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização e base de atuação de diagnósticos (cenários) ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas que foram detectados.

Através da referida citação, entende-se que a gestão ambiental não é algo simples. Envolve um conjunto de instrumentos e planos de ação para que possa ser implantada e mantida com sucesso, de forma a atender as necessidades não só das gerações atuais, mas também das que ainda virão. Assim, percebe-se a preocupação da gestão com a presença do desenvolvimento sustentável, o qual no início desse tópico foi apresentado como uma variável que interfere diretamente no processo da gestão ambiental.

Outro autor que contribui para a presente discussão é Reis (1996, p.10) que considera o que segue:

O gerenciamento ambiental é um conjunto de rotinas e procedimentos que permite a uma organização administrar adequadamente as relações entre suas atividades e o meio ambiente que as abriga, atentando para as expectativas das partes.

Por meio dessa definição, entende-se que a gestão ambiental é a forma pela qual a organização administra as relações entre suas atividades e o meio ambiente que as abriga. Porém, não se trata de administrar de qualquer modo, mas em atendimento aos parâmetros legais e outros que forem acordados pelas partes envolvidas.

Outra definição que deve ser enfatizada é a de Barbieri (2004, p.137). Sobre gestão ambiental o autor considera:

Aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental. Na sua origem, estão as ações governamentais para enfrentar a escassez de recursos (...). Com o tempo, outras questões ambientais foram sendo consideradas por outros agentes e com alcances diferentes e, atualmente, não há área que não esteja contemplada.

Através dessa colocação, observa-se a importância da gestão ambiental, de modo que a mesma se tornou um instrumento fundamental por meio do qual as organizações precisam fazer uso, de tal forma que nos dias de hoje tem sido incorporada em todas as áreas. Entretanto, torna-se conveniente mencionar que ao implantar a referida gestão as organizações passam primeiramente por uma revisão de seus paradigmas ou até mesmo por um processo de mudança em sua cultura. Essa questão é ilustrada por Shigunov Neto, Campos, e Shigunov (2009, p.16):

A Gestão Ambiental compõe o pacote da gestão da qualidade constituída por um conjunto de instrumentos e programas que visam, inicialmente, proporcionar um processo de mudança organizacional, para, posteriormente, proporcionar um processo de melhoria contínua.

Convém ressaltar que por meio das definições apresentadas foi possível perceber alguns objetivos da gestão ambiental. Assim, torna-se importante considerar o que segue:

Objetivos são resultados futuros que se pretende atingir. São alvos escolhidos que se pretende alcançar dentro de certo espaço de tempo, aplicando-se determinados recursos disponíveis ou possíveis. Assim, os

objetivos são pretensões futuras que, uma vez alcançadas, deixam de ser objetivos para se tornarem realidade (CHIAVENATO, 2000, p.195).

Diante disso, considera-se necessário, para a presente pesquisa, apresentar o que diz Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009, p.17) a respeito dos objetivos da gestão ambiental. Eles fazem a seguinte explanação:

O objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente da melhoria contínua da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada, de qualquer porte. Para isso, é necessário que haja um processo de aprimoramento constante do sistema de gestão ambiental global de acordo com a política ambiental estabelecida pela organização.

Por meio da citação acima, compreende-se que a gestão ambiental é um processo contínuo, ou seja, que não tem fim. Para tanto, apresenta como objetivo maior a busca permanente da melhoria da qualidade ambiental em qualquer tipo de organização. Mas, para isso é fundamental que as organizações procurem estar sempre atualizadas quanto ao sistema de gestão ambiental global e coloquem em prática aquilo que é condizente com a sua política ambiental, pois o que é aplicado em uma organização, às vezes não serve para outra e vice-versa. Entende-se com isso que a organização precisa moldar o sistema de gestão ambiental global de acordo com as suas especificidades.

Logo, percebe-se, através das definições, que apesar de cada uma mostrar um elemento novo em suas considerações todas apresentam como objetivo comum a preservação do meio ambiente. Além disso, observa-se que tais elementos sempre se referem ao que tem que ser colocado em prática para que o processo de gestão ambiental inicie e se mantenha de acordo com os propósitos definidos.

3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo serão mostradas e discutidas percepções de vários autores no que diz respeito aos elementos caracterizadores dos novos paradigmas do desenvolvimento local, aos pressupostos de promoção desse desenvolvimento e por último às sugestões de novos modelos de desenvolvimento local.

3.1 OS NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível perceber uma grande quantidade de autores que tratam do desenvolvimento local. Entretanto, para o presente tópico serão apresentados os que trazem em suas considerações o significado claro do termo desenvolvimento local e os elementos que o caracteriza.

Sendo assim, Albuquerque (1998, p.49) faz a seguinte explicação:

O processo de Desenvolvimento Local, enquanto “um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda”, surge como um fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos. Objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micros empresários para que gerem empregos sustentáveis.

De acordo com a definição, observa-se que o desenvolvimento local é um processo de integração entre o individual e o coletivo; o urbano e o rural, de modo que a partir desta relação possam surgir iniciativas que culminem na construção de uma nova realidade que beneficie a todos. Assim, entende-se que o desenvolvimento local é um processo que tende a integrar os atores sociais para que juntos passem a ter acesso ao que não tinham enquanto agiam de forma isolada. E é por meio desta articulação que surge o chamado capital social, o qual se caracteriza pelas redes de cooperação, onde cada ator com suas devidas qualificações e competências tendem a desempenhar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento e juntos contribuem para a realização de projetos coletivos.

Para entender o que vem a ser o sistema institucional, são feitas as seguintes considerações:

O sistema institucional tem como objetivos criar e/ou fortalecer as estruturas encarregadas de promover as políticas de desenvolvimento local tais como

agências de desenvolvimento, serviços de economia de uma coletividade e estruturas intermunicipais; e promover a transformação dos serviços existentes: serviços técnicos das coletividades, serviços do Estado e estruturas municipais e outros organismos de caráter privado ou não governamental. A empresa em desenvolvimento social, enquanto sistema social aberto, para promover mudanças duráveis, integrar os atores de desenvolvimento e implantar projetos coletivos precisa criar as condições de aprendizagem e difundir uma cultura democrática (BRITO, 2006, p.3).

Por meio das colocações, compreende-se que o referido sistema é uma nova proposta em contraposição ao que era empregado no antigo modelo que dava pouca abertura à mobilização social e à participação dos cidadãos no sistema. Assim, dentre suas várias características, o sistema institucional estimula a criação de novas estruturas e incentiva o estado a intervir de forma mais ativa e flexível, procurando fazer deste tanto um regulador das relações civis, quanto um agente do desenvolvimento econômico e social.

Diante disso, Albuquerque (1998, p.48) apresenta como principais características do desenvolvimento local as seguintes:

O espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não como mero espaço funcional; a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos processos de transformação em curso, mas desenvolve iniciativas próprias a partir de suas peculiaridades territoriais nos planos culturais, sociais, econômicos e políticos; os poderes públicos locais e os agentes empresariais privados devem negociar a institucionalidade mais adequada para facilitar a recopilção sistemática das informações e promoção de espaços de intervenção e a existência de capacidade empresarial inovadora em nível local.

Tal consideração vem ratificar o que foi dito anteriormente no que diz respeito ao papel que cada ator social deve desempenhar no processo de desenvolvimento local. Pode-se observar que até mesmo o espaço tem atribuição a cumprir, ou seja, o de ser um agente que proporcione transformações ao invés de ser um mero meio onde as coisas acontecem.

Em concordância com o que foi colocado, mas apresentando novos elementos para o processo de desenvolvimento local, Milani (2003, p.1-2) faz as seguintes considerações:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o

desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Através dessa colocação, observa-se que o desenvolvimento local engloba os dois lados: o da integração e o do conflito. É praticamente impossível que um determinado processo que provoque transformação social local seja aceito por todos os habitantes de uma determinada região. Sempre existem aqueles que são conservadores em suas ideias e ações. Do mesmo modo, há os que concordam com as mudanças advindas de um certo processo, de tal maneira que aceitam se relacionar com os demais atores sociais em busca de soluções para o desenvolvimento da sua localidade.

Já Martins (2002, p.58) apresenta a seguinte definição para desenvolvimento local:

O desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra “cultura de desenvolvimento”, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica).

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento local deve ser posto em prática levando-se em consideração as especificidades de cada lugar. Para tanto, não deve ser visto como um manual aplicável em qualquer local. Não há um padrão a ser seguido. Deve ser construído de acordo com as características de cada região. Além disso, apresenta como desafio uma nova cultura de desenvolvimento que coloca o ser humano como ponto central, de modo a poder proporcionar a elevação do seu bem-estar em todas as dimensões.

Aproximando-se da colocação anterior, Campanhola e Silva (2000, p.30-31) dizem o que segue:

O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais. No entanto, as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa ainda se constituem em uma grande barreira ao exercício da democracia em nosso país. Não há regras ou modelos predeterminados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam ao desenvolvimento local, pois este é em essência um processo microsossial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos

aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.

Sendo assim, compreende-se que o desenvolvimento local deve ser um processo de efetiva participação dos atores sociais em todas as suas etapas, isto é, desde o planejamento até a ação. Além disso, é imprescindível para tal processo que ele ocorra de “baixo para cima”, isto é, levando-se em consideração as necessidades locais, aspirações, características e especificidades de uma determinada localidade. Assim, essa nova proposta se contrapunha àquela onde as proposições já chegavam prontas ao território e os habitantes sequer participavam de sua elaboração.

Diante das citações apresentadas, observa-se a presença de elementos caracterizadores de um novo modelo de desenvolvimento local que começou a aparecer nos anos 70. Foi a partir daí que passou a se perceber a substituição de um modelo de desenvolvimento composto por políticas tradicionais, as quais se caracterizavam pela gestão centralizada por parte do Estado, por um modelo assentado nos moldes do local e endógeno, o qual privilegia políticas novas dispostas a incentivar no território a inovação, qualidade do capital humano, espírito empreendedor, utilização dos recursos locais e externos e organizações intermédias, para se atingir como objetivos finais o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população. (CABUGUEIRA, 2000).

Em complementação, Bava (1996, p.58) considera o seguinte:

Na verdade, os projetos de desenvolvimento que existiram até hoje submeteram a ação do Estado aos interesses privados e predatórios de distintos setores das classes dominantes, cada um à sua época, imprimindo suas marcas na configuração da sociedade brasileira. Os governos locais foram – e continuam sendo, em sua avassaladora maioria instrumentos de apropriação privada do espaço público e de manutenção das oligarquias regionais e municipais no poder do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na orientação da ação do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Nesse sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais. O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização.

Dessa maneira, como forma de se visualizar as diferenças entre os modelos, segue abaixo o quadro com as principais características da política tradicional e da política nova.

Quadro 01 – Mudanças na política de desenvolvimento regional e local.

	Política Tradicional	Política Nova
Estratégia dominante	Desenvolvimento polarizado Visão funcional	Desenvolvimento difuso Visão territorial
Objetivos	Crescimento quantitativo Grandes projetos	Inovação, qualidade, flexibilidade Espírito empreendedor Projetos numerosos
Mecanismos	Redistribuição Mobilidade de capital e do trabalho	Mobilização do potencial endógeno Utilização dos recursos locais e externos
Organização	Gestão centralizada Financiamento a empresas Administração pública dos recursos	Gestão local do desenvolvimento Prestação de serviços Organizações intermédias

Fonte: Barquero, apud Cabugueira, 2000, p.118.

Através do quadro acima, nota-se que os modelos são totalmente opostos, ou seja, enquanto o primeiro privilegia o crescimento quantitativo por meio da gestão centralizada com a utilização de recursos externos, o segundo caracteriza-se pelo crescimento qualitativo e propõe-se a desenvolver um território utilizando o potencial existente nele mesmo, por meio do incentivo à inovação, qualidade, flexibilidade, espírito empreendedor e com os devidos apoios públicos e privados.

3. 2 DEFINIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

De acordo com o que foi visto na seção anterior, percebe-se que o desenvolvimento local apresenta vários elementos que podem promovê-lo. Sendo assim, é preciso definir os que serão utilizados para o presente estudo. Entretanto, antes de mostrá-los é importante considerar que para que esse desenvolvimento inicie e se mantenha de acordo com os novos parâmetros propostos é necessária a presença de um conjunto de pressupostos ao invés da presença de cada um de forma isolada.

Com isso, o primeiro pressuposto diz respeito à participação dos atores sociais, tanto os locais, quanto os exteriores. No que diz respeito aos locais, convém mencionar ser imprescindível haver a conscientização, adesão e participação das pessoas no processo, pois será por meio dessa auto-organização que irão se estabelecer novas estruturas de debate e representação. Isso vem ao encontro do que diz Cabugueira (2000, p.130) “[...] não há

desenvolvimento sem que as coletividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro”.

Reforçando a colocação acima, Martins (2002, p.51) diz o seguinte:

A atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento. Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento.

O mesmo autor acrescenta ainda que:

Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido da vizinhança. Assim, o caráter necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que a participação é de fato uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (Demo, 1998). Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia. Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender (MARTINS, 2002, p. 52).

Entende-se por meio das colocações que o desenvolvimento local não é algo simples de ser implantado. Requer tanto a ruptura com alguns elementos considerados ultrapassados e que em nada contribuem para a implementação do referido processo, assim como a construção de novas situações que possam proporcioná-lo. Com isso, observa-se que a participação é um pressuposto imprescindível para o processo do desenvolvimento local, entretanto requer a presença de alguns fatores. Dentre eles, pode-se citar o esforço individual de cada um, seja por meio de sua conscientização, como também através de sua efetiva e contínua participação no processo. Tal empenho exige todo um aprendizado, no qual as

peças precisam se esforçar para serem ouvidas, entendidas e atendidas. Além disso, as pessoas precisam desenvolver relações de interação, cooperação, associação e confiança umas com as outras.

O segundo pressuposto do desenvolvimento local são os apoios exteriores públicos e privados, sejam eles poderes públicos dos níveis municipal, estadual ou federal, como também instituições privadas. Como exemplos destas últimas podem ser citadas as chamadas agências de desenvolvimento, as quais assumem o papel de mediadoras de interesses e de difusoras de informações. Sobre elas, Cabugueira (2000, p.132) considera o que segue:

São organizações de caráter horizontal que proporcionam às iniciativas locais os serviços reais e/ou financeiros, que permitem dar resposta aos problemas que as empresas têm de superar num território específico. As agências de desenvolvimento podem realizar várias funções, nomeadamente: prestar assessoria pontual aos gestores locais na tomada de decisões; os seus técnicos podem diagnosticar o estado da situação dos projetos e propor medidas para os ajustar aos objetivos que as organizações locais pretendem; podem promover, impulsionar e coordenar a realização de investimentos em matéria-prima de transportes e comunicações; podem estabelecer mecanismos que permitam a reestruturação produtiva de caráter seletivo, necessária para fortalecer a competitividade local.

Diante dos esclarecimentos do autor, observa-se que tais agências são órgãos que servem de intermediários não só entre os atores locais, mas também entre estes e os apoios exteriores públicos e privados, proporcionando-lhes as atribuições de informação, apoio técnico, animação, mediação, formação e avaliação. Dessa maneira, em alguns países essas agências podem se manifestar por meio das instituições privadas sem fins lucrativos, as chamadas organizações sociais, e em outros pelas agências animadas pelo poder local ou regional, algumas delas baseando-se nos departamentos públicos, outras na sociedade civil.

No que diz respeito aos apoios públicos, seguem as devidas colocações:

O desenvolvimento local exige a ajuda dos poderes públicos, estimulando uma descentralização institucional, promovendo a adoção de ciclos longos (plurianuais) de apoio financeiro e administrativo, facilitando a coordenação e a concentração entre os atores locais, etc... Os poderes públicos têm um papel importante a desempenhar: o desenvolvimento local implica que as ajudas dos poderes públicos tenham como princípio a dinamização dos recursos e das capacidades e das necessidades endógenas (CABUGUEIRA, 2000, p.131).

Em complementação, Brito (2006, p.3) faz as seguintes considerações:

Neste processo cabe ao Estado o estímulo as iniciativas locais de desenvolvimento já que a “*descentralização, longe de desobrigar o Estado de suas responsabilidades, geralmente as põe ainda mais evidentes*” (ALBUQUERQUE, 1998, pg. 92), sendo-lhe cobrado um papel fundamental na promoção de saúde e capacitação, na sensibilização sobre os conceitos e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na disponibilização dos sistemas de ciência e tecnologia, na promoção de serviços de informação e bases de dados de interesses empresarial; no levantamento de mercados externos; no fornecimento de infra-estrutura básica de energia, abastecimento d’água, transporte e telecomunicações; e na facilitação do acesso a fontes apropriadas de crédito e capital aos micro, pequenos e médios empresários.

Entende-se por meio dessas colocações o quanto é fundamental a ajuda dos poderes públicos para o desenvolvimento local, de tal forma que a ausência de tais apoios é considerada um grande empecilho à promoção desse processo. Percebe-se também que a importância de tais órgãos é bem ampla, isto é, vai desde o apoio financeiro até as questões relacionadas à promoção de saúde. Além disso, convém ressaltar que o apoio das instituições privadas também é considerado necessário para o processo, pois são elas que muitas das vezes patrocinam a realização de atividades de formação, avaliação e mediação entre os diversos atores sociais.

O terceiro pressuposto que precisa ser considerado no processo é o chamado capital social. Neste contexto é importante considerar a visão de Abramovay (2000), o qual apresenta o capital social como elemento importante para se promover o desenvolvimento territorial, pois será por meio dele que se estabelecerá uma densa rede de relações sociais entre os diversos atores integrantes do processo, possibilitando a criação de um clima de confiança entre eles. Para exemplificar o que foi dito, Coleman apud Abramovay (2000, p.4) cita o que segue:

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes”. A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. “O capital social, não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura”. O capital social, neste sentido, é produtivo, já que

ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Diante da assertiva, percebe-se que o capital social serve como uma espécie de garantia para aqueles que fazem parte de uma determinada rede de relação social criada através do seu uso, isto é, sem ter bens físicos para dar em garantia, os integrantes acabam empenhando suas relações sociais. Dessa forma, o capital social acaba se tornando um recurso com que as pessoas podem contar para ampliar os serviços de crédito disponíveis em suas comunidades, por exemplo.

Milani (2003) é outro ator que contribui para a presente discussão. Como forma de complementar o que foi exposto acima sobre capital social, ele apresenta um quadro com a síntese de algumas definições desse termo propostas pelos mais renomados autores da área.

Quadro 02 – Síntese de algumas definições de capital social.

Autor	Definição
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.
John Durston	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas e reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.

Fonte: Milani, 2003, p.18-19.

O referido autor também apresenta algumas considerações sobre o capital social. São elas:

O capital social é uma categoria de capital bastante particular. O termo “capital” refere-se em geral a uma riqueza, um fundo, um estoque (de terras, de bens móveis ou imóveis, de instrumentos) que servem à produção e do quais rendas podem ser auferidas. O capital físico da teoria econômica é um estoque de bens, ao passo que o capital humano é um estoque de competências, qualidades e aptidões. O capital social seria, assim, um

estoque de relações e valores, ele seria coletivo (para muitos autores) porque compartilhado pelo conjunto da sociedade; seu aumento dependeria do aprofundamento destas relações, de sua multiplicação, intensidade, reatualização e criação de redes de relações. O capital social pode ser entendido enquanto propriedade de uma sociedade, propriedade de uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de maximizar suas capacidades e atingir seus objetivos. Será propriedade da sociedade como um todo porque, além de ser um fator central na equação do desenvolvimento e fundamental para a vida econômica, seu valor social ultrapassa sua utilidade econômica. Ele implica ampliar a perspectiva a aspectos não-econômicos da vida social, tais como o capital de confiança e convivibilidade, de capacidade coletiva de viver e agir juntos de maneira eficaz. (MILANI, 2003, p.21-23).

Através de todas essas definições, compreende-se que não há consenso entre os autores quanto ao conceito de capital social, porém todos concordam no que diz respeito ao fato de que tal capital se origina e impacta em uma série de comportamentos humanos e atividades sociais, isto é, ele se fundamenta nas relações sociais, de modo que os integrantes destas estruturas sociais passam a ter acesso a benefícios e ações que não teriam caso agissem individualmente (MILANI, 2003).

A partir do capital social observa-se o surgimento do quarto pressuposto do desenvolvimento local, a confiança. Segundo Locke (2001), a literatura sobre confiança pode ser dividida em duas correntes, onde cada uma refere-se a uma concepção diferente do que vem a ser confiança e como se dá a sua manifestação. A primeira, de natureza sociológica, diz que “[...] confiança é um produto de longo prazo de padrões históricos de associativismo, compromisso cívico e interações extrafamiliares” (LOCKE, 2001, p.254). Como exemplos de lugares mais propensos a terem relações de confiança entre as pessoas, o autor cita os que as pessoas costumam reunir-se, formar clubes, organizar ligas de futebol, entre outros.

Já a segunda corrente tende para o lado da economia. Assim, alguns elementos seriam os promotores da relação de confiança entre as pessoas, são eles: o interesse próprio de longo prazo e o cálculo de custos e benefícios de atores maximizadores de utilidade. Para explicar melhor tal corrente, o referido autor faz a seguinte colocação:

[...] De acordo com a formulação básica dessa visão, tais atores descobrem ser vantajoso cooperar com outros, orientados de forma similar, quando suas interações são repetidas, quando possuem informações completas a respeito de seu desempenho passado e quando há um número pequeno de atores (Axerold, 1984). Robert Axerold lança mão desta estrutura para descrever o comportamento cooperativo entre inimigos na I Guerra Mundial e Eric Von Hippel (1987) utiliza a mesma abordagem para explicar porque firmas rivais cooperam, compartilhando segredos comerciais e outras informações relevantes para a competição (LOCKE, 2001, p.255).

Com isso, o autor afirma que a confiança pode ser construída mesmo em situações onde nenhuma das condições favoráveis está presente. Esse processo pode se dá através de uma sequência que combina os seguintes elementos: interesse próprio, intervenção governamental e desenvolvimento de mecanismos de autogovernança. Tais elementos são explicados na citação abaixo:

Comparo tal processo a um projeto de construção no qual cada estágio é importante e necessário para que se possa completar o projeto satisfatoriamente. O interesse próprio dos atores estabelece a o fundamento de todos os esforços coletivos confiáveis. É isto que aproxima os atores no início e também o que os mantém juntos. Sem isto, nossa estrutura fica armada sobre o solo incerto, não sendo firmemente enraizada em sua realidade. A intervenção governamental assegura que nossa estrutura funcione como manda o figurino e, portanto, esteja pronta para existir dentro de seu meio e não as suas expensas. Finalmente, os mecanismos de autogovernança fornecem a infraestrutura que permite que nossa estrutura funcione e se sustente mesmo muito tempo depois de a primeira pintura começar a descascar. (LOCKE, 2001, p.261).

Assim, para ilustrar que a confiança pode ser realmente construída, por meio dos elementos citados acima, em locais totalmente desprovidos de condições básicas para tal comportamento, o autor cita dois casos concretos. São eles: o Sul da Itália (a construção de confiança entre os produtores de mozzarella de búfala) e o Nordeste do Brasil (o comércio de manga em Petrolina-Juazeiro).

Outra visão sobre confiança que não pode deixar de ser mencionada é de Abramovay (2000). Ele comenta sobre as redes de relações de confiança e cooperação que podem ser criadas em um determinado município e as dificuldades encontradas para isso. Assim, o autor fala o que segue:

Na maior parte das vezes o município é uma unidade administrativa pouco adequada para gerir a rede de relações necessária ao desenvolvimento territorial. Não se trata de desprezar as possibilidades de ação desta esfera política e administrativa, mas de reconhecer sua insuficiência em duplo sentido. Em primeiro lugar não são raros os casos em que a reprodução do poder político do prefeito está baseada em relações de natureza clientelista com certos segmentos muito definidos da população. A manutenção dos esquemas convencionais de clientela, favorecimento e retribuição por meio de votos é um dos principais obstáculos à elaboração e execução de qualquer tipo de projeto de desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo, a sobrevivência de muitos prefeitos e líderes locais está baseada exatamente na força deste tipo de relação política. Além disso, as forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território não se confinam

aos limites de um município. Mesmo quando se trata de atividades tão corriqueiras como a valorização da produção de leite, a unidade de referência é a bacia leiteira e não o município. A montagem de uma central de comercialização de leite, por exemplo, vai necessariamente extrapolar os limites de um único município. Esta ação extramunicipal é um dos trunfos a que podem recorrer as organizações e os técnicos cuja ação fica bloqueada por uma liderança política convencional e que não tem interesse em ampliar o raio de relações sociais de sua clientela (ABRAMOVAY, 2000, p.12)

Como exemplos de iniciativas que podem proporcionar a criação de redes de confiança entre diversos atores sociais, no meio rural citam-se as feiras de produtores rurais e as Universidades. As feiras podem servir como promotoras de formação de novas relações de confiança entre os setores econômicos, onde se podem organizar seminários objetivando a descoberta de novos potenciais produtivos. Além disso, Abramovay (2000, p.12) acrescenta que “este tipo de iniciativa tem a vocação de propiciar o surgimento de uma realidade intermediária entre o Estado e o município, capaz de articular as ações necessárias à formação e ao desenvolvimento de uma rede territorial”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, nesse processo as Faculdades e as Universidades podem desempenhar um papel crucial. Tanto com relação as suas contribuições no que diz respeito a estudos das dinâmicas de organizações locais, quanto ao oferecimento de assessorias e difusão de informações sobre linhas de crédito por exemplo.

O quinto e último pressuposto a ser definido para a presente pesquisa é a geração de emprego e renda. Assim, como o município de São Caetano de Odivelas/PA possui a pesca como uma de suas principais atividades econômicas, torna-se fundamental mostrar a importância desta atividade não só para o referido município, mas para todo o estado do Pará.

Diante disso, segue uma colocação publicada na revista Ver-o-Pará Amazônia:

A cidade é quase uma ilha. Um lugar cercado pela natureza exuberante dos mangues, banhado pelo Rio Mojuim. Aliás, o mangue faz uma cerca viva em torno de São Caetano de Odivelas, que tem uma área de mangues equivalente a 26 mil campos de futebol. E é de lá que saem diariamente 20 mil caranguejos que abastecem o Estado dessa delícia culinária. Não é à-toa que a cidade é conhecida como “a terra do caranguejo” (OS MANGUES..., 1999, não paginado).

Através dessa citação, observa-se que muitas pessoas estão envolvidas na pesca. Dentre elas podem ser citadas as seguintes: pescadores, atravessadores, vendedores, entre outros. Com isso, deduz-se que a pesca de São Caetano de Odivelas/PA se caracteriza como uma atividade geradora de emprego e renda. Entretanto, como forma de ratificar ou não esse

fato, tal questão também será discutida no capítulo destinado aos resultados através das análises dos discursos dos sujeitos da pesquisa.

Diante do que foi citado nesse tópico, entende-se que para o processo do desenvolvimento local é essencial um conjunto de pressupostos no qual cada um tem sua importância. As populações não conseguiriam chegar a lugar algum agindo de forma isolacionista, sem a conjugação de esforços locais e os devidos apoios exteriores públicos e/ou privados. Ressalta-se também que para a manutenção do processo é imprescindível a presença do chamado capital social, das relações de confiança e da geração de emprego e renda.

Com isso, convém ressaltar que tais pressupostos foram utilizados na presente pesquisa, como forma de relacionar as ações de gestão ambiental da colônia de pescadores Z-04 com o desenvolvimento local do município de São Caetano de Odivelas/PA.

3. 3 PROPOSIÇÕES DE NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos últimos anos tem havido inúmeras críticas e em contrapartida a sugestão de implantação de propostas como forma de reverter ou pelo menos minimizar o modo de intervenção da sociedade sobre a natureza. Assim, novos modelos de desenvolvimento têm sido propostos por alguns autores em razão da necessidade de se encontrar os que estabeleçam uma relação de harmonia com a natureza, levando-se em consideração a importância da participação dos atores locais no processo e a utilização de estratégias que possam garantir que as futuras gerações também possam usufruí-lo.

Com isso, muitos pesquisadores consideram que o mundo está passando por uma crise ambiental e econômica, as quais são frutos de modelos de desenvolvimento imperfeitos. Isto pode ser observado desde a Revolução Industrial, onde o progresso dos países industrializados se caracterizou pelo desmatamento e até mesmo na exploração depredadora dos recursos naturais, contraindo assim uma dívida ecológica com o mundo. Para tanto, como forma de minimizar tal situação tem sido proposto que todos os países, tanto os de terceiro mundo quanto os desenvolvidos, ajudem-se mutuamente em busca da redução de atividades que deterioram o meio ambiente. Tal proposição pode ser melhor explicada através da seguinte colocação:

O Brasil e os demais países do Terceiro Mundo estão identificados com o projeto de uma gestão sustentável de seu ativo ecológico, visando atingir, o máximo possível, os planos de retrocesso da degradação ambiental global e de preservação da biodiversidade. Entretanto, os países industriais devem manifestar uma igual identificação: o objetivo é repartir a carga desse custo e medir a relação entre a degradação ambiental e sua considerável capacidade

de pagá-la. A divisão da carga deve refletir a dívida ambiental – acumulada pelos países industriais – e o respaldo financeiro externo necessário para complementar os esforços internos dos países em desenvolvimento, orientados para a erradicação, principalmente, da pobreza mais aguda. Os países desenvolvidos devem facilitar o acesso aos países em desenvolvimento a tecnologias ambientalmente limpas, a um custo tolerável, e colaborar em atividades de investigação e desenvolvimento conjuntas, encaminhadas para acelerar a produção de tecnologias novas e existentes naqueles países. Isso resultará em benefício adicional para a transformação e modernização dos setores econômicos produtivos (RIBEIRO, 1997, p.71).

Outra proposta do autor refere-se à importância de proporcionar novas possibilidades às comunidades e autoridades locais, pois elas mais do que ninguém conhecem a realidade, necessidades e anseios de seus habitantes. Isso vem ao encontro da crítica que Rocha (2002) faz ao modelo de desenvolvimento dos territórios pautado por apresentar as propostas já prontas às comunidades locais sem a participação das mesmas. Dessa forma, tal modelo precisa ser substituído por um que envolva por meio de uma participação ativa os cidadãos locais no processo. Para reforçar tal colocação, o autor apresenta o que segue:

A busca é criar na sociedade de cada “lugar” uma consciência, tanto individual como coletiva, da importância da participação ativa de cada cidadão nas decisões que irão afetar não só as suas vidas como também a vida dos que estarão ali no futuro. Em uma sociedade desorganizada e sem poder de reivindicar, o Estado, mesmo que legítimo pelo voto direto, se sente no direito de fazer o que quer, como quer e para os grupos que quer, sem que os cidadãos possam interferir. Assim, as organizações da sociedade civil são os instrumentos da busca de construção e criação de direitos, da construção da cidadania e do equilíbrio da vida social. É a sociedade civil organizada que poderá fazer frente, e não aceitar iniciativas que venham a prejudicar o bem estar da maioria mesmo quando o Estado, às vezes por pressões políticas de grupos hegemônicos, proponha investimentos que possam poluir e/ou depredar o meio ambiente do “lugar” (ROCHA, 2002, p.11-12).

Por meio da citação acima, entende-se a relevância da organização da sociedade civil. Tal organização pode ocorrer por meio de diferentes entes, tais como: partidos políticos, organizações sociais, meios de comunicação, escolas, igrejas, empresas, dentre outros. Entretanto, apesar de deixar bem claro, na colocação anterior, os conflitos que podem existir entre a sociedade civil organizada e o estado, ressalta-se que é extremamente importante a interação entre tais entes, pois por meio dessa relação podem surgir estratégias que atendam tanto as necessidades de desenvolvimento econômico, quanto às de preservação do meio ambiente de cada lugar.

O referido autor também acredita que há uma (ir)racionalidade ambiental no atual modelo de desenvolvimento, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais do planeta.

Assim, torna-se importante mostrar propostas de dois grupos para a solução desse problema.

São elas:

Alguns ambientalistas acreditam que a solução para a questão ambiental, neste quadro, só se dará com mudanças radicais no paradigma da atual trajetória do modelo capitalista; já outros somados a maioria dos cientistas, políticos, governantes, etc..., tentam buscar em políticas e estratégias ortodoxas, formas de ajustar a capacidade econômica da natureza a este mesmo modelo. Nenhuma das duas propostas, até agora, encontraram bases teóricas conceituais convincentes. Porém, uma das constatações quase unânimes, tanto por um grupo como pelo outro, é que não há como retroceder a trajetória tecnológica a qual a sociedade moderna está inserida (ROCHA, 2002, p.1).

Diante disso, o autor apresenta uma proposta, que é a de considerar nesse processo a colaboração da sociedade de cada lugar, tanto no que se refere à utilização dos recursos a sua volta, quanto na busca de alternativas para os problemas ambientais que já estão enfrentando. Desta forma, ele considera o seguinte:

Um projeto diferenciado de desenvolvimento para um “lugar” e ou “região”, desencadeia uma gama de atitudes de construção e/ou reconstrução e com isto uma nova forma de pensar a apropriação do território e seus recursos (ROCHA, 2002, p.10).

Para tanto, propõe uma política de desenvolvimento participativo para a gestão dos recursos naturais de cada lugar, em contraposição ao modelo vigente atualmente, o qual visando a produtividade permitiu que os desajustes nos mais diferentes níveis se aprofundassem cada vez mais, os quais em muitos locais do planeta já aparecem como irreversíveis. Nesse contexto, também é fundamental a questão da sustentabilidade, ou seja, tudo o que for construído deverá ser usufruído não só pela atual geração, mas também pela futura, é necessário manter para que as próximas gerações possam ter acesso.

Entretanto, para que essa nova proposta possa ser implantada e mantida com sucesso é necessário saber quais as intenções da comunidade de cada lugar, se preferem desmatar e poluir com vistas a terem um desenvolvimento econômico/industrial/tecnológico ou se propõem a preservar seus recursos e inseri-los em atividades menos predatórias. Em complementação, seguem algumas considerações:

É preciso criar na consciência coletiva um “novo paradigma” para que a própria sociedade seja capaz de discernir entre investimentos que trarão benefícios “reais” que promovam melhoria de vida, não só econômica, tanto

para esta como para as gerações que virão, daqueles que apenas buscam nos recursos naturais de cada região os fatores que visam só a lucratividade, muitas vezes temporária e depredadora (ROCHA, 2002, p.11).

Além disso, observa-se que essa proposição envolve assumir riscos, pois significa ir contra o padrão hegemônico capitalista de gerir os recursos, dos interesses das grandes corporações internacionais e de muitos estados nacionais, os quais ainda visualizam as regiões e os seus habitantes como entes totalmente dependentes e sem capacidade para tomar suas próprias decisões, pois não acreditam que as regiões possuem pessoas com potencial para decidir seu próprio futuro.

Essa situação também é levantada por Mauro (2007), quando ressalta a questão do tratamento dado aos municípios, principalmente pelos governos do Estado e da União, os quais os tratam como entes dependentes, apesar de que mesmo sendo-lhes atribuídas responsabilidades, os mesmos não recebem o suporte financeiro devido e adequado. Isto pode ser visualizado na citação que segue:

Desde a promulgação da Constituição Cidadã, os municípios tiveram aumentadas suas tarefas e atribuições, mas reduzidos os percentuais de participação nas receitas arrecadadas. As autoridades locais ficam submetidas ao que interessa especialmente à União, mas também aos Estados que possuem maior articulação para exigências e negociação com o Governo de Brasília. Os Governos da União criam atribuições e artimanhas legais para que as vinculações de receitas arrecadadas não sejam transferidas pra os municípios. Trata-se de uma nítida tramóia contra os municípios. De maneira geral, os discursos de parlamentares e governantes são de valorização dos municípios, como os lugares onde vivem os cidadãos. Mas, na prática, tem sido contínua a desconsideração com esse ente federado. (MAURO, 2007, p.27).

Como possibilidade dessa realidade ser alterada, o autor afirma que em 2004 o Ministério do Meio Ambiente passou a formar as Comissões Tripartites por Estado com igual representação dos entes federados, de modo que com isso teve início o processo de integração com o intuito de regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal, o qual cita as competências comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988). Observa-se assim que legalmente os municípios deveriam receber todo o suporte necessário para o bom desempenho de suas atribuições, pois os mesmos já têm definidas as suas competências, as quais podem ser exercidas em âmbito local. Mas, o que acontece é totalmente o contrário, pois os municípios ficam a mercê dos Estados e da União, os quais centralizam as decisões, dificultando dessa maneira a autonomia municipal.

Ainda conforme Mauro (2007), como forma de que ocorra a efetiva gestão ambiental nos municípios há a necessidade de que estes participem de cursos de capacitação para os gestores municipais e conselheiros envolvidos com o SISNAMA. Dessa forma, os agentes devem ser capacitados para as exigências legais exigidas para o funcionamento do sistema. Dentre elas, podem ser citadas as seguintes: implantação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, a preparação de um arcabouço legal que sustente as ações locais, a criação e implantação de uma estrutura administrativa que responda pelos assuntos temáticos afetos ao meio ambiente. Além disso, são necessários também alguns instrumentos para que a gestão ambiental municipal seja implantada. Como exemplo destes, menciona-se os instrumentos de gestão urbana, os consórcios intermunicipais e os instrumentos de planejamento municipal.

O autor fala também de uma crise do modelo teórico para enfatizar que tanto o sistema teórico, quanto o modelo prático não são universais, ou seja, para que sejam colocados em prática há a necessidade de se considerar as particularidades de cada lugar. Para tanto, o paradigma universal não precisa ser desprezado e nem deve ser considerado imutável. Isto pode ser bem mais explicado através da seguinte colocação:

[...] Ocorre que, da mesma maneira como existe pluralidade de modelos e cenários, não existem paradigmas imutáveis. Assim nos ensina a Dialética. Não existe um modelo absoluto, que seja ajustado para todas as regiões e países do globo, ou mesmo nas variedades do tempo. Concordamos com os geógrafos que afirmam que os modelos não podem ser obedecidos, em suas íntegras, nos tempos e em espaços diferentes. Não devemos aprisionar a realidade concreta na “camisa de força” dos modelos teóricos. (MAURO, 2007, p.13).

Por meio dessa explanação, nota-se que cada lugar requer um determinado modelo de acordo com suas especificidades. O paradigma universal terá que ser constantemente aperfeiçoado e adaptado para que possa servir à construção de cada realidade. Com isso, o referido autor propõe que a construção de um novo modelo deve ser implantada por um novo Contrato Social de forma que o mesmo seja permeado por mudanças de hábitos de consumo e das formas de viver. Isto implica a organização e revisão dos conceitos e princípios que devem direcionar as relações entre as sociedades e destas com os diversos componentes da natureza. Para tanto, o autor considera algumas das propostas do International Forum on Globalization (IFG-2002), as quais são indispensáveis para a vida das pessoas e para as relações locais e regionais. São elas: a nova democracia, o desenvolvimento sustentável, outros patrimônios comuns, os direitos humanos, o trabalho e o emprego que garantam a

sobrevivência, a igualdade, os alimentos, o respeito à diversidade e à prevenção, além da precaução.

Contudo, como a pesquisa foi realizada no estado do Pará, considera-se relevante apresentar críticas e propostas de alguns autores no que diz respeito à gestão ambiental do referido estado.

Diante disso, Pinho e Pereira (2007) apresentam certas características do estado do Pará que representam um grande desafio para a gestão ambiental. Dentre elas, existe a dimensão territorial do estado, que com a extensão de 1.248.042 km² representa quase 15% do território nacional, sendo considerado dessa maneira o segundo maior estado do Brasil. Aliada a esse problema tem a questão da gestão destes espaços, a qual é considerada deficitária, originando desse modo uma gama de problemas nas cidades do estado. Sobre isso, seguem as seguintes considerações:

As organizações responsáveis pelo planejamento, provimento de infraestrutura e serviços, assim como pela gestão destes, são caracterizadas, em geral, pela falta de integração, inversão de prioridades, carência de recursos, servidores desmotivados ou sem instrução suficiente e deficiência de instrumentos de suporte à ação (PINHO; PEREIRA, 2007, p.181).

Outro ponto levantado pelos autores é com relação aos domínios desses espaços. Até os anos 60 a base econômica paraense era o extrativismo, onde eram bem nítidos os momentos de depressão e prosperidade econômica. Já no início dos anos 70 começou uma nova fase na economia, a de integração da região às economias nacional e internacional, tendo em vista que este período foi caracterizado pelos planos e iniciativas de integração, desenvolvimento e valorização da Amazônia. Com o intuito de povoar a Amazônia, vários núcleos populacionais surgiram às margens das rodovias e das reservas minerais, de forma que isto levou à criação de municípios sem o mínimo de infraestrutura adequada para atender as demandas da população. Assim, observa-se que é muito grande a preocupação com a gestão e a sustentabilidade dos recursos naturais do estado. A respeito disso, são feitas algumas colocações:

O atual modelo de exploração econômica dos recursos naturais paraenses caracteriza-se, ainda, por uma base produtiva fortemente concentrada na extração primária de seus recursos, com um baixo nível de verticalização industrial, incapaz, portanto, de assegurar uma internalização mais satisfatória dos benefícios econômicos e sociais dos empreendimentos instalados em seu território (PINHO; PEREIRA, 2007, p. 182).

Como consequência desse modelo inúmeros problemas são visualizados. Dentre eles, podem ser citados os seguintes: rios poluídos, devido o lançamento de esgoto doméstico *in natura*; deficiência nos sistemas de coleta, transporte, destino final e tratamento de resíduos sólidos, dentre outros.

Por fim, Ribeiro (1997) ainda faz outra consideração. Sugere que tudo que provoca um alto nível de degradação no meio ambiente deve ser modificado ou até mesmo substituído por outro que proporcione a sua preservação. Mas, para tal propósito é fundamental a criação de novos parâmetros. Como forma de ilustrar tal proposição, são feitas as explanações que seguem:

Novos critérios e indicadores econômicos devem ser elaborados resguardando os recursos naturais como acervo de capital. Devem-se abandonar as políticas que promovam a exploração intensiva de recursos naturais renováveis, o uso incontrolado, na agricultura, de venenos e herbicidas e a utilização ineficiente da energia, como também devem-se aplicar esses princípios à indústria, criando um sistema e preços e tributos que proporcione incentivos à preservação do meio ambiente. (RIBEIRO, 1997, p.72).

Observa-se que essa consideração vem ao encontro do que foi discutido no capítulo anterior a respeito de que a gestão ambiental ao ser implantada em uma determinada organização promove revisão e até mesmo mudanças em sua cultura e em outros aspectos organizacionais, como forma de que a referida organização venha a obedecer aos novos parâmetros propostos.

4 A PESCA

Pescar pode significar para quem não conhece a sistemática de vida das populações pesqueiras um simples ato de capturar peixes. Entretanto, tem uma compreensão bem mais ampla para aqueles que vivem na pesca, expressando dessa maneira um conjunto de relações de vários domínios, tais como: diferenciação, classificação e ordenação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados. Assim, a pesca é muito mais que uma simples atividade humana, ou seja, para a sua realização é levada em consideração uma complexidade de relações que envolvem homens, peixes, ciclos lunares, astros, mitos e outros fenômenos que podem interferir na pescaria (MORAES, 2007). Sobre isso, Cardoso (2001, p.41) complementa dizendo o seguinte:

Os pescadores classificam espécies de peixes e fenômenos naturais. Ciclos de tempo, da atmosfera, das marés possuem significados precisos na atividade pesqueira. E o conhecimento na pesca é ancestral, perpassando diversos momentos da história da humanidade e permanecendo ainda hoje muito próximo da primeira lança que fiska um peixe ou do primeiro gesto que extraiu e se alimentou de uma ostra.

Fotografia 01 – Porto Pesqueiro da Comunidade Monte Alegre.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A pesca é então considerada uma das primeiras atividades na história da humanidade e, conseqüentemente, um dos ofícios mais antigos. Ainda, nos dias atuais, prevalece a transmissão de culturas entre os membros das famílias dos pescadores. Isto pode ser mais bem explicado nas palavras de Moraes (2002, p.37) que diz “entre os pescadores é comum que seus avôs, bem como seus pais também os fossem, e como de *práxis*, desde cedo ensinavam o ofício aos filhos que ainda adolescentes já os acompanhavam nas pescarias”. Para complementar tal colocação, Lourenço, Henkel e Maneschy (2006, p.6-7) por meio de uma pesquisa realizada no Pará junto aos pescadores artesanais e com o apoio do Serviço Nacional de Emprego/PA (SINE) trazem a seguinte informação:

[...] Assim, dentre os filhos ocupados, 62,3 % estavam na pesca, o que aponta para a possível continuidade da tradição desta atividade nas famílias, devido a uma frequente inserção dos filhos. Porém, é bom lembrar que os pescadores jovens colonizados eram uma proporção muito pequena na amostra, o que pode sugerir que os filhos que atuam com os pais na pesca, o fazem de maneira temporária, ou pretendem que seja temporária, razão pela qual não efetivam sua inscrição como pescadores.

Diante da citação, fica claro que os ensinamentos da pesca são transmitidos de geração em geração. Além disso, é importante comentar o seguinte:

O conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observação de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e fornecem elementos para a ação dos pescadores frente às questões ambientais tornando importante a contribuição do conhecimento dos pescadores na definição das políticas para o setor, aliando ao saber produzido na esfera das ciências que tem por objeto a atividade pesqueira (CARDOSO, 2009, p.11).

Através do exposto, percebe-se que a contribuição do conhecimento tradicional aliado ao conhecimento científico é considerada uma ferramenta de grande notoriedade em busca da gestão ambiental, de modo a poder contribuir para a definição de políticas ligadas ao setor de pesca, por exemplo.

O espaço nas águas é outra questão muito discutida no que diz respeito à pesca. Com relação a isto, Moraes (2002, p.37) considera que:

À primeira vista o espaço nas águas parece ser comum a todos, não havendo limites nem separação. Mas, certamente, alguns códigos internos, e não necessariamente explícitos conforme uma certa regra de utilização, fazem parte do cotidiano dos pescadores.

Assim, observa-se que igualmente aos agricultores que têm seus espaços para o trabalho delimitado por alguns fatores como, por exemplo, pelas cercas, chuvas, safras e entressafras; os pescadores também definem suas atividades em função das marés, dos cardumes, do regime dos ventos, dentre outros. Sendo assim, Maldonado (2000, p.62) assegura que:

Os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delinear, manter e defender fronteiras e territórios, não havendo equivalência com os sistemas de terra. No entanto, com finalidades produtivas, os pescadores dividem o espaço marítimo em mares, zonas de pesca, pesqueiros, pedras, lugares de abundância cujas rotas e localizações são objeto de segredo.

Quanto aos estudos, tem se observado que são muitos os trabalhos publicados por autores no tocante à atividade pesqueira, principalmente por parte das Ciências Sociais e da Antropologia. Dentre eles, pode ser citado, como exemplo, Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (1983) com sua obra “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar”, o qual teve como objetivo estudar as transformações ocorridas na pesca enquanto captura de recursos marinhos. Este estudo foi realizado em nível mundial, desde a África até a América do Sul.

Pelo fato de a atividade pesqueira ser muito antiga, torna-se necessário comentar sobre sua importância para o desenvolvimento político, econômico e social do mundo. Entretanto, em nível nacional, o resgate dessa importância não é registrado de fato pela história, caracterizando dessa maneira a pesca como uma atividade esquecida no que diz respeito tanto à sua contribuição para o processo de desenvolvimento do Brasil, quanto com relação à organização dos seus movimentos sociais.

Para exemplificar o parágrafo anterior, Campos (1993, p.232) apresenta o que segue:

No Brasil, a história oficial não registra de forma contundente a participação dos pescadores no processo de desenvolvimento brasileiro, desde a colonização. Igualmente, a história recente omite a existência dos pescadores como categoria participante da produção de riquezas do Brasil atual. Este é um dos motivos pelo qual os pescadores não possuem uma tradição organizativa de lutas sociais, como ocorre com os agricultores, operários e outras categorias e trabalhadores. A falta de registro histórico dos movimentos sociais de pescadores e de sua participação econômica, social e política no desenvolvimento do Brasil, não significa que isto não tenha ocorrido ao longo da história. Alguns cientistas – entre eles antropólogos, sociólogos e historiadores – buscam de forma pouco articulada, resgatar parte desta história omitida até então.

Essa colocação vem ao encontro do que diz Cardoso (2001, p.23):

Como uma forma de organização social e econômica, a atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga. Apesar de estar desvinculada dos exemplos clássicos de periodização da civilização humana, a atividade pesqueira permeou toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje.

Em complementação, Potiguar Junior (2002, p.4) faz as seguintes considerações:

Alguns intelectuais denunciam que as produções acadêmicas históricas há anos parecem ter inviabilizado a participação dos pescadores em levantes populares para que o Brasil e vários estados adquirissem, pelo menos oficialmente, a sua independência política. Esta percepção também é ressaltada por Mello (1995) quando propõe um breve balanço bibliográfico sobre os movimentos sociais na pesca que, segundo este autor, a academia relegou a participação dos pescadores em alguns movimentos de caráter revolucionário a segundo plano.

Entretanto, como forma de resgatar a extrema importância da atividade da pesca para o desenvolvimento econômico do Brasil, Campos (1993) relata que a pesca desde o Brasil Colônia sempre se apresentou como uma atividade econômica rentável, tanto que a Coroa Portuguesa se sentia atraída por tal atividade. Assim, em 1543 a mesma criou o dízimo de dez por cento sobre tudo o que era produzido no mar. E em 1662 a introdução da pesca da baleia no Brasil lhe propiciou muitos lucros. Pouco tempo depois, proibiu a produção de sal no Brasil exigindo que fosse produzido em Portugal. A intenção da Coroa diante de todas essas medidas era enfraquecer os pescadores brasileiros e em contrapartida introduzir os pescadores portugueses.

Com isso, começaram a surgir reações por parte dos pescadores, porém eram formas simples de reação não se caracterizando como organizativas. Como exemplos dessas reações citam-se o funcionamento de salinas clandestinas e o transporte do sal durante a noite. Para apaziguar tal situação que começou a gerar tensões entre os pescadores, a Coroa Portuguesa tomou a atitude de eleger dentre os pescadores aquele que seria o “rei pescador” ou “cabo”, com a função de coordenar as atividades de pesca. Na Amazônia foram criados os “pesqueiros reais”, os quais eram áreas delimitadas que se caracterizavam pela abundância do pescado e onde os pescadores índios pescavam, por obrigação, para sustentar os militares, os religiosos e os funcionários da Fazenda Real. Além do Amazonas, estes pesqueiros estiveram presentes nos estados do Pará e Maranhão.

No que diz respeito à importância da atividade pesqueira para o desenvolvimento político não só do Brasil, mas em nível mundial, segue a seguinte consideração:

As sociedades pesqueiras, apesar de estarem desvinculadas dos esquemas evolucionistas da civilização humana, assumem importância histórica à medida que a pesca e a navegação – indissociáveis quando se trata de pesca marítima, exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital e na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e XVII e na formação de centros urbanos no Mar do Norte e no Canal da Mancha (BRETON E ESTRADA, apud CARDOSO, 2009, p.5).

Para o caso brasileiro, o referido autor contribui dizendo que:

[...] Os chamados povos do Sambaqui já faziam da pesca atividade essencial em seus modos de vida, desvendados pela arqueologia pré-histórica. Indígenas, escravos, imigrantes de várias matizes aportaram à pesca brasileira elementos tecnológicos e culturais ao longo de momentos distintos da história (CARDOSO, 2009, p. 4-5).

Através dessas colocações, observa-se que os pescadores participaram como sujeitos sociais em lutas importantes na configuração do território brasileiro.

Diante disso, como forma de conhecer um pouco mais sobre a pesca e suas implicações considera-se necessário apresentar a seguir a contextualização histórica de tal atividade, desde os seus primórdios até os dias de hoje. Além disso, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada em um município localizado no Nordeste paraense serão apresentadas as formas de organização social e os movimentos sociais pesqueiros na região supracitada.

4. 1 DA ORIGEM À INDUSTRIALIZAÇÃO

A origem da pesca remonta a períodos anteriores ao surgimento da agricultura. Isso pode ser comprovado através de indícios arqueológicos e etnológicos. A respeito dessa colocação, Diegues (1983, p.13) diz que:

Sem dúvida, anteriormente à captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos. Os restos de cerâmica, cascas de ostras e mexilhões encontrados na Escandinávia, atestam a importância dos moluscos na alimentação humana no período anterior ao Neolítico.

Herubel apud Diegues (1983, p.13) complementa dizendo o que segue:

Nas grutas de Madeleine (França) existem gravuras de peixes ao lado de bisontes. O arpão encontrado em Oban e nas ilhas de Seeland junto a restos de peixes e bisontes seria usado indistintamente para matar peixes e animais terrestres.

Ainda conforme o autor, o anzol surgiu no final do Paleolítico e as primeiras redes de pesca apareceram no Neolítico, de maneira que neste último período a pesca caracterizou-se como sendo lacustre e fluvial.

Com relação ao Brasil, o surgimento da pesca pode ser verificado desde antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Isso se deveu ao fato de que quando a mesma chegou aqui já encontrou utensílios que provavelmente teriam sido usados na captura de peixes. Ressalta-se que esta comprovação foi possível por meio da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, anunciando a descoberta de novas terras. Outro registro referente à possível existência da pesca neste período diz respeito ao uso de arcos e flechas pelas populações que aqui viviam, levando a crer que esses instrumentos já eram utilizados de alguma forma, podendo ser tanto como arma para a defesa ou ataque, quanto no manuseio para a busca de alimentação através da caça e da pesca (MORAES, 2002).

Por meio da colocação acima, leva-se a crer que a pesca quando surgiu era caracterizada como uma atividade complementar a outras e não praticada de forma exclusiva. Esta situação pode ser bem mais explicada por Moura e Teixeira (1993, p.14) os quais relatam que:

Aliada a outras atividades como a coleta, a caça, o extrativismo vegetal e, principalmente o plantio de alimentos, a pesca parece ter desempenhado o papel de importante complemento, tão logo os agrupamentos humanos deixaram de ser nômades para se fixarem de forma mais permanente num espaço geográfico delimitado. Disto decorre que não entendemos a pesca como uma atividade originariamente exclusiva nem principal, mas que ela passa a sê-lo tão logo as populações humanas deixaram de ter acesso a outros meios de produção, notadamente a terra.

Rocha et al. (1996) também retrata essa situação. Segundo ela, os indígenas praticavam a pesca juntamente com a caça e a coleta de alimentos. Este período configura os chamados pescadores coletores. Sobre isso, Furtado (1987, p.95) faz a seguinte afirmativa:

A população vivia exclusivamente de uma economia natural, sustentada pelos recursos da fauna e flora regionais. A pesca era uma das atividades básicas e paralelas às outras, praticada com métodos adequados ao equilíbrio ambiental, necessário a vida material e social dos grupos indígenas. Essa situação caracterizava uma economia de caráter polivalente e de autossustentação daquela população.

A partir do final do século XVIII, a pesca caracterizou-se por ser praticada juntamente com a agricultura, surgindo assim a figura do pescador lavrador. “Como podemos

observar, historicamente a pesca nunca foi uma atividade exclusiva de populações que manejavam o meio aquático como forma de subsistência” (ROCHA et al., 1996, p. 439).

Moraes (2002, p.38) complementa dizendo que:

Correlacionada a outras atividades, a pesca caracteriza um modo de vida peculiar do pescador, seja do caiçara do litoral paulista, do pescador da região nordeste, do pescador da Amazônia, ou de qualquer outra parte. Essa simbiose entre várias atividades, não se restringe a mananciais aquáticos determinados, mas está presente nas populações que se fixam próximas ao mar, lagoas ou rios. A identidade desses pescadores está diretamente relacionada ao meio onde tradicionalmente vivem e desenvolvem suas atividades.

Convém ressaltar que esse tipo de pescador é muito bem explicado por Diegues (1983). Para ele, a organização dos pescadores lavradores apresenta várias características.

Dentre elas, podem ser citadas as seguintes:

A pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Aí a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de *cash* ou dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. Em todos os casos, a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores (em São Paulo, é a típica lavoura caiçara, centrada no plantio da mandioca, mas que associa, além da pesca, o artesanato caseiro, a coleta de frutos do mato, como palmito, etc.) (DIEGUES, 1983, p.152).

Diante dessas informações, observa-se que para os pescadores lavradores a terra é o meio de produção mais importante e só pescam em determinados períodos, como os de safra. Além disso, as atividades são realizadas dentro da unidade familiar que é também a proprietária dos meios de produção. Contudo, acrescenta-se que as características destes pescadores não se esgotam nas relatadas acima. Sendo assim, o referido autor ressalta também as seguintes características: os pescadores lavradores não possuem conhecimento e experiência para capturar os peixes em locais mais distantes; os equipamentos utilizados são de baixo custo; os instrumentos de pesca, como as redes, geralmente são feitos com base no trabalho familiar e as embarcações não são motorizadas ou mecanizadas, o que restringem a sua ação para lugares mais distantes caracterizando dessa maneira a pesca realizada em lagunas, baías fechadas e em recifes.

Entretanto, a partir da década de 1950, na Amazônia, a pesca começou a passar por transformações. Isso se deveu a um conjunto de desenvolvimentos, os quais puderam ser visualizados, principalmente por meio das embarcações utilizadas e do armazenamento dos produtos pesqueiros. Com isso, observou-se que até o início da década de 1970 quase todos os barcos a vela já tinham sido substituídos pelos barcos a diesel. Acrescenta-se também que o surgimento do isopor e das fábricas de gelo promoveu verdadeiras mudanças, tanto na substituição do peixe, do seco e salgado para o fresco resfriado, quanto no aumento do tempo que o pescador poderia ficar pescando e viajando. Além disto, estas inovações possibilitaram a ampliação da área de atuação dos pescadores e, conseqüentemente houve um aumento da produtividade da pesca, em termos da mão-de-obra e tempo, o qual foi possível de ser absorvido devido a um significativo crescimento do mercado urbano e dos frigoríficos. Estima-se que no período de 1960 a 1990, a população de Belém passou de 402.000 hab. para 1.203.000 hab. e a população de Manaus de 175.000 hab. para 1.114.000 hab. (ROCHA et al., 1996).

Tal situação propiciou o aparecimento do pescador artesanal. Com ele, a pesca deixou de ser uma atividade complementar para se tornar a principal fonte de renda, de tal maneira que os pescadores passaram a buscar outras atividades suplementares para o sustento de suas famílias. Porém, ressalta-se que isto foi imposto pelo avanço tecnológico e não mais pela natureza como era antes. A partir de agora, as embarcações utilizadas passam a serem as motorizadas, as quais exigem certos conhecimentos e mão-de-obra mais especializada. Com isto, surgem funções que antes, devido ao uso de embarcações não motorizadas, não existiam. São elas: o motorista, o gelador, entre outras. O grupo doméstico ou unidade familiar deixa de ser a base da produção, tornando-se mais nítida a diferença entre os donos dos meios de produção e os outros. Outra novidade foi o surgimento das firmas de compra e financiamento da produção, ao passo que os atravessadores individuais foram perdendo seus lugares. Convém ressaltar que é justamente no momento em que aparecem estas firmas que surge o pescador artesanal de fato, de tal maneira que o mesmo passa a viver exclusiva ou quase exclusivamente da sua profissão e com isso o mercado passa a ser o objetivo da sua atividade (DIEGUES, 1983).

Entretanto, é necessário comentar que por trás desse processo de desenvolvimento da pesca na região Amazônica estavam os objetivos do governo brasileiro de, a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais fazer da atividade pesqueira uma indústria de base. Porém, no período de 1967 a 1974 quase todos os recursos fiscais foram investidos nas regiões Sudeste e Sul. Isso se deveu à concentração da frota pesqueira mais moderna nessas

regiões que no Norte. Apesar disso, ainda a partir da década de 1960 é dado início, em nível nacional, a um processo de transformação na estrutura econômica, de modo que a integração regional passa a ser a forma para um possível desenvolvimento. Com relação a isto, segue o seguinte relato:

[...] as repercussões desse processo chegaram até a Amazônia através do discurso de aproveitamento de seus recursos naturais, que tinha uma de suas metas relacionada à atividade pesqueira, devido ao potencial da região, que possui a maior ictiofauna do mundo. (SMITH apud ROCHA et al., 1996, p.441).

Além disso, acrescenta-se que o interesse pela região Amazônica já podia ser percebido desde o final dos anos 50, principalmente por meio de estudos feitos por técnicos dos governos estadual, nacional e mundial. Tais estudos deixavam claro a necessidade do desenvolvimento da indústria pesqueira em tal região, de tal modo que a retratavam como uma região atrasada com padrões produtivos inadequados para abastecer um mercado em expansão, o nacional e o internacional, e que a efetivação do desenvolvimento do setor da pesca dependeria da modernização dos seus instrumentos, os quais deveriam ser substituídos por uma tecnologia mecanizada. Todos estes fatores juntaram-se e conjuntamente foram responsáveis por idealizarem na prática um possível desenvolvimento para a região (ROCHA et al., 1996). Com relação a este período, é importante citar o que diz Moraes (2002, p.51-53):

Grandes projetos econômicos foram fomentados, visando o crescimento agrícola e o assentamento de imigrantes oriundos de regiões densamente povoadas e carentes, dando início a um novo período e estilo dessa relação. Esse projeto do governo brasileiro, que tinha como meta a "integração da região Amazônica" ao restante do país, priorizou a ocupação dessa região, justificando a percepção de que a mesma estaria estrategicamente vulnerável se permanecesse "vazia" e subutilizada economicamente. Naquela época, a Amazônia era considerada o "Inferno Verde" ou o "vazio demográfico", como denomina Becker (1982). O processo de incorporação da Amazônia às demais regiões do país foi gerenciado por políticas que priorizaram a abertura rápida de fronteiras através da construção de rodovias, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. Ao mesmo tempo, o Estado tentava amenizar dois grandes problemas, a seca no nordeste e os conflitos agrários, no sul do país, por falta de terras para o cultivo. O espírito desenvolvimentista, que formata a ocupação da Amazônia, não expressa nenhum interesse pela atividade pesqueira tão largamente presente na vida dos habitantes. Durante séculos, a pesca se manteve enquanto uma das principais ocupações de populações ribeirinhas dessa região brasileira. Nos dois últimos séculos, no que diz respeito à tecnologia, às relações de trabalho, vem passando de atividade que busca satisfazer necessidades fisiológicas à caracterização de pesca comercial e industrial.

Ainda segundo Rocha et al. (1996), nos anos de 1966 e 1967 houve a implantação do parque industrial no Nordeste paraense, de tal forma que isto foi possível devido aos incentivos fiscais e a isenção de impostos às indústrias da região concebidos pela Lei Federal 5.174 (BRASIL, 1966) e pelo Decreto-Lei nº 221 (BRASIL, 1967). Já a partir de 1968 foi instalado o complexo industrial no estado do Pará, mais precisamente no Distrito de Icoaraci. Muitos fatores foram determinantes para a escolha deste local. Dentre eles, podem ser citados a matéria-prima, o mercado, as políticas governamentais, o custo de mão-de-obra e a sua própria localização. Destaca-se ainda que este complexo compreendia dezoito indústrias que vendiam seus produtos para os grandes centros consumidores, tais como: Centro Sul do Brasil, Estados Unidos, Japão e Europa. Convém ressaltar que esse desenvolvimento industrial possibilitou de forma significativa o crescimento da produção da pesca, de tal forma que seus maiores consumidores eram o mercado internacional. Isto foi possível devido à comercialização da piramutaba e do camarão-rosa, os quais possuíam altas conotações no mercado mundial. Assim, observa-se o surgimento da pesca industrial.

Diegues (1983) define a pesca industrial como sendo a realizada dentro da forma de organização social capitalista da produção e a divide em duas categorias: a produção dos armadores e a produção empresarial-capitalista. Os armadores são proprietários de mais de uma embarcação e não participam das atividades da captura, sendo que para isso colocam uma pessoa responsável, o mestre. Os embarcados são tripulantes responsáveis pelas diversas atividades da pesca. Surgem novas funções, tais como: mestres, motoristas, cozinheiros, homens do convés, dentre outras. A remuneração para a maioria das funções ocorre pelo sistema de partes. Já a segunda categoria é caracterizada pelo autor por meio dos seguintes elementos:

A propriedade dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa, organizada em diversos setores e integrada verticalmente: o setor de captura, a industrialização e a comercialização; o setor de captura, em terra, passa a ter uma importância fundamental, limitando o poder de decisão do mestre no que diz respeito a quanto pescar, onde descarregar, etc. O próprio processo de captura passa a ser controlado em terra pelo sistema de rádio; o regime de salário mensal ou semanal torna-se o mais generalizado, ainda que, em alguns casos, os pescadores recebam uma porcentagem sobre o valor global da produção; a divisão de tarefas atinge um grau importante, com a introdução das máquinas para lançar e recolher a rede, de beneficiar o pescado a bordo, etc. e é uma atividade voltada totalmente para a produção de mercadorias: a reprodução dos meios e agentes de produção passa pela extração da mais-valia dos trabalhadores do mar (DIEGUES, 1983, p.155-156).

Diante dessa citação, percebem-se as principais diferenças entre esse tipo de pesca e os anteriormente citados. Trata-se de uma realidade totalmente nova diante das já apresentadas. Como forma de exemplificar isso, dentre as várias características mencionadas por Diegues, pode ser citada a organização das atividades desempenhadas pelos trabalhadores envolvidos nesta pesca, ou seja, existe de fato uma verdadeira divisão de tarefas por meio do uso de tecnologias avançadas, de modo que todos eles trabalham para uma determinada empresa sendo dessa maneira seus empregados e para tanto recebem salários.

4. 2 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE PESCADORES DO NORDESTE PARAENSE

Em um estudo realizado no Nordeste paraense, mais especificamente nos municípios de Vigia e Abaetetuba e nos Distritos de Icoaraci e Mosqueiro, Rocha et al. (1996) identificou-se seis formas de organização social de pescadores: a colônia de pescadores, o sindicato de pescadores, as associações, as cooperativas, as caixas pesqueiras e as organizações de apoio. Este trabalho teve como objetivo geral traçar um perfil sobre a situação das organizações de pescadores no Nordeste paraense, fazer uma avaliação de seu desempenho em relação a seus objetivos e identificar as necessidades para melhorar esse desempenho.

Segundo a autora, as colônias são a forma mais antiga de organização social na Amazônia, enquanto que as associações, as cooperativas e as caixas pesqueiras são mais recentes, isto é, iniciaram suas atividades a partir da década de 1990.

No que diz respeito ao surgimento das colônias, Campos (1993) relata que em 1817 Dom João VI, rei de Portugal, realizou a primeira tentativa de fundar uma colônia de pescadores, porém como esta atitude beneficiava somente a Coroa Portuguesa e a colônia se caracterizava como um departamento da Marinha e não como uma organização de pescadores essa iniciativa fracassou. Moraes (2002, p.39) menciona que o processo de fundação das primeiras colônias de pescadores foi realizado pela Marinha de Guerra do Brasil e isso aconteceu devido a dois fatores:

O primeiro, de ordem econômica, pois o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir vasta costa e uma variedade de águas interiores. O segundo, de ordem política, pois com o advento da Primeira Guerra Mundial, o Estado passou a intensificar suas políticas voltadas à defesa do território, temendo possíveis invasões, haja vista a amplitude do litoral brasileiro. Ninguém melhor que os pescadores são conhecedores dos “segredos do mar”, onde tradicionalmente vivem e produzem o sustento de

suas famílias. Conhecem os acidentes geográficos dos rios e mares, como pedras, bancos de areia, canais e os mistérios que envolvem as águas.

Desse modo, as primeiras colônias de pesca foram fundadas na cidade de Belém/PA em outubro de 1919. Isso ocorreu através de uma viagem coordenada pelo comandante da Marinha, o Sr. Villar (ROCHA et al. 1996). Sobre este fato, seguem as seguintes considerações:

Em 13 de outubro de 1919, parte do Rio de Janeiro com destino a Belém do Pará uma das maiores embarcações da Marinha: o Cruzador “José Bonifácio”. Sob a responsabilidade do comandante Frederico Villar, o objetivo dessa investida fora reunir os pescadores que se encontravam espalhados pelo litoral e interior do país em agremiações denominadas de colônias. A expedição teve início pela Ilha do Marajó, localizada na foz do rio Amazonas, que compreende uma área de 49 mil km², constituindo-se na maior ilha flúvio marítima do mundo. Os fatores que influenciam a fundação das primeiras colônias de pescadores no Brasil tiveram como precedentes uma viagem de Villar para a Europa e Estados Unidos, a fim de conhecer como se processava o funcionamento da atividade pesqueira em larga escala em outros países. Portanto, já havia uma pretensão do Estado em implantar uma indústria pesqueira nacional. Somou-se a isso o fator político, pois o pescador detém um conhecimento *in loco* da geografia, tanto o litoral quanto das águas interiores (MORAES, 2002, p.39-41).

Conforme mencionado na citação acima, os conhecimentos dos pescadores acerca das águas despertaram o interesse do estado de tal forma que com o propósito de conquistá-los, logo após a criação das colônias, passou a investir em prática paternalista e assistencialista. Como exemplos destas práticas, podem ser citados os serviços médicos, odontológicos, doações e consertos de redes que eram ofertados pelo estado aos pescadores.

Ainda sobre as colônias, Campos (1993, p.236) acrescenta o seguinte:

Criadas pela Marinha eram consideradas órgãos de colaboração dessa instituição militar e seus associados qualificados de “reservas avançados da Marinha”. Como na Federação, também nas Colônias o presidente não é um pescador. Normalmente é escolhido o comerciante local, dada a influência que ele pode exercer sobre os associados.

Moraes (2002, p.17) complementa dizendo que:

No princípio do trabalho, deparamo-nos com a maioria das colônias de pescadores sendo dirigidas por pessoas que nunca exerceram a pesca. Tal situação era a tônica da discussão sobre o segmento político dessas comunidades na década de 70 e 80. As lideranças eram representadas por comerciantes, atravessadores, e até funcionários públicos. Em época de

eleição essas entidades se transformavam em *currais eleitorais*, configurando-se como presas fáceis para políticos oportunistas. O analfabetismo e a pouca escolaridade dos pescadores eram utilizados pelos dirigentes como impedimento para justificar a ausência dos profissionais da pesca na administração da entidade.

Diante das colocações supracitadas, torna-se necessário ressaltar que na colônia de pescadores estudada, essa situação já se alterou, ou seja, tanto o presidente como os demais associados têm como profissão a pesca artesanal, sendo que dentre estes alguns se dedicam ao desempenho de outras atividades como forma de complementar a renda familiar. Tal situação pode ser retratada através da fala do Sr. Anacleto, pescador da comunidade Boa Vista do município de São Caetano de Odivelas/PA:

Pratico a pesca artesanal, mas faço trabalho braçal também. Serviço braçal não pega assim um mês sabe direto, é por semana, por dia, quando tem serviço e quando agente não tá ocupado na pesca, que agente tá parado. Se fosse sair hj pra pescar, deixava serviço de terra e ía pescar. (Informação verbal).

No que diz respeito ao reconhecimento das colônias, convém mencionar que o primeiro estatuto das colônias de pescadores foi publicado em 01 de janeiro de 1923, de tal forma que as definia como agrupamento de pescadores. A figura do estado era tão forte que até neste regulamento ele se mostrou presente. Sobre isso, Moraes (2002, p.43-44) relata o que segue:

[...] Esta regulamentação obrigava os pescadores a se matricularem nas colônias para poderem exercer a pescaria, além de assegurar a obrigatoriedade do serviço militar, tão logo fosse requisitada sua seleção. Nessa época, as colônias caracterizavam-se como viveiros da Marinha, pois os pescadores ficavam à disposição do Estado. Viveiros, porque associamos aos viveiros de camarões, que submersos às margens de rios e praias, armazenam certa quantidade de crustáceos vivos que ficam a disposição de seus proprietários, podendo ser apanhados na hora em que for conveniente, conforme suas necessidades. Assim, muitos pescadores foram embarcados nas grandes fragatas, deixando para trás famílias e também suas atividades no mar. Assumiram nova patente: de pescadores passaram a marujos.

Em 1941 foi aprovado um novo estatuto, pelo Ministério da Agricultura, onde houve alteração quanto à definição das colônias, ou seja, deixaram de ser agrupamento para se tornarem associação civil de classe. Mais tarde, nos anos de 1950, 1967 e 1973, os estatutos passaram por novas mudanças.

Rocha et al. (1996) ressalta que o estatuto de 1941 estipulou que as colônias fossem subordinadas às Federações Estaduais e à Confederação Geral dos Pescadores. Em 1967 surgiu o Decreto nº 221, o qual dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências (BRASIL, 1967). Com ele a Confederação teve alterada a sua nomenclatura. Assim, passou a se chamar Confederação Nacional dos Pescadores (CNP). Pouco tempo depois, em 26 de dezembro de 1973, a Portaria 471 do Ministério da Agricultura, definiu as colônias de pesca como Sociedade Civil, porém subordinadas aos órgãos públicos, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores (BRASIL, 1973).

Entretanto, nos dias atuais, esta situação de subordinação das colônias não existe mais, ou seja, segundo o art. 5º da Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008: “as Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização” (BRASIL, 2008, p.1). Com isso, as colônias de pescadores são responsáveis por defender os interesses e direitos dos trabalhadores do setor artesanal da pesca de suas localidades.

Já em nível estadual e federal, respectivamente, a Federação Estadual dos Pescadores do Pará (FEPA) e a Confederação Nacional dos Pescadores são os órgãos responsáveis por tratar de questões relacionadas à atividade da pesca artesanal. Sobre isso, os art. 1º e 2º da Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008, dispõem que:

Art. 1º As colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. (BRASIL, 2008, p.1).

Ainda com relação às colônias, torna-se importante mencionar a identificação que as mesmas recebiam e continuam recebendo ao serem fundadas. Esta identificação é composta pela letra “Z”, que tem por significado zona de pesca, acrescido de um número referente à ordem cronológica de fundação. (MORAES, 2002).

Fotografia 02 – Prédio da Sede da Colônia de Pescadores Z-04



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Outra organização verificada por Rocha et al.(1996) foram os sindicatos. Seu surgimento esteve ligado ao aparecimento do pescador industrial, os quais por possuírem vínculo empregatício com as empresas de pesca se organizavam em sindicatos. O primeiro surgiu em 1972 e recebeu o nome de Associação Profissional de Pescadores e Patrões de Pesca, de modo que em abril do mesmo ano passou por uma divisão por parte dos patrões de pesca. Assim, passou a se chamar de Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Pesca em Belém e era composto somente por pescadores, enquanto que os patrões de pesca criaram o Sindicato dos Patrões de Pesca.

Pouco depois, em maio de 1985, com a inclusão dos trabalhadores do Pará e Amapá, os condutores motoristas e os motoristas, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Pesca em Belém passou a ser denominado de Sindicato dos Condutores motoristas de pesca, Motoristas e Pescadores do Estado do Pará e Amapá, sendo composto desta maneira pelos pescadores, motoristas e condutores motoristas, sendo os últimos os de maior representatividade na organização.

Assim, existem hoje no Nordeste paraense quatro tipos de sindicatos. São eles: os Sindicatos das Indústrias de Pesca do Pará e Amapá, compostos por empresários do setor pesqueiro; os Sindicatos dos Patrões de Pesca, formado por comandantes de embarcações; o Sindicato dos Condutores, Motorista de Pesca e Pescadores do Estado do Pará e Amapá e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Pesca de Belém, composto por trabalhadores que processam e beneficiam o pescado no interior da fábrica.

No que diz respeito às associações, cooperativas e caixas pesqueiras, a autora as caracteriza como pequenas organizações formadas por menos de oitenta sócios e que procuram melhorias financeiras para os seus integrantes, especialmente para os pequenos pescadores. Assim, as associações e as cooperativas são definidas da seguinte maneira:

Uma associação pode ser definida como sendo sociedade civil sem fins lucrativos, tendo como objetivo “promover a implementação e a defesa dos interesses de associados; incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes”. Tem amparo legal pelo Artigo 5º da Constituição Federal e o Código Civil, e pode representar os associados em ações coletivas de interesse dos mesmos. De acordo com a Organização de Cooperativas Brasileiras – OCB, a Cooperativa é “uma associação de pessoas (no Brasil, mínimo de 20) que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para a exploração de uma atividade econômica, de interesse comum, sem objetivo de lucro”. A Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define o regime jurídico das Cooperativas brasileiras. Segundo a OCB, uma das formas de classificação das cooperativas é de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por ela ou por seus associados. No que diz respeito às cooperativas de pescadores que foram objeto deste estudo, estas estariam, por definição, no segmento de “produção” (ROCHA et al., 1996, p. 474-481).

Quanto às organizações de apoio, a mencionada autora por meio do estudo realizado considera as que surgiram na década de 1980 e as define como órgãos de apoio e assessoramento, num nível macro. São elas: o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) – Regional Norte e o Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA). Ressalta-se que além desses órgãos a FEPA é também considerada de apoio e assessoramento. No que diz respeito ao Conselho Pastoral dos Pescadores, tal termo é definido da seguinte forma:

É uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos – CNBB, tendo seu marco inicial de trabalho no ano de 1968 na Região Nordeste através de um frade franciscano, cujo objetivo é desenvolver um trabalho de esclarecimento e “formação”, junto aos pequenos pescadores do País. No ano de 1985 foi criado o Regional Norte do CPP, com sede em Belém e atração ainda restrita somente no Estado do Pará (ROCHA et al., 1996, p. 488).

Esse conselho tem como prioridade a formação, o acompanhamento das organizações, o meio ambiente e as alternativas de sobrevivência. Quanto à formação, o objetivo do conselho é fazer com que através da oferta de cursos, encontros, seminários e pequenas reuniões os pescadores tornem-se agentes com capacidade de resolverem suas dificuldades por meio da organização de sua categoria. O acompanhamento é uma assessoria técnica e ocorre nas diversas organizações, tais como: colônias, associações, cooperativas e

nos movimentos criados pelos pescadores. A preservação do meio ambiente é também uma preocupação do conselho, pois somente preservando-o é que as futuras gerações terão acesso ao pescado. Por último tem a busca de alternativas de sobrevivência, na qual o conselho não só incentiva, mas também acompanha atividades que complementem a renda familiar dos pescadores como, por exemplo, a criação de peixes em cativeiro e o plantio de grãos.

Apesar disso, torna-se importante comentar que nos dias de hoje o conselho atende apenas na região do Tocantins, mais precisamente na cidade de Limoeiro do Ajirú. Tal situação deve-se às dificuldades financeiras pelas quais o referido conselho tem passado. Até mesmo na região do Salgado, mais especificamente em Marudá/PA, os agentes pastorais precisam afastar-se temporariamente. Isso ocorre devido à superposição de tarefas que os mesmos possuem, em razão de serem constantemente convocados a desenvolver atribuições em outras regiões ligadas ao CNBB (POTIGUAR JUNIOR, 2002, p.7).

Já o Movimento de Pescadores do Pará será explicado no próximo tópico - o dos movimentos sociais pesqueiros do Nordeste paraense.

4. 3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS PESQUEIROS DO NORDESTE PARAENSE

Como foi dito anteriormente, a organização dos movimentos sociais pesqueiros nunca foi notada como um processo forte igualmente a dos agricultores, operários e outras categorias de trabalhadores. Entretanto, Campos (1993) apresenta o movimento da Cabanagem como sendo o de maior notoriedade em termos de movimento popular que já aconteceu no Brasil, mais precisamente no Pará e que contou com a participação ativa dos pescadores no tocante às suas lutas contra medidas que prejudicavam suas atividades. Como forma de explicar melhor tal situação, o autor relata o que segue:

A Cabanagem foi caracterizada principalmente por ser uma insurreição popular e por ter conseguido constituir o primeiro governo popular que a história registra. O ápice deste movimento ocorre no biênio de 1835/36, quando a Província do Grão Pará é dirigida por um governo popular. Os cabanos eram caboclos humildes que moravam em cabanas às margens dos rios e igarapés do Pará, por onde o movimento insurrecional se alastrou. É justo ressaltarmos nestas páginas esta revolução popular, pelo fato de nela os pescadores terem participado de forma ativa. Se o grupo de Cabanos era composto também de ribeirinhos, é de se supor que os pescadores tenham tido grande participação. É o historiador Luiz Geraldo da Silva quem relata com precisão o grau de participação dos pescadores nesse movimento: “No conjunto dos combates de todo o povo paraense oprimido, ressalta-se a luta dos pescadores contra as normas proibitivas às suas atividades, aos impostos excessivos e aos monopólios impostos às suas atividades pelas classes dominantes do Pará” (CAMPOS, 1993, p.234).

Sobre esse movimento, Potiguar Junior (2002, p.4) contribui dizendo que “[...] deve ser lembrado que a Cabanagem não era uma reação genuína dos trabalhadores da pesca, mais um processo onde o objetivo era um projeto maior de conquista social.”.

Essa colocação vem ao encontro do que diz Cardoso (2009, p. 10) ao apresentar as seguintes considerações:

A politização do movimento dos pescadores e de suas manifestações ao longo dos últimos decênios tem sido acompanhada de uma maior visibilidade destes sujeitos sociais como agentes políticos em luta por melhores condições de trabalho, morada, saúde e pela valorização de seu saber.

Além disso, é importante mencionar a importância que a Igreja Católica adquiriu no processo de organização dos movimentos sociais pesqueiros, principalmente a partir de 1964, período em que ocorreu a fase militar e como consequência tais movimentos foram forçados a se retraírem. Esta colocação pode ser melhor explicada na citação abaixo:

A Igreja Católica, muito timidamente, começou um trabalho junto aos pescadores do Nordeste brasileiro com o objetivo de reuni-los para discutir seus problemas e buscar algumas soluções. Essa discussão tinha como pano de fundo a conscientização dos pescadores, alertando-os naquele momento principalmente para o fato de as colônias estarem sendo dirigidas por pessoas que não faziam parte da categoria. Segundo o historiador Luiz Geraldo da Silva (1988), a primeira colônia a ser conquistada foi a Goiana, em Pernambuco. Esse trabalho da Igreja Católica, que teve a ajuda de outras entidades, foi se espalhando pelo Brasil afora e chegou ao Pará. Com significativa contribuição da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi possível conquistar em 1982, a colônia de pescadores de Santarém, que era dirigida por um fazendeiro local. Foi grande a repercussão dessa conquista em todo o país e contribuiu enormemente para o início da conscientização da categoria (CAMPOS, 1993, p.236-237).

Ainda segundo o autor, durante muito tempo, particularmente no Pará, a colônia de Santarém serviu de exemplo para os movimentos de lutas nas várias colônias do estado. Com isto, começaram a surgir movimentos de oposição aos presidentes das colônias, tendo como consequências as conquistas de várias outras colônias, de modo que em alguns casos foi preciso desencadear lutas, o embate judicial e até mesmo a utilização da força física.

A partir daí o movimento ganhou força em todo o país. Em 1985, uma iniciativa do presidente da Confederação Nacional dos Pescadores juntamente com o movimento de pescadores chamado de Constituinte da Pesca resultou em alguns direitos que os pescadores

conquistaram, de tal maneira que os mesmos foram incluídos na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no artigo 8º. São eles: liberdade organizativa, autonomia e não interferência do poder público na organização sindical e a equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos (BRASIL, 1988). Esta conquista foi essencial para mostrar para todos que de fato os movimentos de pescadores quando organizados contribuem para o desenvolvimento do país.

Em seguida, foi criado o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE). A respeito deste movimento, são feitas as seguintes considerações:

O MONAPE tem como princípio básico a luta pela “autonomia e independência dos pescadores e pela transformação da sociedade atual, mais justa e humana”. Dentro desse contexto, o MONAPE está envolvido hoje em lutas de grande vulto, como é o caso da definição de uma política pesqueira que leve em consideração os pescadores artesanais; a luta pela defesa do meio ambiente; Previdência Social, entre outras. Como toda organização nacional existe pela sustentação de que dispõe nos Estados, com o MONAPE não é diferente. O movimento tem suas ramificações estaduais, que garantem as lutas locais e respaldam as reivindicações a nível nacional. O braço do MONAPE no Pará é o MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Estado do Pará. Este Movimento Estadual vinha sendo amadurecido desde 1988, quando ocorreram as primeiras reuniões, até se constituir de fato numa força organizativa em 1990, com uma representação maior (CAMPOS, 1993, p.238).

Ainda de acordo com o referido autor, o MOPEPA já realizou várias lutas no Pará, transformando-se assim em um órgão forte, de tal maneira que é considerado nos dias de hoje a voz da categoria. Enquanto que a Federação Estadual dos Pescadores do Pará não passa de um órgão sem força e desacreditado. Sobre isso, Rocha et al. (1996) menciona que o descontentamento dos pescadores com os órgãos oficiais de representação da categoria dos pescadores do Pará foi o fator principal para que as colônias se organizassem em um movimento.

Dessa maneira, foi por meio do referido movimento que os pescadores conseguiram participar nos anos de 1991 e 1992, em Belém, dos I, II e III Grito do Campo. Este movimento caracterizou-se por reunir os trabalhadores rurais do Estado com o objetivo de cobrar das autoridades as reais condições para que o homem do campo pudesse produzir. Assim, como os trabalhadores da pesca perceberam que tinham interesses comuns aos de outros trabalhadores resolveram juntar suas forças ao movimento.

Outra mobilização que ocorreu devido ao MOPEPA foi o Grito da Terra Brasil. Foi graças a ele que o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) - Especial voltou

a beneficiar os pescadores artesanais, de modo que foi criada uma comissão responsável para elaborar a regulamentação do financiamento à pesca artesanal. Esta comissão foi formada por representantes do Banco da Amazônia (BASA), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), do MOPEPA e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (ROCHA et al., 1996).

Ainda segundo a mencionada autora, convém ressaltar que a situação do movimento não é das melhores. Não possui sede própria. Sua fonte de renda é proveniente de doações de entidades e de indivíduos que acreditam neste tipo de serviço, o que ocasiona dificuldades financeiras que acarretam na não oferta de cursos de capacitação na qualidade e quantidade requeridas, tendo que diante desta situação solicitar o apoio de instituições que atuam nessa área como, por exemplo, do Conselho Pastoral de Pescadores. Outro problema enfrentado diz respeito à assessoria administrativa prestada pelo movimento. Por não disponibilizar de pessoal capacitado tem que buscar parcerias com outras instituições com o objetivo de que as mesmas disponibilizem cursos e eventos para a categoria. Dentre as instituições parceiras, podem ser citadas a Cáritas Brasileira e a Comissão Pastoral da Terra.

É imprescindível ressaltar que além da participação e das conquistas alcançadas por meio da organização da categoria em movimentos sociais, merece atenção o fato de que estes trabalhadores estão empenhados na luta pela proteção do meio ambiente, seja por meio da implantação de medidas preventivas, seja pela exigência dos reparos dos danos já ocorridos. Isto é compreensível devido ao motivo de que os pescadores para poderem continuar com suas atividades de pesca dependem diretamente do meio ambiente. Deste modo, considera-se conveniente citar o que diz Campos (1993, p.239):

O pescado já é escasso em grande parte dos rios da Amazônia e na Baía do Marajó, bem como na costa paraense, na chamada região do Salgado. Na região Tocantina, que é a área de influência da Barragem de Tucuruí, praticamente já não existe mais produção pesqueira. A exceção fica por conta do grande lago artificial de Tucuruí que tem uma produção surpreendente de pescado, com destaque para o Tucunaré. Os outros municípios ribeirinhos convivem com a fome, apelando ao “açai velho de guerra” para garantir a sobrevivência.

Assim, como forma de reverter ou pelo menos minimizar a situação colocada acima, o autor propõe que a categoria intensifique cada vez mais a luta pela preservação do meio ambiente, buscando novas formas de pressionar o Poder Público para não só garantirem os direitos já conquistados e não postos em prática, mas também a adoção de medidas como, por

exemplo, a implementação de uma política pesqueira específica para a Amazônia, considerando para tanto as suas particularidades.

Além desses movimentos sociais, considera-se importante comentar a respeito de outro que vem ganhando força nos últimos anos, o das mulheres pescadoras, as quais vêm buscando reconhecimento de seu estatuto de trabalhadoras da pesca. Sobre isso, Maneschy e Almeida (2002, p.49) dizem o que segue:

Nos últimos anos, constata-se o aparecimento de associações de mulheres, ou de associações em que as mulheres são maioria, em comunidades pesqueiras ou agropesqueiras na região do nordeste paraense. Essas associações vêm somar-se às associações de pescadores, de agricultores, de extrativistas e de outras categorias de trabalhadores rurais que têm florescido e cuja criação, geralmente, está voltada para a busca de alternativas de renda, de melhoria nas condições de produção e comércio, ou na base tecnológica. Paralelamente, em organizações representativas da categoria profissional de pescadores artesanais, emerge a categoria pescadora, como figura de discurso. Algumas iniciativas são implementadas, a exemplo da promoção de reuniões e seminários para *pescadoras*. Nas associações, também se verifica uma apropriação discursiva dessa categoria, vinculada a um questionamento sobre direitos relativos à condição de trabalho.

Como exemplos de associações de mulheres em áreas de pesca e de associações comunitárias onde é bastante expressiva a presença de mulheres, as referidas autoras citam as seguintes: a Associação de Mulheres na Pesca de Vigia; a Associação de Mulheres na Pesca de Cachoeira do município de São Caetano de Odivelas; a Associação de Mulheres na Pesca e na Agricultura de Pereru (AMPAP) também do município de São Caetano de Odivelas; a Associação de Mulheres da Área Pesqueira de Marudá no município de Marapanim, dentre outras.

Convém mencionar que em razão de a presente pesquisa ter sido realizada em São Caetano de Odivelas, a Associação de Mulheres na Pesca e na Agricultura de Pereru foi visitada nas primeiras viagens de campo ao município. Outra associação visitada no mesmo município e que se caracteriza também pela presença feminina é o Clube das Mães de São João dos Ramos, a qual também é presidida por uma mulher. Na primeira, a maioria das mulheres são catadoras de caranguejo. Já na segunda, poucas mulheres trabalham diretamente com a pesca, a maioria desempenha várias outras atividades dentre elas, podem ser citadas as seguintes: roça, venda de polpas de frutas, dona de casa, estudantes, funcionária pública municipal, entre outras. Entretanto, seus maridos são pescadores artesanais.

Nessas duas associações foram relatadas melhorias implantadas através do esforço dos seus membros com os devidos apoios exteriores, as atividades que desenvolvem e suas

principais reivindicações. Como forma de exemplificar tais informações, na Associação das Mulheres de Pesca e Agricultura da Vila do Pereru foram citadas as seguintes melhorias: uma biblioteca para os estudantes, uma sala com computadores conectados a internet e a aquisição de um caminhão frigorífico.

Na Associação do Clube das Mães de São João dos Ramos também foram relatadas melhorias e mais alguns problemas. A presidente dessa organização é professora, artesã e cuida da biblioteca que, com a doação de livros por intermédio de várias pessoas, conseguiu implantar na comunidade. Ela também já fez um excelente trabalho de reciclagem, o qual atualmente se encontra parado por falta de material adequado para o serviço e reclamou muito da falta de recursos e de apoio para que possa dar continuidade a este trabalho.

A maioria das reclamações foi de que há ausência de apoio para que as mulheres possam levar adiante as suas atividades. Entretanto, o que realmente observou-se durante os depoimentos foi que existe uma desorganização por parte das mesmas e falta de uma orientação adequada quanto aos órgãos competentes que podem procurar para conseguir as devidas ajudas. Assim, no município de São Caetano de Odivelas/PA existe a EMATER, a qual poderia colaborar e muito com a continuidade e/ou implantação das atividades relatadas pelas mulheres, porém de forma sustentável. Outra reclamação foi com relação ao estrago de frutas que são produzidas em grande quantidade, principalmente o *Byrsonima crassifolia* (L.) Rich (muruci), o *Spondias lutea* Linn (taperebá) e o *Astrocaryum aculeatum* (tucumã). Assim, a maioria dos depoimentos relatou a falta de material para processá-las e transformá-las em polpas.

Diante desses relatos, foi possível perceber que as mulheres têm muita força de vontade em desempenhar alguma atividade e que por intermédio desta possam a vir a ter uma renda, porém precisam levar suas demandas às instâncias competentes, pois os servidores desses órgãos não têm como saber se tal comunidade necessita de alguma ajuda, já que as mesmas não se manifestam.

Assim, como fruto dessas movimentações, ressalta-se a recém criada Articulação Nacional de Pescadoras no Brasil (ANP), fundada em 2006 durante uma reunião no Recife e contou com a participação de vários apoios, dentre eles cita-se o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP). Já o segundo encontro aconteceu em 2010. Sobre tal movimento, Maneschy e Álvares (2010, p.3) fazem o seguinte relato:

De um lado, portanto, verifica-se a formação de associações próprias de mulheres pescadoras, como a mencionada Articulação de pescadoras no

Brasil, ou as associações de mulheres de pescadores. De outro lado, elas buscam também o direito de adentrarem nas organizações de classe existentes, como os sindicatos, as colônias e as federações de pescadores em pé de igualdade com os sócios homens. Formar ou vincular-se a organizações é, muitas vezes, uma exigência para atuar na defesa de direitos sociais e políticos, na defesa da terra e do meio ambiente, assim como para alcançar políticas compensatórias e de apoio à geração de renda. De fato, embora as mulheres possam efetivamente participar das decisões relativas à produção no interior da família, compartilhando a administração das pescarias com os companheiros, elas carecem de voz nas organizações.

Diante disso, observa-se o esforço das mulheres pescadoras em serem reconhecidas profissionalmente, enquanto categoria, da mesma forma que os homens pescadores são. E com isso conquistarem o direito de receberem alguns benefícios. Dentre estes, destacam-se os previdenciários, os quais não contemplam o trabalho das mulheres na pesca devido as suas características. Essa situação é ilustrada na citação que segue:

[...] a exclusão ocorre especialmente em países onde a titularidade para esses benefícios requer contribuições financeiras regulares, ou limites mínimos de tempo de contribuição ou, ainda, exercício contínuo da profissão, como no Canadá, por exemplo. (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p.2).

Além dos direitos mencionados, as mulheres pescadoras almejam conquistar outros, tais como a prevenção dos problemas de saúde ocupacional que lhes atingem. Dentre eles podem ser citados as lesões por esforço repetitivo (LER), problemas de coluna e de pele ocasionados em razão da exposição ao sol, afecções ginecológicas e vulnerabilidade a animais peçonhentos. Isso significa conseguir uma cobertura de saúde condizente com suas realidades.

Diante dessas reivindicações, torna-se necessário comentar que as funções exercidas pelas mulheres alteraram-se significativamente. Como forma de visualizar tais mudanças, considera-se conveniente apresentar a seguinte colocação:

No passado, além de elas participarem de pescarias próximas, havia uma série de tarefas pré e pós-captura que absorviam os vários membros das famílias, tarefas ligadas à confecção e manutenção dos instrumentos e à conservação dos produtos. Em geral, portanto, as mulheres atuavam na pesca como parte da unidade produtiva familiar. Com as modificações apontadas no cenário regional, elas alteraram suas formas de atuação. Continuaram assumindo algumas tarefas ligadas à pesca em família, mas em menor proporção devido às novas tecnologias e às maiores distâncias das zonas de captura. Porém, elas também passaram a se engajar em atividades remuneradas, contribuindo para a diversificação das fontes de renda familiar. Em portos como Vigia e São Caetano de Odivelas, Nordeste do Pará, são conhecidas as “tecedeiras” de redes, que tecem redes de náilon por encomenda, pagas segundo o número de “braças” tecidas. O beneficiamento

de caranguejos e mexilhões foi difundido em localidades próximas a manguezais nos municípios de Bragança, Marapanim e São Caetano de Odivelas. A atividade ocupa, sobretudo, mulheres, chamadas “catadeiras”. Além do beneficiamento de mariscos, as mulheres são também mobilizadas para processar pescado em empresas de pesca. É uma prática comum em Belém e em portos pesqueiros de maior movimento ao longo do litoral do Pará. Em menor proporção, mulheres auxiliam na despesca de currais da família. Eventualmente, fazem-nos para pessoas de fora de seu círculo familiar (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p.3-4).

Com isso, verifica-se o pluralismo econômico das mulheres na pesca, as quais contribuem com sua produção tanto para o consumo do seu lar como para o mercado. O grande problema é que tais atividades são temporárias e não são consideradas como atividades pesqueiras para fins de reconhecimento profissional. Essa situação pode ser explicada melhor através da citação abaixo:

Se é possível constatar que as pescadoras brasileiras alcançam visibilidade social e política, elas continuam a enfrentar déficits no reconhecimento das muitas particularidades de suas atividades. Como visto anteriormente, muitas vezes elas não se dedicam de modo contínuo aos trabalhos na pesca, não só porque não há demanda constante, mas também porque elas conciliam esses trabalhos com atividades econômicas fora da pesca e, finalmente, porque cuidam das famílias sem usufruírem de infraestrutura e de equipamentos coletivos apropriados (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p.6).

Contudo, de acordo com as mencionadas autoras, as mobilizações das mulheres da pesca proporcionaram passos significativos. Como exemplo pode-se citar a 1^o Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, em 2003. Nesta, houve a presença ativa de mulheres nas delegações de pescadores artesanais. Devido o questionamento do número reduzido de mulheres, esse evento motivou a realização do 1^o Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura em Brasília, no ano de 2004, pelo Governo Federal. Mais tarde, em 2009, tais mobilizações culminaram na formulação da nova Lei de Pesca do Brasil, Lei n 11.959, de 29 de junho de 2009, a qual apresentou uma concepção mais ampla de pesca e contribuiu para o reconhecimento das mulheres como agentes produtivos. Assim, tal lei inseriu na categoria atividade pesqueira artesanal os trabalhos de confecção, de reparos de artes, apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal, nos quais é grande a presença das mulheres. Isso pode ser visualizado no art. 4^o, parágrafo único da referida lei, o qual diz o seguinte:

Art. 4^o A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte,

comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009, p.3-4)

A partir daí, começou a se observar que as reuniões governamentais que tratavam sobre questões pesqueiras passaram a incorporar em suas discussões assuntos referentes às mulheres pescadoras. Um exemplo desses encontros foi o Fórum Pan-Amazônico de Pesca organizado pela Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SEPAQ), em novembro de 2008, na cidade de Belém. Assim, a SEPAQ promoveu reuniões em várias colônias de pescadores do estado do Pará com o intuito de fazer o levantamento de demandas e propostas a serem incluídas na pauta do Fórum. A respeito desse encontro, torna-se conveniente fazer o seguinte comentário:

As demandas por reconhecimento referem-se especificamente aos órgãos públicos de seguridade social, de trabalho (Ministérios e delegacias regionais) e às secretarias executivas do setor pesqueiro. Quanto às propostas de valorização e de projetos de apoio, a maioria se refere a cursos de capacitação, inclusive em legislação pesqueira. Por sua vez, a grande procura por creches manifesta a escassez desse serviço público nas áreas rurais. Tal carência faz-se sentir com mais rigor devido à falta de informação e de reconhecimento profissional que deixam muitas mulheres sem cobertura previdenciária ligada à maternidade (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p.5-6).

Diante do exposto, percebe-se que mesmo após muitos movimentos, reivindicações e conquistas, o acesso das mulheres pescadoras aos benefícios previdenciários ainda é muito pequeno. Entretanto, ressalta-se que muita coisa já mudou para elas nos últimos vinte anos. Para exemplificar tal situação, é importante apresentar a colocação que segue:

[...] Até 1991, a mulher pescadora só poderia ser inscrita na Previdência Social nas hipóteses de ser dependente do marido ou de encontrar-se na condição de chefe de domicílio. A partir dessa data (25 de julho de 1991), quando foi sancionada a lei do novo GRPS, esse direito foi estendido a todos os membros do grupo familiar que exerçam atividades em regime de economia familiar. Ou seja, independentemente de o marido ser inscrito, a mulher também passou a ter esse direito (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006, p.35)

Além disso, os referidos autores através de uma pesquisa realizada com o objetivo de caracterizar o cenário atual do sistema de previdência social no estado do Pará junto ao setor pesqueiro artesanal constataram que muitas mulheres pescadoras não se reconhecem como

trabalhadoras, deixando claro com isso que a discriminação começa muitas vezes a partir delas mesmas. Para ilustrar o que foi dito, os autores fazem a seguinte explicação:

Mesmo sendo beneficiária enquanto cidadã, as dificuldades de seu reconhecimento como trabalhadora ainda são bastante comuns, não raro, até pelas próprias pescadoras, fato que se observa na hora da comprovação do exercício da profissão. Além do atestado dado pela colônia, a pescadora deve apresentar outros documentos, que comprovem sua condição de trabalho, dentre os quais: comprovante de matrícula sua ou dos filhos na escola, certidão de casamento, fichas de compra a crédito em lojas comerciais, registros em casas de saúde, hospitais e outros. Entretanto, constata-se que, nesses documentos consta sua identificação como “dona de casa”, ou seja, a sua condição de trabalhadora torna-se invisível, na medida em que ela não se assume nessa condição - ou não se assumia anteriormente - e não é orientada para tal. Em parte, isso se deve aos padrões culturais, principalmente nas áreas rurais e, mesmo, em pequenas cidades, em que as mulheres acumulam a atividade produtiva com tarefas domésticas. Mesmo que a atividade produtiva seja destinada à subsistência do lar e gere renda, ainda assim, ela e os seus próximos não assimilam suas responsabilidades com o trabalho (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006, p.36).

Os autores mencionam ainda que muitas colônias do estado do Pará têm incentivado as mulheres no que diz respeito aos seus acessos aos direitos previdenciários. Como exemplo dessa iniciativa, os autores citam a Colônia de Barcarena, onde no último trimestre de 2003, aproximadamente 70% do quadro dos novos associados era formado por mulheres. Apesar disso, ainda persistem em algumas colônias o sentimento de discriminação com relação ao reconhecimento das mulheres como trabalhadoras. Sobre esse fato, são feitas algumas colocações, tais como:

Vencer as barreiras não tem sido tarefa fácil, principalmente porque somente agora, elas próprias estão se reconhecendo como pescadoras. Trabalhando, principalmente, na captura de mariscos, no beneficiamento de produtos, e na confecção e reparo de apetrechos de pesca, as mulheres aos poucos, estão se impondo num setor que guarda uma cultura de preconceitos em relação a elas. Algumas associações de mulheres pescadoras se formaram nos últimos anos no Estado. Com base no estudo do SINE, das 60 entidades associativas da categoria incluídas na pesquisa, onze eram formadas exclusivamente por mulheres e uma era mista. No I Congresso dos Pescadores do Oeste do Pará e Baixo Amazonas, ocorrido em 2000, uma das reivindicações apresentadas foi a de que as mulheres tivessem acesso aos benefícios de forma igualitária, sem sofrerem discriminação, andá que estas não exerçam a atividade pesqueira de forma ininterrupta. É importante destacar esse reconhecimento de que a mulher pescadora, pelo fato de ter outras atividades, nem sempre exerce a pesca de maneira continuada ou exclusiva e isso não deveria desqualificá-la para fins de recebimento de benefícios previdenciários (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006, p.37-38).

Através dessas considerações, percebe-se que o recebimento dos recursos advindos dos benefícios previdenciários é algo considerado muito importante para as mulheres pescadoras. Tal importância pôde ser observada pelos autores durante as entrevistas realizadas em campo, onde houve relatos de mulheres que contam com tais recursos financeiros para melhorar as condições de seu trabalho, como, por exemplo, a compra de uma canoa. Isso deve-se ao fato de que os recursos provenientes da pesca servem apenas para o seu próprio sustento e de sua família, o que as impossibilita de auferir renda com o dinheiro do seu trabalho. Diante disso, os autores citam o salário maternidade como um exemplo de benefício no qual os recursos são utilizados para o referido fim.

5 A REGULACÃO JURÍDICA DAS ATIVIDADES DAS COLÔNIAS DE PESCADORES

A Ciência jurídica é dividida em vários ramos. Dentre eles, podem ser destacados o Direito Penal, o Administrativo, o Civil e o Ambiental. Porém, como a pesquisa teve como objeto de análise as ações de gestão ambiental de uma colônia de pescadores são utilizados nesse trabalho alguns princípios do Direito Ambiental, mas especificamente os que apresentam uma relação com o que é ou que deveria ser praticado na colônia de pescadores Z-04 do município de São Caetano de Odivelas/PA.

Com isso, dentre vários princípios do Direito Ambiental, foram escolhidos para esse estudo os da prevenção e precaução. Isso se deveu a dois motivos. Primeiro, pelo fato de que as colônias de pescadores apresentam como uma de suas competências a de defender os interesses e direitos da categoria dos pescadores artesanais em nível local e como os mesmos dependem diretamente do ambiente para sobreviverem e exercerem sua atividade profissional, nada mais justo que a colônia enquanto organização criada para esse fim utilize tais princípios em suas ações. E segundo, em razão de que as colônias têm como um de seus direitos a preservação do meio ambiente, isto é, elas representam contra ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente. Assim, parte-se do pressuposto de que as mesmas utilizam ou deveriam fazer uso dos princípios da prevenção e precaução, pelo fato de que eles possuem como objetivo comum a proteção do meio ambiente. Considera-se, portanto, fundamental para a pesquisa dedicar um tópico para apresentar e discutir tais princípios, de modo que isto será feito de acordo com a visão de vários autores que tratam do assunto.

Da mesma maneira, as questões jurídicas sobre as colônias serão mais bem explicadas no tópico destinado à regulamentação infraconstitucional, mais precisamente na Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Nesta parte, além da referida lei, serão mostradas e discutidas a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Porém, destas legislações serão apresentados somente os artigos que têm relação com a colônia Z-04.

Contudo, antes de discorrer sobre os princípios, torna-se necessário ressaltar que o leitor pode levantar a questão de que como o município de São Caetano de Odivelas/PA ainda não é contemplado pelo benefício do seguro defeso, o presente capítulo estaria pecando pelo atrelamento da colônia analisada aos princípios da prevenção e precaução, já que com a ausência do referido benefício os pescadores não têm como parar de pescar nos períodos de

defeso, pois não teriam como se manter sem o recebimento do recurso proveniente do benefício.

Entretanto, o objetivo é apresentar o que significa os referidos princípios, para que nos capítulos reservados à análise e à discussão dos resultados e às conclusões possa ser mostrado o que a colônia em estudo, independente do seguro defeso, faz e o que pode fazer em defesa do meio ambiente, tomando-se por base os direitos e competências que as colônias de pescadores apresentam perante os pescadores artesanais e para com a preservação do meio ambiente.

5. 1 OS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO

O Direito Ambiental é composto por diversos princípios que apresentam em suas definições particularidades que tanto os diferenciam uns dos outros, quanto determinam as suas aplicações de acordo com as especificidades de cada caso. Porém, possuem como objetivo comum a proteção do meio ambiente. Sobre isto, Colombo (2004, não paginado) faz a devida colocação:

O direito ambiental, entendido sob o prisma de uma ciência dotada de autonomia científica, apesar de seu caráter interdisciplinar, obedece, na aplicação de suas normas, a princípios específicos de proteção ambiental. Neste sentido, os princípios que informam o direito ambiental têm como escopo fundamental proteger o meio ambiente e, assim, garantir melhor qualidade de vida a toda coletividade.

Nota-se que com essa colocação, a autora pretende mostrar que o Direito Ambiental apesar de ser um ramo interdisciplinar da ciência jurídica é formado por princípios que possuem objetivos bem específicos, ou seja, caracterizam-se por buscarem a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos.

Ratificando a citação acima, Antunes (2005, p.31) afirma que:

As particularidades do Direito Ambiental, obviamente, implicam uma série de princípios diversa daquela que, usualmente, informa os demais “ramos” da ciência jurídica. Os princípios do Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e das futuras gerações, bem como de conciliar os dois elementos anteriores com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado.

Diante dessa consideração, observa-se que o Direito Ambiental apresenta como particularidades que o diferenciam dos outros ramos da ciência jurídica vários princípios, os

quais apresentam objetivos bem específicos, ou seja, proteger a vida, seja qual for a forma que esta se apresente, tentando garantir um padrão digno de existência tanto para os seres humanos desta, quanto das próximas gerações, acrescentando-se ainda a conciliação destes elementos com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Para Colombo (2004), os princípios são considerados o alicerce do Direito Ambiental, de tal modo que além de nortear a aplicação das normas referentes à preservação do meio ambiente, colaboram para a compreensão da disciplina. O referido autor considera ainda que:

Não obstante a importância de todos os princípios do direito ambiental é preciso destacar que o princípio da precaução se constitui no principal norteador das políticas ambientais, à medida que este se reporta à função primordial de evitar os riscos e a ocorrência dos danos ambientais (COLOMBO, 2004, não paginado)

Nota-se que apesar de a autora considerar todos os princípios do Direito Ambiental importantes, ela ressalta que o princípio da precaução pelas funções que tem, isto é, de evitar os riscos e a ocorrência dos danos ambientais acaba tornando-se o principal direcionador das políticas ambientais diante dos demais.

Como forma de apresentar a importância do princípio da precaução, a mencionada autora comenta a presença deste nos princípios 15 e 17 da Declaração do Rio de Janeiro (1992). Este evento “discutiu as medidas necessárias para que houvesse uma redução da degradação do meio ambiente, além de estabelecer políticas ambientais que conduzissem à efetiva concretização do desenvolvimento econômico sustentável” (COLOMBO, 2004, não paginado). Além deste, a autora relata que até mesmo os eventos internacionais incorporaram o princípio da precaução em seus textos. Dentre eles, podem ser citados a Convenção da Diversidade Biológica, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Convenção de Paris para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste e a Segunda Conferência Internacional do Mar Morto.

Ainda de acordo com a autora, a importância do princípio da precaução é tão reconhecida que o mesmo foi incorporado no art. 225, § 1º, IV da Constituição Federal e também no art. 54, § 3º da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais). Deste modo, considera-se importante mostrar o que diz o art. 225, § 1º, IV da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-

se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. §1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (BRASIL, 1988, p.77).

Já a Lei 9.605/98 apresenta o art. 54, § 3º da seguinte maneira:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º. Se o crime é culposo: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. § 2º. Se o crime: I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; II - usar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; IV - dificultar ou impedir o uso público das praias; V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos: Pena - reclusão, de um a cinco anos. § 3º. Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível (BRASIL, 1998, p.10).

Diante disso, torna-se necessário para a presente pesquisa apresentar e discutir nos próximos parágrafos os conceitos, as características e as particularidades dos princípios da prevenção e precaução.

Assim, para Antunes (2005) o princípio da prevenção é muito próximo do da precaução, porém apresentam certas especificidades que os diferenciam. Colombo (2004) ressalta que antes da Declaração do Rio de Janeiro (1992), grande parte dos documentos utilizava o termo prevenção em vez de precaução. A mesma diz ainda que a própria Constituição Brasileira não trás uma distinção clara quanto a esses termos, utilizando-os praticamente como sinônimos. Assim, o princípio da precaução pode ser definido como “aquele que determina que não se produzam intervenções no meio ambiente antes de ter a certeza de que estas não serão adversas para o meio ambiente” (ANTUNES, 2005, p.36). Diante desta definição, entende-se que para o princípio da precaução é preciso ter a certeza absoluta de que um determinado ato não irá causar algum dano ao meio ambiente, caso contrário não deverá ser praticado. Com relação a isto, o autor acrescenta o seguinte:

Nem sempre a ciência pode oferecer ao Direito uma certeza quanto a determinadas medidas que devam ser tomadas para evitar esta ou aquela consequência danosa ao meio ambiente. Aquilo que hoje é visto como inócuo, amanhã poderá ser considerado extremamente perigoso e vice-versa. Já se tem obtido o reconhecimento judicial de que na dúvida, na incerteza, não se deve praticar tal ato ou permitir o uso ou a produção de determinadas substâncias. Diante da incerteza científica, tem sido entendido que a prudência é o melhor caminho, evitando-se dano que, muitas vezes, não poderão ser recuperados. (ANTUNES, 2005, p.35-36).

Quanto ao princípio da prevenção, o mencionado autor considera o que segue:

O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e que tenham uma história de informações sobre eles. É o princípio da prevenção que informa tanto o licenciamento ambiental como os próprios estudos de impacto ambiental. Tanto um como outro são realizados sobre a base de conhecimentos já adquiridos sobre uma determinada intervenção no ambiente. O licenciamento ambiental, como principal instrumento de prevenção de danos ambientais, age de forma a prevenir os danos que uma determinada atividade causaria ao ambiente, caso não tivesse sido submetida ao licenciamento ambiental (ANTUNES, 2005, p.37).

Diante da colocação acima, compreende-se que o princípio da prevenção é posto em prática quando já se conhece os impactos que uma determinada atividade causa no meio ambiente e sendo assim, faz-se necessário tomar alguma medida preventiva para evitar que o dano aconteça.

Dessa maneira, nota-se que a principal diferença entre os princípios, segundo Antunes (2005), é referente ao elemento dano que pode ser causado ao ambiente, ou seja, enquanto no da prevenção os impactos já são conhecidos e por este motivo adotam-se instrumentos preventivos para que os mesmos não aconteçam, no da precaução terá que se investigar primeiro se uma determinada intervenção poderá vir a causar algum dano ao ambiente e só depois de se ter essa certeza é que a atividade poderá ser praticada ou não.

Hammerschmidt (2002) também faz colocações sobre os princípios da precaução e o da prevenção, de modo que suas explanações seguem a mesma linha de raciocínio da que foi exposta por Antunes (2005). Desta forma, de acordo com a referida autora, segue abaixo a distinção entre os princípios:

O princípio da *prevenção* é uma conduta racional frente a um mal que a ciência pode objetivar e mensurar, que se move dentro das certezas das ciências. A precaução, pelo contrário, enfrenta a outra natureza da incerteza: a incerteza dos saberes científicos em si mesmo. Sendo assim, pode - se mencionar que a prevenção atua no sentido de inibir o *risco de dano potencial*, ou seja, procura-se evitar que uma atividade sabidamente perigosa

venha a produzir os *efeitos indesejáveis*. O princípio da precaução, em contrapartida, atua para inibir o *risco de perigo* potencial, qual seja, o risco de que determinado comportamento ou atividade seja daquelas que podem ser perigosas *abstratamente*. No princípio da precaução o perigo é potencial ou de periculosidade potencial que se quer prevenir. No da prevenção o perigo deixa de ser potencial, já é certo, tem-se os elementos seguros para afirmar ser a atividade, efetivamente, perigosa, de modo que não se pode mais pretender, nesta fase, a prevenção contra um perigo que deixou de ser simplesmente potencial, mas real e atual (HAMMERSCHMIDT, 2002, p. 111-112).

Com relação à citação acima, observa-se que a principal diferença entre os princípios, da mesma forma que foi exposta por Antunes (2005), refere-se ao conhecimento dos riscos, isto é, enquanto no princípio da prevenção o perigo é algo concreto, ou seja, conhecido, no da precaução o perigo é abstrato, isto é, não é conhecido e para tanto precisa ser investigado.

Derani apud Colombo (2004, não paginado) é outro autor que contribui para a discussão acerca do princípio da precaução. Assim, ele faz as devidas colocações:

Precaução é cuidado. O princípio da precaução está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas. Este princípio é a tradução da busca da proteção da existência humana, seja pela proteção de seu ambiente como pelo asseguramento da integridade da vida humana. A partir desta premissa, deve-se também considerar não só o risco eminente de uma determinada atividade, como também os riscos futuros decorrentes de empreendimentos humanos, os quais nossa compreensão e o atual estágio de desenvolvimento da ciência jamais conseguem captar em toda densidade [...].

Através dessa citação, nota-se que o princípio da precaução além de ratificar um elemento já apresentado anteriormente como, por exemplo, a questão de afastamento de perigo, o mesmo apresenta dois elementos novos, isto é, a busca da proteção da existência humana, tanto por meio da proteção de seu ambiente, como pela questão de manutenção da integridade da vida humana e a consideração de riscos futuros provenientes de empreendimentos humanos.

É necessário também citar um grande doutrinador do Direito Ambiental, Paulo Affonso Leme Machado, no tocante às disposições que apresenta a respeito dos princípios da prevenção e precaução. Com isso, o mencionado autor faz as seguintes considerações:

No princípio da prevenção previne-se porque se sabe quais as conseqüências de se iniciar determinado ato, prosseguir com ele ou suprimi-lo. O nex

causal é cientificamente comprovado, é certo, decorre muitas vezes até da lógica. No princípio da precaução previne-se porque não se sabe quais as conseqüências que determinado ato, ou empreendimento, ou aplicação científica causarão ao meio ambiente no espaço e/ou no tempo, quais os reflexos ou conseqüências. Há incerteza científica não dirimida (MACHADO, 2001, p.50).

Observa-se por meio dessa colocação, que a mesma apresenta características que já foram discutidas anteriormente não sendo por esse motivo conveniente fazê-las novamente. Além disto, o autor coloca ainda que até a década de 1980 a efetivação das medidas utilizadas para impedir os danos ambientais dependia, obrigatoriamente, da análise científica. Entretanto, diante do que foi apresentado pelos autores até agora se afirma que esta concepção foi alterada. Isto vem ao encontro do que diz Colombo (2004, não paginado):

Com efeito, a certeza científica do dano, quando possível de ser demonstrada, acarreta a aplicação imediata das medidas ambientais. Mas se deixássemos de aplicá-las quando houvesse incerteza científica, estaríamos incorrendo num grave erro, que é o da inércia diante dos problemas ambientais, pois os efeitos do possível dano, provavelmente, seriam irreversíveis.

A autora complementa sua citação dizendo que uma vez ocorridos os danos ambientais, os mesmos não podem ser reparados ou não recuperam o seu estado anterior. Para exemplificar esta situação, ela cita a destruição de uma floresta, isto é, por mais que o homem faça o reflorestamento, a nova floresta jamais apresentará as mesmas características da primitiva.

A respeito da presente discussão, Machado (2001) ainda acrescenta duas colocações. São elas:

Em caso de certeza do dano ambiental, este deve ser prevenido, como preconiza o princípio da prevenção. Em caso de dúvida ou incerteza, também se deve agir prevenindo. Essa é a grande inovação do princípio da precaução. A dúvida científica expressa com argumentos razoáveis, não dispensa a prevenção (MACHADO, 2001, p.55).

A precaução age no presente para não se ter que chorar e lastimar no futuro. A precaução não deve estar presente para impedir o prejuízo ambiental, mesmo incerto, que possa resultar das ações ou omissões humanas, como deve atuar para prevenção oportuna desse prejuízo. Evita-se o dano ambiental, portanto, através da prevenção no tempo certo (MACHADO, 2001, p. 57).

Por meio dessas considerações, entende-se ser necessário agir prevenindo independente da certeza ou não do dano ambiental, de tal forma que essa ação deve acontecer antes mesmo da resposta científica sobre se determinada atividade é nociva ou não ao meio ambiente. Entende-se também que o exercício do princípio da precaução antecipa-se à ocorrência do perigo e, desta forma prevê a realização de uma ação ambiental condizente com este princípio.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que os princípios da precaução e prevenção apesar de apresentarem algumas diferenças entre si possuem como objetivo comum a preservação do meio ambiente e para tanto adotam medidas que buscam evitar que danos ambientais aconteçam.

5. 2 A REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

Neste tópico é apresentada a legislação que trata da atividade da pesca e suas implicações, entretanto são discutidos somente os pontos que estabelecem relação com a organização analisada. Quanto ao material levantado, considera-se fundamental apresentar os seguintes: a Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008; a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

O Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências (BRASIL, 1967). Ressalta-se que o mesmo foi quase totalmente revogado pela Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 (BRASIL, 2009). Diante disto, para a presente pesquisa não são considerados importantes os artigos que se mantiveram, de modo que alguns que foram revogados merecem uma atenção especial por apresentarem relação com a colônia estudada e serão discutidos mais adiante por terem sido incluídos na Lei nº 11.959.

A Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008 dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 2008). Verifica-se com isto que tal lei é fundamental para o estudo, pois apresenta informações sobre as colônias de pescadores que foram a organização de análise da pesquisa, mais especificamente a Z-04.

Dessa lei, quase todos os artigos são importantes para o estudo, porém considera-se fundamental citar e discutir os seguintes:

Art. 1º As colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. Art. 3º Às Colônias de Pescadores regularmente constituídas serão assegurados os seguintes direitos: IV – representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente. Art. 4º É livre a associação dos trabalhadores no setor artesanal da pesca no seu órgão de classe, comprovando os interessados sua condição no ato da admissão. Art. 5º As Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização. Parágrafo único São vedadas à Confederação Nacional dos Pescadores a interferência e a intervenção na organização das Federações Estaduais de Pescadores. Art. 6º As Colônias de Pescadores são criadas em assembleias de fundação convocadas para esse fim pelos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal da sua base territorial. Art. 7º As Colônias de Pescadores, constituídas na forma da legislação vigente após feita a respectiva publicação e registrados os documentos no cartório de títulos e documentos, adquirem personalidade jurídica, tornando-se aptas a funcionar. Art. 8º As Federações têm por atribuição representar os trabalhadores no setor artesanal de pesca, em âmbito estadual, e a Confederação, em âmbito nacional. Art. 9º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores providenciarão a aprovação os estatutos, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, p. 1-2).

Com relação aos artigos 1º, 2º e 8º, observa-se que as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores são órgãos representativos da categoria de pescadores artesanais e os representam por meio da defesa dos seus direitos e interesses respectivamente, em nível local, estadual e nacional.

Quanto ao artigo 3º, a legislação apresenta os direitos inerentes às colônias de pescadores, de tal forma que foi apresentado somente o inciso IV pela relação que este estabelece com a pesquisa, ou seja, como os pescadores artesanais dependem diretamente do meio ambiente para sobreviver e exercer sua atividade profissional, nada mais justo que a colônia, enquanto organização responsável por defender seus direitos e interesses, promova ações em defesa do meio ambiente. Com isso, verifica-se o importante papel das colônias de pescadores para com a preservação do meio ambiente.

O artigo 4º fala da associação dos trabalhadores no setor artesanal da pesca no seu órgão de classe, mas para isto precisam comprovar, por meio de documentação, sua condição no ato da filiação.

O artigo 5º define que pelo fato de as colônias de pescadores serem autônomas, tanto o Poder Público, quanto as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores

não podem interferir e nem intervir em suas organizações. No parágrafo único desse artigo é relatado que igualmente acontece com as Federações Estaduais, nas quais a Confederação Nacional dos Pescadores também não pode interferir e nem intervir em suas organizações.

No que diz respeito aos artigos 6º e 7º, nota-se que os mesmos tratam, respectivamente, do modo como são criadas as colônias de pescadores e dos posteriores trâmites legais para que elas passem a existir juridicamente.

O artigo 9º define a responsabilidade das Colônias de Pescadores, das Federações Estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores por fazerem e aprovarem os estatutos referentes ao funcionamento de suas organizações.

Outra legislação considerada importante para a pesquisa é a Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego durante o período de defeso ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (BRASIL, 2003). Isto significa dizer que a mesma define os seguintes pontos: o tipo de pescador que tem o direito de receber o benefício do seguro desemprego durante o período de defeso; o órgão responsável por determinar o período do defeso; a relação de documentos que o pescador precisa apresentar para se tornar apto a receber tal benefício; as sanções cabíveis caso alguém forneça ou se beneficie de documento falso para o recebimento do benefício e finalmente, os casos em que o benefício é cancelado.

Com isso, são citados os artigos da Lei nº 10.779 que apresentam de modo mais detalhado o que foi colocado no parágrafo anterior. São eles:

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. §1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. §2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique. Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos: I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária; III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente

e pensão por morte; e IV – atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove: a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei; b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício. Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito: I – a demissão do cargo que ocupa, se servidor público; II – a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional. Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses: I – início de atividade remunerada; II – início de percepção de outra renda; III – morte do beneficiário; IV – desrespeito ao período de defeso; ou V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício (BRASIL, 2003, p.1-2).

Entretanto, para compreender o que vem a ser o período de defeso é imprescindível apresentar o art. 2º, XIX da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, o qual considera que “o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (BRASIL, 2009, p.3). Assim, entende-se que o defeso é a época em que as atividades da pesca devem parar para não prejudicar a preservação da espécie e como o pescador artesanal tem a pesca como profissão, ele deve receber neste período de paralisação das atividades da pesca um benefício (o seguro desemprego) equivalente a um salário mínimo mensal como forma de manter a si mesmo e a sua família.

Outra questão que vale a pena ser colocada é com relação às espécies. Não são todas as espécies de peixes que são asseguradas pelo defeso, ou seja, são especificadas quais espécies devem ser protegidas neste período. Isto pode ser mais bem explicado por Marinho (2009, não paginado) que diz o seguinte:

Um grave equívoco no seguro defeso diz respeito à previsão da espécie de peixe protegida. Como o seguro defeso é concedido apenas para os pescadores de determinadas espécies, os pescadores em geral passam a afirmar que pescam aquelas espécies com o intuito de receberem o benefício. Dessa maneira muitos deles afirmavam falsamente sobreviver da pesca do pirarucu somente para receber o seguro desemprego em maior número de parcelas, que eram seis. Para ter direito ao seguro, o pescador deve pescar e viver da pesca exclusivamente da espécie sujeita ao defeso. Ou seja, se pescar duas espécies, uma das quais não está ameaçada, sempre visão nas Portarias de defeso, presume-se que tem outra alternativa de renda no período, logo não fazendo jus ao direito. Esta interpretação exclui praticamente todos os pescadores ribeirinhos e parte dos pescadores profissionais. Além do mais, os ribeirinhos não vivem exclusivamente da

pesca. Também retiram e comercializam o açaí, dedicam-se à plantação ou à criação de animais, ou empregam-se em empresas. Mesmo o pescador profissional dificilmente pesca exclusivamente uma só espécie. Na pesca de rio são capturadas diversas espécies de peixe. A pesca de uma única espécie somente ocorre no mar. Portanto, somente aqueles pescadores profissionais que pescam em mar aberto teriam direito ao seguro defeso, desde que se dedicassem exclusivamente à captura de uma única espécie protegida pelo defeso. Isso exclui as mulheres, uma vez que pescam sempre nas águas interiores. Se há diferenças entre a pesca em que predomina a subsistência e a pesca profissional, no momento de se relacionar com a burocracia, todos se apresentam como pescadores, e suas peculiaridades são ignoradas. Porém, os pescadores profissionais defendem o desenvolvimento da pesca em escala empresarial, contando com o apoio dos órgãos governamentais e instituições de fomento. Por sua vez, os caboclos ribeirinhos se mobilizam denunciando suas práticas aos órgãos ambientais, que editam as Portarias de defeso e realizam a fiscalização, potencializando o conflito entre as duas categorias.

Diante da citação acima, entende-se que a aplicação do defeso é bem complicada, tanto por parte de quem a fiscaliza, quanto para aqueles que pescam e vivem dessa atividade. Com isso, observa-se que o surgimento desse benefício tem levado muitos pescadores a mentirem quanto à espécie de peixe que pescam. De acordo com o que foi relatado pelo autor é muito difícil um pescador profissional pescar apenas uma espécie de peixe, a não ser que o faça em mar aberto, mas para isso ele teria que pescar, exclusivamente, a espécie protegida pelo defeso. Com isto, pode-se afirmar que é necessário que sejam revistas algumas medidas do defeso, caso contrário será praticamente impossível que esse benefício seja respeitado de acordo com o exigido pela legislação.

Além desses problemas citados, o autor considera mais quatro situações que são fundamentais para a presente discussão acerca do defeso. A primeira se refere à questão dos pescadores não serem ouvidos no processo de formulação dos defesos federais de pesca. Outra diz respeito ao desconhecimento pela maioria dos pescadores do que vem a ser o defeso. A terceira é quanto a não informação a respeito de quais espécies estão proibidas. E, por último, existem aqueles que não respeitam os períodos do defeso, ou seja, continuam pescando contando com a sorte de que não sejam pegos pela fiscalização.

Diante do exposto, nota-se que existem problemas de ambas as partes, ou seja, tanto por parte dos pescadores, quanto por parte do IBAMA. Assim, o referido autor propõe algumas medidas para que essa situação seja revertida ou pelos minimizada. São elas:

Para que os defesos sejam mais eficazes, é preciso que exista uma valorização do conhecimento dos pescadores. Não existem medidas visando à educação ambiental. Predominam as ações de natureza repressiva. Por seu turno, as populações tradicionais se deparam com a questão ambiental de

maneira diversa. De acordo com a sua situação, podem ver o IBAMA como um inimigo ou como aliado. Ao inverso, as ações repressivas podem favorecer os setores que mais degradam, como a indústria da pesca e os fazendeiros, prejudicando os pescadores. Entre esses últimos também existe uma divisão. Muitos são aqueles que têm a consciência de que o melhor a ser feito é respeitar o defeso para que seja garantida a preservação do pescado, mas sua consciência não se transforma em ação contra aqueles que exercem a atividade lícitamente porque nas pequenas localidades predominam os laços de parentesco (MARINHO, 2009, não paginado).

Ainda de acordo com o mencionado autor, para que o defeso seja implementado e respeitado precisa haver de fato ações tanto por parte dos pescadores, quanto do IBAMA. Este último, precisa rever sua atuação e adotar medidas que instruem os pescadores no que diz respeito ao que é o defeso e suas implicações e no que irão contribuir para com o meio ambiente caso obedeçam tal período. Por outro lado, caso os pescadores realmente cumpram com o exigido pelo defeso, precisam se mobilizar enquanto categoria para exigir que a fiscalização seja feita e os que forem pegos na ilegalidade sejam punidos, contribuindo desta maneira para a manutenção de sua atividade profissional, para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, para que as gerações futuras possam usufruir de tais benefícios. Em outras palavras, isto significa dizer que como os pescadores dependem diretamente do meio ambiente para sobreviverem, nada mais justo que defendam ativamente a sua proteção, de modo que o defeso pode ser um dos instrumentos pelo qual a preservação do ambiente seja possível.

A Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 é outra legislação que será discutida nesta seção, considerando-se que a mesma dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1998, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências (BRASIL, 2009).

Além da compreensão que é feita acerca do defeso, o qual já foi discutido nos parágrafos anteriores por meio da legislação específica – a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a Lei nº 11.959 apresenta outras definições e considerações que as caracteriza como extremamente importante para a pesquisa. Desta maneira, como forma de estabelecer uma relação com o que é desenvolvido na colônia de pescadores Z-04, serão apresentados nos próximos parágrafos os artigos desta lei que definem tal relação.

Com o intuito de proporcionar um melhor entendimento a respeito de alguns termos utilizados nesse trabalho, considera-se importante apresentar algumas definições presentes no art. 2º da Lei nº 11.959. São elas:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aqüicultura; II – aqüicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária e classificada nos termos do art. 20 desta Lei; III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros; XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca em fins econômicos e XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica (BRASIL, 2009, p.1-3).

Além desses conceitos, torna-se imprescindível apresentar o que trata o art. 8º da mesma lei. Ele trás as classificações da pesca que são as seguintes:

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I – comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-parte, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; II – não comercial: a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009, p.5).

De acordo com o exposto no artigo acima, observa-se que as diferenças no tocante as pescas artesanal e industrial referem-se aos seguintes pontos: por quem são praticadas, as formas como são praticadas e os tamanhos das embarcações utilizadas por elas. Enquanto a artesanal é praticada por pessoa física, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; a industrial é praticada por pessoa física ou jurídica envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-parte e utiliza embarcações de pequeno, médio ou grande porte.

Ressalta-se que foram enfatizadas as diferenças entre a pesca artesanal e industrial pelo fato de a pesca praticada na colônia Z-04 ser a comercial, mais especificamente a artesanal. As outras classificações foram citadas com a finalidade de propiciar o conhecimento de todos os tipos de pesca existentes de acordo com a legislação. Coloca-se

ainda que no capítulo destinado à pesca, mais precisamente na parte que trata da origem da atividade à industrialização, a pesca artesanal foi muito bem apresentada segundo a visão de Diegues (1983). Entretanto, devido ao fato deste tipo de pesca ser discutido por vários doutrinadores considera-se importante mostrar nesse tópico a contribuição de mais alguns. Acrescenta-se também que tais autores sempre associam a pesca artesanal e a industrial, apresentando com isso as principais diferenças entre elas.

Assim, Rocha et al. (1996) diz que são várias as diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial, porém para retratar a Amazônia ele utiliza as referentes à tecnologia empregada e às relações de produção. Com relação à pesca industrial, a autora relata que a mesma “é caracterizada pela atividade de captura, conservação, beneficiamento, e/ou transformação do pescado em outros produtos similares” (ROCHA et al., 1996, p.443). Com isto, nota-se que a pesca industrial envolve desde o ato de pescar, ou seja, de conseguir a matéria prima, até a saída desta para o mercado podendo estar transformada ou não em outros produtos.

Ainda segundo a autora, este tipo de pesca utiliza uma tecnologia mecanizada, com barcos de aço, compostos por guinchos, acionados de forma motorizada e a tripulação é formada por patrão de pesca, motorista condutor de pesca, guincheiro gelador, cozinheiro e pescador. O pescador não passa de simples ajudante, pois apesar de possuir os conhecimentos inerentes à pesca, os mesmos não são compatíveis com a qualificação técnica exigida pelas empresas. Cada um desempenha suas funções. O patrão de pesca possui todos os equipamentos de navegação necessários para que a viagem ocorra sem problemas. O mesmo exerce o cargo de comandante da embarcação. O condutor motorista é responsável pela parte mecânica da embarcação, ou seja, pelo funcionamento do motor do barco e por reparos que se façam necessários. Ajuda também na hora de recolher a rede e de selecionar o pescado. O guincheiro gelador é quem opera os guinchos e gela o peixe após a seleção, isto é, ele é responsável pela qualidade do pescado até a chegada na fábrica, caso contrário todos poderão ser penalizados por isso. E o cozinheiro é quem prepara os alimentos para a tripulação e também ajuda na seleção do pescado e no ato de recolher as redes.

No que diz respeito à pesca artesanal, Rocha et al. (1996) coloca que a tecnologia empregada é simples e bastante diferente da mecanizada. Geralmente, o pescador artesanal é dono dos meios de produção e quando não é, trabalha em sistema de parceria com outros donos de embarcações. Menciona também que devido ao sistema capitalista tem diminuído bastante o número de pescadores proprietários dos meios de produção e que a produção tem como destino tanto o mercado interno, quanto o seu consumo e o de sua família. Além das

diferenças apresentadas, a autora ressalta que é atribuído ao aparecimento da pesca industrial o aumento do processo de empobrecimento dos pescadores artesanais. Para exemplificar esta situação, ela considera o seguinte:

A presença de embarcações desse porte em áreas onde se desenvolve a pesca artesanal sugere uma concorrência desleal onde o segundo grupo é sem dúvida o mais prejudicado, pois a pesca industrial captura peixes de todos os tamanhos, que nem sempre são aproveitados (ROCHA et al., 1996, p.445).

Sobre esses conflitos causados pela pesca industrial à artesanal, Mello (1985, p.84) diz que:

A geração de pescadores “profissionais”, isto é, a criação de um contingente de mão-de-obra disponível e devidamente adaptada ao trabalho em técnicas pesqueiras “modernizadas”. A profissão de pescador passaria a ser vista como especialização em um tipo de trabalho exclusivo – a pesca – onde haveria então uma mão-de-obra reconhecida oficialmente como pelo menos semiquificada, ao contrário da atividade de subsistência desenvolvida por mecanismos rudimentares, “sem qualificação”, por pescadores que nem “profissionais” seriam.

Em complementação à citação acima, Moraes (2002, p.57-58) apresenta o que segue:

O discurso instituído, quando da implantação das empresas de pesca, voltava-se para a “modernização” a partir da implantação de técnicas baseadas na aquisição de novos conhecimentos teóricos e práticos. Tais técnicas seriam ministradas por “especialistas” voltadas para a nova “educação” pesqueira.

Diante dessas colocações, Mello (1985, p.95) pontua as principais diferenças entre a pesca artesanal e a industrial. São elas:

Quadro 03 – Diferenças entre a Pesca Artesanal e a Industrial.

Pescador artesanal	Pescador Industrial
Proprietário dos meios de produção e/ou “parceiro na composição da estrutura produtiva;	Força de trabalho destituída de meios próprios de sustento;
Trabalhador autônomo sem vínculo empregatício;	Trabalhador assalariado;
Vínculos de parentesco e/ou amizade com as tripulações;	Ausência de relação social prévia com os membros das tripulações;
Padrão simples de tecnologia;	Tecnologia de produção altamente sofisticada (alienada de seu conhecimento teórico e prático);

Participação ativa em todos os momentos do processo de trabalho (domínio total sobre o mesmo);	Trabalhador parcial reduzido a manipulador de tarefa específica (sem domínio sobre o processo de trabalho global);
Trabalhador polivalente, detentor de conhecimentos múltiplos sobre o processo de trabalho;	Trabalhador monovalente, destituído praticamente de conhecimentos especializados, desnecessários a sua função;
Consumo doméstico e comercialização do pescado produzido, de forma direta.	Alheamento total sobre a destinação do produto;
Estilo de vida rural	Estilo de vida urbano

Fonte: Mello, 1985, p. 95.

6 METODOLOGIA

Este capítulo propõe-se a apresentar as características da pesquisa, os seus sujeitos e as questões relacionadas à coleta e à análise dos dados.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta parte se destina a mostrar e a discutir, segundo a percepção de autores, as características que o estudo apresentou, sendo considerados para tanto os métodos e técnicas utilizados. Dessa maneira, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa. Sobre isso, Marconi e Lakatos (2009, p.269) explicam o seguinte:

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Essas características podem ser visualizadas na colocação que segue:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 1999, p. 90).

Isso vem ao encontro do que diz Haguette (2007, p.63):

Os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Marconi e Lakatos (2009, p.272) apresentam mais algumas considerações sobre a pesquisa qualitativa. São elas:

Por meio do método qualitativo, o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes.

Por meio dessas citações, observa-se que cada autor trás um elemento novo a respeito da pesquisa qualitativa, porém todos complementam-se em suas colocações. Assim,

eles concordam que tal pesquisa não pode ser resumida a indicadores estatísticos, em razão de que ela define-se pela descrição detalhada das características de um determinado fenômeno, colocando o pesquisador em contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Quanto ao delineamento, a pesquisa foi enquadrada como sendo de campo e bibliográfica. Para proporcionar uma melhor compreensão sobre estes tipos de pesquisa, Gil (2008, p.50) diz o seguinte:

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamento: aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento, o estudo de campo e o estudo de caso.

Ainda segundo o autor, a pesquisa bibliográfica provém de material elaborado, como livros e artigos científicos, os quais foram usados nessa pesquisa com o objetivo de contribuir para a literatura da temática apresentada.

Gil (2008) também apresenta algumas características da pesquisa de campo. São elas: é um estudo que envolve o aprofundamento das questões propostas; é uma pesquisa flexível, podendo ocorrer mesmo que haja, por exemplo, a reformulação de algum dos seus objetivos no decorrer do estudo e também pelo fato de estudar uma única comunidade, enfatizando a interação entre seus membros. Caracteriza-se, assim, como uma pesquisa que apresenta a tendência de utilizar muito mais técnicas de observação em detrimento de outras.

Diante disso, foram utilizados, para obtenção dos dados do estudo, os métodos da observação e o da entrevista. Assim, a observação é considerada por muitos autores elemento imprescindível em todas as etapas da pesquisa, sendo que no da coleta de dados torna-se mais visível. Essa colocação fica bem evidente na citação de Gil (2008, p.100) que diz o seguinte:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesma a ser considerada como método de investigação.

Marconi e Lakatos (2009, p.275) também contribuem para a discussão acerca desse método através da seguinte explicação:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico da investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

Por meio dessa citação, compreende-se que a observação enquanto técnica de coleta de dados vai além que o ato de ver e ouvir, ou seja, o pesquisador também precisa examinar certos aspectos que deseja investigar, como, por exemplo, fatos ou fenômenos. Essa técnica também pode proporcionar a descoberta de provas através do comportamento de um indivíduo, sem que o mesmo tenha consciência da presença das mesmas. Além disso, acaba colocando o pesquisador em contato direto com o contexto a ser pesquisado.

Ainda segundo Gil (2008), a principal vantagem dessa técnica em detrimento das outras é a redução da subjetividade no processo de investigação, em razão de que os dados são conseguidos diretamente sem nenhuma intermediação.

Outro ponto com relação à observação, diz respeito as suas modalidades, que podem ser definidas, dentre outros critérios, de acordo com o grau de participação do pesquisador. Assim, para a pesquisa foi utilizada a técnica da observação não participante. Sobre esta modalidade, o mencionado autor apresenta o que segue:

O pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem integrar-se a ela. Apenas participa do fato, sem participação efetiva ou envolvimento. Age como espectador. Porém, o procedimento tem caráter sistemático (GIL, 2008, p.276-277).

Observa-se por meio dessa colocação que na observação não participante o pesquisador tem contato com o grupo a ser pesquisado, porém não se envolve a tal ponto de ser reconhecido como um membro de tal grupo. E para coletar dados durante esse processo, pode utilizar alguns instrumentos ou seguir normas, os quais não devem ser rígidos ou padronizados.

Outra técnica utilizada na pesquisa foi a da entrevista. Justifica-se o seu uso em razão de que como foram verificadas as ações de gestão ambiental de uma organização e sua contribuição para o desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA considerou-se essencial para tanto a opinião dos sujeitos da pesquisa. Isso é explicado na seguinte citação:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p.109).

Com isso, nota-se que a entrevista é uma técnica de coleta de dados bastante adequada para a obtenção de informações a respeito do que as pessoas sabem, esperam, ou desejam, bem como acerca das suas explicações sobre tais informações.

Maconi e Lakatos (2009, p.278-279) acrescentam dizendo o que segue:

As entrevistas qualitativas são muito poucas estruturadas. O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. A entrevista permite o tratamento de assunto de caráter pessoal. Todavia, seria aconselhável o uso de um roteiro simples, que guie o entrevistador pelos principais tópicos, caso ele seja iniciante. A entrevista qualitativa, junto com a observação participante, é a técnica mais usual na investigação qualitativa.

Diante disso, para a pesquisa foram utilizadas as entrevistas despadronizadas ou semiestruturadas, mais especificamente as informais e as focalizadas. Gil (2008, p.111-112) apresenta as principais diferenças entre elas, tais como:

A entrevista informal é o tipo menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado. A entrevista focalizada é tão livre quanto à anterior; todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada.

Em complementação ao apresentado, Marconi e Lakatos (2009, p.279) definem a entrevista semiestruturada como sendo “aquela em que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de

explorar mais amplamente a questão”. Já Queiroz apud Duarte (2002, p.147), considera que “a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por estar de acordo com seus objetivos”.

Além disso, Gil (2008) apresenta vantagens da entrevista se comparada com outros métodos. São elas: na entrevista podem ser obtidos dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; possibilidade dos dados obtidos serem classificados; eficiência da entrevista como técnica quanto à obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; a pessoa entrevistada não precisa saber ler e escrever; possibilita um maior número de respostas e é um método em que o entrevistador poderá esclarecer o significado das perguntas ou até mesmo tirar dúvidas caso surjam, já que é um processo em que o pesquisador se faz presente.

6. 2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os pescadores sócios da colônia, de tal maneira que, para obtenção dos dados, os mesmos foram divididos em três categorias de acordo com os cargos que ocupam. Foram elas: o pescador que se dedica a sua atividade profissional; o pescador que além da atividade profissional assume o cargo de capataz na colônia e o pescador que além da atividade profissional exerce o cargo de dirigente na colônia. Com isso, os sujeitos da pesquisa podem ser sintetizados nos seguintes: os pescadores sócios da colônia, os capatazes e os dirigentes. Ressalta-se que dentre os pescadores foram levados em consideração os seguintes perfis: os que participam da vida social da colônia, ou seja, fazem-se presentes nas reuniões, assembleias e em outros eventos e, aqueles que não participam. Além disso, é importante comentar que todos os capatazes entrevistados ocupam cargos de direção na colônia e que por esse motivo participaram da pesquisa tanto como capatazes, quanto como dirigentes.

6. 3 DADOS: COLETA E ANÁLISE

Os dados da pesquisa começaram a ser coletados no mês de abril de 2011, mais precisamente no dia 09 de abril de 2011, através de visitas à sede da Colônia de Pescadores Z-04 e à Associação das Mulheres da Pesca e Agricultura da Vila do Pereru. Nesta data também foi possível presenciar no prédio da sede da colônia o encerramento de um curso ministrado pela Marinha, o qual será analisado e discutido no próximo capítulo.

A segunda ida a campo ocorreu no dia 10 de abril de 2011 e foi direcionada à Associação do Clube das Mães da Comunidade de São João dos Ramos.

Esses primeiros encontros tiveram como objetivo conhecer o local de estudo, além, é claro, da obtenção de alguns dados mais gerais para a pesquisa. Para tanto, foram feitas reuniões onde por meio de conversas informais com os membros das organizações foi possível conhecer um pouco dos seus modos de vida e os seus principais problemas e reivindicações. Além disso, foram realizados os registros fotográficos.

Fotografia 03 – Reunião na Associação das Mulheres da Pesca e Agricultura da Vila do Pereru.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

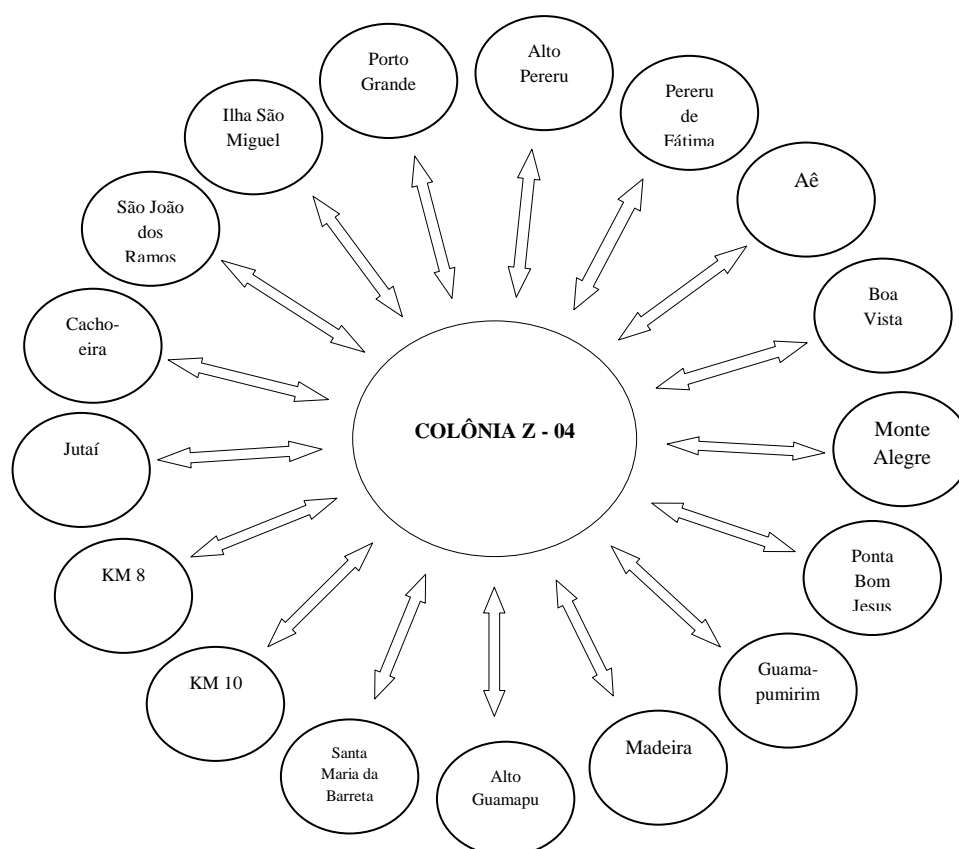
Fotografia 04 – Reunião na Associação do Clube das Mães da Comunidade de São João dos Ramos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Justifica-se a ida às referidas associações pelo fato de a colônia Z-04 ser organizada em forma de núcleos, de modo que estes recebem o nome de capatazias. É importante esclarecer que capatazias são os nomes como são conhecidas as comunidades associadas à colônia. Isso se deve ao fato de que em cada comunidade é escolhido um pescador para ser o capataz. Este passa a ser o responsável em sua localidade por resolver os assuntos referentes à colônia. São considerados os “fiscais” da colônia em tais lugares. Com isso, desempenham algumas atividades da colônia junto aos pescadores de suas comunidades. Como exemplo de tais atividades cita-se o recolhimento da taxa mensal (R\$ 7,00) devida por cada sócio à colônia. O capataz recolhe este valor em sua comunidade e depois encaminha à sede da colônia. Observa-se com isso que os assuntos da colônia são descentralizados. Dessa maneira, em São Caetano de Odivelas/PA, existem hoje dezessete comunidades associadas à colônia Z-04. São elas: Alto Pereru, Pereru de Fátima, Aê, Boa Vista, Monte Alegre, Ponta Bom Jesus, Gamapumirim, Madeira, Alto Gamapu, Santa Maria da Barreta, Km 10, Km 8, Jutai, Cachoeira, São João dos Ramos, Ilha São Miguel e Porto Grande.

Figura 01 – Representação da Organização Nucleada da Colônia de Pescadores Z-04



Fonte: Autora, 2011.

Diante do considerável número de capatazias resolveu-se adotar critérios como forma de escolher aquelas que seriam pesquisadas. Isso foi feito através de conversa com o presidente da colônia, o Sr. Valter, em razão de que ele mais que ninguém conhece todas as capatazias. Dessa forma decidiu-se que o critério utilizado seria o grau de importância da capatazia para a colônia. Com isso, o Sr. Valter declarou que as mais importantes para a colônia são as que têm o porto pesqueiro de embarque e desembarque. Sendo assim, foram pesquisadas as seguintes capatazias: Cachoeira, Boa Vista e Monte Alegre.

A terceira ida a campo ocorreu no dia 26/05/2011 e foi direcionada à sede da colônia. O principal objetivo foi coletar informações mais específicas para a pesquisa, dentre elas podem ser citadas as relacionadas às ações desenvolvidas pela colônia. Nessa visita foram realizadas entrevistas focalizadas com alguns dirigentes da colônia, mais especificamente com o presidente e com a secretária da colônia, a Sra. Lourdes. Além disso, presenciou-se a realização de uma reunião entre os membros do Conselho fiscal. A existência deste órgão será explicada no próximo capítulo, mais precisamente na categoria referente à organização administrativa.

Fotografia 05 – Entrevista com a secretária da colônia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Já a quarta ida a campo aconteceu no dia 14/11/2011. Nesta foram entrevistados os outros dirigentes da colônia, isto é, o tesoureiro, o Sr. Francisco e o presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Raimundo. Ressalta-se que as entrevistas aplicadas foram as focalizadas.

Fotografia 06 – Entrevista com o tesoureiro e com o presidente do Conselho Fiscal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A quinta visita de campo ocorreu no dia 09/12/2011 e foi direcionada às capatazias escolhidas. Assim, foram entrevistados os pescadores e os capatazes, num total de doze pessoas. As entrevistas aplicadas foram as focalizadas.

Fotografia 07 – Pescadores da Comunidade Cachoeira reformando a rede de pesca



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A sexta e última ida a campo ocorreu no dia 16/02/2012 e foi direcionada tanto à sede da colônia, quanto às capatazias. O objetivo desta visita foi o de esclarecer alguns dados coletados. Além disso, foram feitos os registros fotográficos.

Fotografia 08 – Encontro com alguns dirigentes no prédio da sede da colônia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Fotografia 09 – Encontro com alguns dirigentes, capatazes e pescadores na Comunidade Monte Alegre.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Assim, foram realizadas ao todo seis idas a campo onde foram feitas dezesseis entrevistas focalizadas. Desse modo, os entrevistados podem ser distribuídos da seguinte maneira: quatro dirigentes, três capatazes e nove pescadores. As entrevistas focalizadas foram gravadas, sempre com o consentimento dos informantes. Posteriormente, foram transcritas na sua integralidade, no intuito de transpor com fidelidade as falas dos entrevistados. Com isso, considera-se importante enfatizar que todos esses entrevistados assinaram o termo de consentimento referente à autorização da divulgação de suas falas e imagens para a pesquisa.

Além disso, ressalta-se que durante a aplicação das entrevistas nem sempre foi possível seguir o roteiro na íntegra, uma vez que os pescadores durante as respostas sempre as associavam a outros temas. Por isso as entrevistas foram longas, mas muito ricas de detalhes, o que acabou proporcionando o conhecimento de vários assuntos em uma só entrevista. A própria conversação que surgiu durante as suas aplicações foram essenciais para a obtenção dos dados da pesquisa, de forma que se conseguiu obter muito mais dados que o planejado.

Quanto aos dados, estes foram analisados com base em técnicas de análise de conteúdo. Sobre elas, Caregnato e Mutti (2006, p.682) consideram o seguinte:

A maioria dos autores refere-se à análise de conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

Percebe-se que essa técnica trabalha somente com as palavras ou frases do texto, de modo que para que as mesmas possam gerar uma análise é preciso que o pesquisador as agrupe em categorias por meio de suas repetições.

Ainda segundo as autoras supracitadas, a análise de conteúdo pode ser feita através de dois métodos: o método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas. Entretanto, como a pesquisa caracterizou-se por ser qualitativa foi utilizado o segundo método, o qual é definido da seguinte maneira:

Tenta encontrar uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados; [...] codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações, [...] em função do julgamento do codificador [...] o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa. A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e na prática a

mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.683).

Por meio desse método, compreende-se que através das entrevistas, por exemplo, as respostas obtidas são divididas em categorias de acordo com os temas que vão surgindo, considerando-se que aquelas que apresentam termos ou sentidos comuns entre um conjunto de respostas ou dados para uma determinada pergunta são agrupadas em uma mesma categoria.

Ainda sobre os métodos quantitativos e qualitativos da análise de conteúdo, convém apresentar o que diz Silverman (2009, p.151):

Estas duas análises de conteúdo parecem muito diferentes, embora ambas sejam derivadas da mesma estrutura teórica básica. O segundo tipo, que registra os dados qualitativos, é, com frequência, descrito como uma análise “temática” (às vezes, como uma análise do “discurso”) e pode ser apresentado com as citações integradas ao texto, em vez de em forma tabular.

Através dessa colocação, observa-se que ela vem ao encontro do que disseram Caregnato e Mutti (2006), ou seja, que a análise por categorias temáticas caracteriza-se como um método qualitativo da técnica de análise de conteúdo. Além desse método, Silverman (2009) apresenta outro, isto é, o da análise do discurso. Este caracteriza-se em apresentar no texto as falas dos sujeitos da pesquisa, por exemplo. Sendo assim, a pesquisa utilizou-se desses dois métodos, os quais integraram os quatro passos obedecidos nesse trabalho com o intuito de se proceder à análise e à discussão dos resultados. O primeiro se referiu à transcrição das entrevistas na íntegra. Em seguida se procedeu à divisão dos resultados obtidos em categorias temáticas de acordo com os temas que foram emergindo durante as falas dos entrevistados. Aplicou-se essa metodologia com o objetivo de facilitar a compreensão dos resultados e a explicitação das reflexões. Logo depois, foi realizada a análise dos discursos dos entrevistados e por último, relacionou-se à referida análise com o quadro teórico apresentado. É importante comentar que os dois últimos passos nem sempre foram seguidos nesta ordem, ou seja, algumas vezes achou-se conveniente apresentar primeiro o quadro teórico e em seguida a análise dos discursos.

Convém ressaltar que a utilização desses passos vem ao encontro de um estudo realizado por Silva, Gobbi e Simão (2005), o qual teve como propósito o esclarecimento

conceitual do método da análise de conteúdo utilizado na pesquisa qualitativa e sua aplicação nas ciências sociais. Assim, os referidos autores analisaram quatro dissertações de mestrado, as quais adotaram em sua metodologia a pesquisa qualitativa e o modelo de análise de discurso. Diante disso, segue a seguinte colocação para a análise de conteúdo:

O método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. O processo descrito se refere a uma visão interpretativa da realidade do ponto de vista dos entrevistados (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005, p.74).

Observa-se que a técnica de análise de conteúdo é considerada um instrumento útil à interpretação das percepções dos atores sociais. Além disso, o estudo realizado possibilitou aos autores observarem que as dissertações que utilizaram a análise de conteúdo como método não seguiram um esquema rígido de utilização. Com isso, eles concluíram que “[...] a análise do método de operacionalização das dissertações demonstrou a peculiaridade de cada trabalho e a influência determinante da sensibilidade e percepção do pesquisador na reconstrução do significado embutido nos discursos coletados.” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005, p.80).

Diante do que foi exposto, compreende-se que a análise de conteúdo é um método que se caracteriza pela flexibilidade, porém o pesquisador precisa encarar o desafio de imprimir nitidez à metodologia utilizada e à interpretação dos discursos coletados.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluída a fundamentação teórica, definida a metodologia e coletados os dados, far-se-á neste momento a análise e a discussão dos resultados obtidos utilizando-se os quatro passos mencionados. Os resultados serão analisados sob a visão dos três sujeitos envolvidos no estudo: os dirigentes, os capatazes e os pescadores. Além disso, serão apresentadas algumas características da área de estudo, tais como: o histórico, a localização, a economia, a área, a população e a densidade demográfica.

7.1 QUANTO À ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nesta seção serão apresentadas as informações pertinentes à organização administrativa da colônia, no que diz respeito ao número de associados, aos cargos de direção existentes, ao processo eleitoral, entre outros.

Assim, a colônia de pescadores Z-04 fundada em cinco de fevereiro de 1920 possui hoje aproximadamente 2.300 associados e uma estrutura administrativa formada por doze membros: Sra. Lourdes, a secretária; Sr. Valter, o presidente; Sr. Francisco, o tesoureiro, seus respectivos suplentes e mais seis membros que compõem o Conselho Fiscal. Dentre estes, há o presidente, o Sr. Raimundo e mais cinco membros. Todos são pescadores artesanais e sócios da colônia. Quando o titular de qualquer cargo administrativo da colônia precisar ausentar-se deve fazer uma reunião imediatamente repassando o seu cargo em ata para o suplente, sendo que nesse caso o seu afastamento é de até 15 dias no máximo. Caso exceda esse período tem que ser feita uma justificativa, caso contrário o titular poderá até perder o cargo. O mandato do presidente é de três anos, podendo o mesmo ser reeleito uma única vez. Esse tempo de mandato passou a vigorar a partir de 2009 por meio de uma ementa que promoveu alterações no estatuto da colônia. Antes desta mudança o mandato era de dois anos.

O Conselho fiscal é um órgão fiscalizador da colônia que faz a prestação de contas referente aos recursos financeiros arrecadados por esta. A prestação de contas é feita com relação à taxa mensal de R\$ 7,00 que cada associado paga à colônia, como forma de a mesma se manter, tanto em termos de aquisição de materiais indispensáveis a sua manutenção, como em prol de alguma outra compra ou algo considerado urgente. Tal prestação é realizada de dois em dois meses e divulgada para todos os associados ao fim de cada ano. A Sra. Lourdes faz o relatório referente à prestação de contas de todos os anos, de modo que o mesmo fica arquivado caso precise ser consultado. O Conselho fiscal realiza reunião todo mês. Primeiramente a reunião é feita entre seus membros e em seguida, se houver necessidade,

todos os sócios são convocados para um segundo encontro. Neste é debatido o que foi discutido na primeira reunião. O termo assembleia geral é utilizado para designar a reunião onde todos os associados são convocados a participarem.

Fotografia 10 – Reunião dos membros do Conselho Fiscal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Caso algum pescador manifeste o interesse de exercer algum cargo administrativo é exigido que o mesmo tenha no mínimo um ano de sócio na colônia, precisa ser pescador artesanal e estar quite com todos os seus direitos. Ressalta-se que os cargos de direção da colônia não são remunerados. Sobre isso, o Sr. Valter relatou que “a arrecadação da colônia é tão pouca que não daria para pagar os salários” (Informação verbal). Entretanto, os capatazes recebem 25% da arrecadação de sua capatazia.

No que diz respeito à eleição, o processo eleitoral para a escolha da chapa da presidência da colônia começa pela convocação de uma assembleia geral, onde é feito o edital interno e formado um conselho eleitoral composto por quatro pessoas que serão os responsáveis por tratar dos assuntos referentes à eleição. Assim, o edital de convocação para a formação das chapas tem que ser publicado até 90 dias antes da eleição e é afixado nos pontos onde mais se aglomera os pescadores como, por exemplo, no mercado. Os interessados precisam ir até a colônia para se inscreverem, além de respeitarem alguns requisitos, como: na mesma chapa não pode ter parentes; 30% da sua composição tem que ser de mulheres e todos precisam ser pescadores profissionais. Diante disso, torna-se importante comentar que ocorreu

uma eleição em dezembro de 2011, de modo que o Sr. Valter venceu e dessa forma conseguiu se reeleger para um mandato de mais três anos.

7.2 QUANTO ÀS AÇÕES DA COLÔNIA

Nesta categoria os resultados serão analisados e discutidos levando-se em consideração as seguintes questões: a presença da colônia nas capatazias; as ações da colônia em defesa do meio ambiente e a realização das ações da colônia em defesa dos direitos e interesses do pescador enquanto organização responsável por isso em nível local.

7.2.1 A presença da colônia nas capatazias

Questionados a respeito da presença da colônia nas capatazias, todos os pescadores entrevistados responderam que a colônia se faz presente em suas comunidades, porém destes, sete disseram que tal presença não é de forma constante.

Como forma de ilustrar essas duas situações, a de que a colônia se faz presente e a de que ela se faz presente, mas não constantemente, seguem abaixo as falas de alguns pescadores. A primeira é do Sr. Anacleto da comunidade Boa Vista que disse o seguinte: “São presentes aqui. Fala dos direitos que agente tem da colônia, dos direitos que a colônia dá. Eles explicam pra gente o que se passa na colônia” (Informação verbal).

Em complementação, O Sr. Raimundo Ramos da comunidade Cachoeira falou o que segue:

É, vem fazer reunião né com a população sobre pesca, é marisco né que é o caranguejo, camarão e o peixe né do mar né, tainha, serra. É bom a colônia sim. Sem a colônia agente não pode fazer nada né, tem que ter a colônia pra gente trabalhar na pesca né, ter, ter nossos direitos também né. E é bom sim a colônia pra gente sim (Informação verbal).

Compreende-se por meio desses depoimentos que a colônia parece estar satisfazendo os pescadores, ou seja, não está deixando a desejar com relação a sua presença em tais comunidades, principalmente no que diz respeito às orientações que são repassadas aos pescadores durante as reuniões. Isso pode ser visualizado através do segundo relato, quando o entrevistado diz que sem a colônia eles não podem fazer nada.

Para exemplificar a presença da colônia, mas não de forma constante, seguem os discursos de outros pescadores. Assim, o Sr. Fernando da comunidade Boa Vista relatou o seguinte:

Sim, as vezes fazem reuniões, as vezes é aqui, as vezes é na sede. De vez em quando eles tão vindo, fazem reunião pra dizer alguma coisa sobre a colônia entendeu. Fazem reunião sobre a pesca, seguro defeso dos pescadores e a colonização, tem muitos pescadores que não são colonizados (Informação verbal).

Em complementação ao depoimento acima, o Sr. José da capatazia Monte Alegre disse o que segue: “Olha não é muito presente não, muito difícil, já vieram umas duas vezes, acontece uma vez no ano. As veze tem reunião aqui, as veze lá na sede” (Informação verbal).

Por meio dessas duas falas, percebe-se que o motivo da colônia não estar realizando constantes reuniões nas capatazias pode ser devido ao fato de que a mesma, também promove tais encontros na sede.

Outro pescador que contribui para essa discussão é o Sr. Ciro da comunidade Cachoeira que depôs o que segue:

Se faz, é aqui aculá eles fazem reunião. Não é muito comum. Dizem que vai melhorar a pesca porque vem o negócio de de não sei que do diesel, mas nunca veio, nunca veio,tem o negócio do pescador comprar óleo diesel dá um abatimento de 20% mais nunca veio (Informação verbal).

Através dessa fala, pode-se observar que a colônia não se faz presente em tal capatazia de forma constante.

Já dentre os capatazes e dirigentes entrevistados, todos responderam que a colônia se faz presente nas capatazias, porém três acrescentaram algumas considerações, tais como: dois relataram que a presença não é de forma constante e outro declarou que tal presença precisa melhorar. Com isso, segue o depoimento do Sr. Francisco, capataz da comunidade Boa Vista e tesoureiro da colônia:

Sim, não constantemente não, a reunião depende de mim entendeu, eu que tenho que marcar, na minha opinião não deve ser assim, entendeu. Eu acho que a colônia, a própria direção em si, tem que fazer um cronograma de reuniões nas comunidades, pra não ficar muito solto, porque se for depender do capataz daqui, do Monte Alegre se ele quiser marcar marca se não quiser ele não marca entendeu. Então depende muito dos capataz é que tem que marcar pra poder chamar. Por exemplo se tem um seminário em Belém em relação ao pescado artesanal aí só que eu só vou chamar reunião lá pra fevereiro do ano que vem, o seminário foi agora em novembro, então poxa já tem muito tempo, muitas informações vão estar desatualizadas. A colônia devia marcar de dois em dois meses ou de mês a mês em cada capatazia (Informação verbal).

Diante dessa fala, foi possível identificar que além das reuniões não obedecerem a uma periodicidade, o capataz é o responsável em solicitar as reuniões em suas capatazias, o que segundo o entrevistado não deveria ser assim. Dessa maneira, é sugerido que a própria direção da colônia manifeste tal interesse como, por exemplo, faça um cronograma de reuniões para as comunidades.

Outra fala que vem ao encontro da anterior é a do Sr. Raimundo, capataz da comunidade Monte Alegre e presidente do Conselho fiscal da colônia. Ele disse o que segue:

Olha se fazem presente sim quando agente marca as reuniões né. Agente marca as reuniões aí eles vem dar informações né. Eu marco com os pescadores o dia aí, eles vem. Não devem esperar, por exemplo, que a comunidade marque uma reunião, eles que devem marcar, chegar aqui e reunir. Eles não vem constantemente, eles não tem muito tempo pra isso né (Informação verbal).

Um terceiro depoimento que pode contribuir nesta discussão é o da Sra. Lourdes, capataz da comunidade Cachoeira e secretária da colônia. Ela fez o seguinte relato:

É ... falta melhorar mais, mais ela é presente sim porque antigamente nunca nós tivemos a presença dum, dum presidente da colônia numa capatazia. Somos nós que pedimo reunião como capataz, nós que pedimo. O capataz mesmo vem e marca. Aí vai eu, o presidente da colônia e os outro capataz que vem pra dar é companhia também pros outro colega (Informação verbal).

Através desse discurso, entende-se que apesar de a colônia ainda ter que melhorar no que diz respeito a sua presença nas capatazias, tal presença da direção atual é considerada um grande avanço quando comparada às anteriores. Além disso, a entrevistada ratifica o papel do capataz ser o responsável por solicitar as reuniões nas comunidades.

Assim, diante dessas três falas, observa-se que a colônia deixa a desejar no que diz respeito a sua presença nas capatazias, principalmente com relação à questão de o capataz ser o responsável por solicitar as reuniões.

Logo, pode-se concluir que a colônia se faz presente nas capatazias, porém não de forma constante e que tal presença acontece somente através da realização de reuniões de orientação e/ou capacitação aos pescadores. Sendo assim, dois motivos podem estar fazendo com que a colônia não se faça presente constantemente nas comunidades: o fato dela também promover reuniões na sede e o de que os capatazes são os responsáveis em solicitar as reuniões à direção da colônia.

Com relação ao segundo motivo, houve até proposição por parte de dois capatazes como forma de que essa situação seja alterada. Isto é, eles propuseram que a própria direção da colônia seja a responsável por marcar as reuniões nas comunidades, de tal forma que elas obedeçam a uma periodicidade. Para tanto, sugeriram a elaboração de um cronograma de reuniões para as comunidades.

Diante dos resultados obtidos, através de análises, identificou-se a situação declarada pelos respondentes que relataram que a colônia não se faz presente de forma constante nas capatazias. Assim, durante a pesquisa não foi possível participar de nenhuma reunião promovida pela direção da colônia nas capatazias. Os capatazes conseguiram marcar as reuniões, porém as mesmas por algum motivo não aconteciam. E isso, não apenas em relação às reuniões que a pesquisadora almejava participar, mas até mesmo nas reuniões em que esta nem sabia que iam ocorrer. Dentre os motivos que fizeram com que tais encontros não pudessem ser realizados podem ser citados desde os fenômenos naturais como, por exemplo, a chuva, até a doença de algum pescador.

Além disso, a pesquisadora considera fundamental colaborar com algumas críticas e contribuições. A primeira refere-se ao fato de que alguns dirigentes não se vêem como ocupantes de tais cargos e com isso acabam jogando toda a responsabilidade para o presidente da colônia. Um exemplo disso é a fala do Sr. Francisco ao dizer que “a própria direção da colônia deveria fazer” (Informação verbal). Assim, não assumem que compõem o quadro da direção da colônia e que precisam colaborar com suas ações para a melhoria dos problemas mencionados. Essa situação vem de encontro ao primeiro pressuposto do desenvolvimento local que foi definido para essa pesquisa, isto é, a participação dos atores locais, que foi muito bem explicada no capítulo destinado ao desenvolvimento local por Cabugueira (2000) e Martins (2002).

A segunda crítica reside no motivo de que a colônia somente se faz presente nas capatazias para realizar reuniões de orientação e/ou capacitação aos pescadores. Acredita-se que os membros de qualquer organização não se sentem satisfeitos ao terem que se reunir somente para discutirem questões relacionadas ao trabalho. Com isso, está faltando por parte da direção da colônia a realização de alguns eventos que possam promover a integração entre seus membros, até mesmo como forma de sair da rotina, já que o trabalho da pesca é bastante exaustivo. Assim, a realização desses encontros pode ser considerada um pressuposto para a criação das relações de associação, cooperação e confiança, as quais caracterizam o chamado capital social. Ressalta-se que este capital foi apresentado e discutido anteriormente segundo as percepções de Abramovay (2000), Milani (2003), dentre outros.

Por último, concorda-se com os capatazes entrevistados quanto à questão de que a direção da colônia deve ser a responsável por marcar as reuniões nas capatazias e não deixar isso sob a responsabilidade dos capatazes. Para tanto, deve-se fazer um cronograma de reuniões tanto para as capatazias, quanto para a sede, de tal modo que obedeçam a uma periodicidade. E foi justamente nesse quesito que foi possível observar que alguns dirigentes entrevistados não se consideram como tais.

7. 2. 2 As ações da colônia em defesa do meio ambiente

Esta subcategoria temática será dedicada às ações promovidas pela colônia em prol da preservação do meio ambiente. Para tanto, considera-se importante apresentar o que diz o art. 3º, IV da Lei 11.699 de 13 de junho de 2008:

Art. 3º Às Colônias de Pescadores regularmente constituídas serão assegurados os seguintes direitos: IV – representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente (BRASIL, 2008, p.1).

Diante desse artigo, verifica-se que dentre os direitos que a colônia possui, é importante destacar o de lutar em defesa do meio ambiente. E é justamente em cima disso que será feita a discussão nesse tópico. Assim, dos nove pescadores entrevistados, sete responderam que a colônia promove reuniões que tratam da preservação do meio ambiente. Destes sete, apenas um respondente afirmou que a colônia precisa ser mais interessada no que diz respeito a essas ações. Dentre os dois restantes, um relatou não saber se a colônia promove esses tipos de ações, já que sempre está no mar pescando, enquanto que o outro disse que a colônia não realiza tais ações e que já recebeu informações relacionadas à proteção do meio ambiente, mas de outras pessoas.

Dentre os capatazes e dirigentes, apenas um relatou que a colônia nunca realizou tais ações, ressaltando que a única orientação que ela passa nas reuniões é sobre os direitos previdenciários. Dessa maneira, percebe-se que este entrevistado não considera os referidos direitos ações para a promoção da proteção do meio ambiente.

Como forma de ratificar o que foi dito, no decorrer desta categoria serão mostrados os discursos de alguns entrevistados.

Assim, o Sr. Francisco disse o que segue:

Falam muito em relação a documentação do pescador que tem que tá em dias entendeu, tudo em relação a documentação, os direitos previdenciários, o

tempo todo nesse caminho. Posso até tá enganado, mas em relação a preservação do meio ambiente não falaram (Informação verbal).

Já o Sr. Afonso da comunidade Monte Alegre falou que: “É como eu tô falando né que talvez tenha reunião sobre isso mais eu não participo das reuniões. Agente passa mais tempo no mar do que na terra” (Informação verbal).

Esse depoimento contempla o que foi exposto anteriormente a respeito de um pescador que não sabe se a colônia realiza ações em defesa do meio ambiente, em razão de estar sempre no mar pescando.

O Sr. Manoel da comunidade de Monte Alegre relatou o seguinte:

Falam sobre a pesca né, sobre as andanças, como, como tá indo, porque hoje, hoje, cada ano vai modificando né em termo de trabalho, em termo de documentação, então cada ano vai modificando, então essas reuniões geralmente é pra atualizar o pescador, como tá andando as coisa. Falam sobre a preservação do meio ambiente, isso sempre, sempre fala, pra gente é não jogar é é lixo no no rio né, porque aqui sabe nossa, nossa comunidade é beira de rio né, então aqui atracam muitos barcos então agente já teve muitos problemas em termos de vamo dizer o cara vem lá de Vigia aí vem quando chega aí dá um problema no motor aí vai tirar o óleo lá né então esse óleo muitas vezes é colocado dentro do saco no rio, aí é o caso da gente chamar o capataz, agente trabalha agente praticamente todo dia nós tamo no rio, aí o capataz chama a atenção dele. Nós somos o, o vigilante da colônia, o que ocorre aqui agente faz alguma coisa (Informação verbal).

O Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira fez o seguinte discurso:

Eles falam sobre o defeso que vem, falam sobre o negócio pra gente ajeitar os documento da gente, né problema de de de como é do IBAMA avisam o material pra gente pescar né material pequeno malha pequena que pega peixe pequeno, né os material, o material que eu pesco é esse aí eu só pesco peixe grande, pescada amarela de sete quilo, seis quilo, oito quilo, dez quilo. Falam pra gente não jogar lixo no mar é pra gente é é revezar os manguezal, essas coisa aí que eles falam (Informação verbal).

Sr. Roberto da comunidade Boa Vista depôs o que segue:

Nas reuniões falam pro sócio da colônia pagar a sociedade né pra ter aquele, de repente a pessoa adocece, aí tiver quites na colônia tem aquele benefício né que o pescador pode precisar. Muita gente diz ah eu não vou pagar a colônia, não vê o futuro, o que pode acontecer com eles. Aí eu acho assim, tem muito pescador que não é sócio da colônia, porque ele acha que não deve pagar a colônia, eu acho um erro isso né. Eu me associei na colônia, tem dez a onze anos. Dizer que eu ainda não precisei da colônia né, mas um

dia. Eu continuo pagando a colônia, pra eu ter aquele meu direito né (Informação verbal).

O Sr. Raimundo disse que:

As reuniões são sobre a pesca, sobre é o seguro-defeso, é sobre é... o INSS né e essas coisas toda aí, porque até porque a informação agente dá informação pra eles em tudo viu, meio ambiente, sobre a poluição do rio né, sobre a devastação da floresta né, assim como nós as escolas também fazem isso aqui, os professores né. Todos nós falamos né, cada qual tem seu tempo de fala né. Eu entro, eu começo né aí repasso pro seu Valter, por exemplo, ele fala da UGT, ele fala da da Secretaria da Pesca, da MPA né aí ele fala do meio ambiente e ela dona Lourdes já fala na previdência né, dos direitos (Informação verbal).

Por meio dos relatos, observa-se que a colônia passa para os pescadores informações tanto a respeito dos direitos e deveres previdenciários, quanto com relação às medidas preventivas que devem ser tomadas no dia-a-dia visando à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, não jogar lixo e óleo dos barcos nas águas. Para ilustrar esta última situação, seguem as falas do Sr. Valter e da Sra. Lourdes, respectivamente:

Em cima das reuniões que agente faz, agente passa orientação. Eu vou ali e digo vocês sabem que é proibido. Um barco desses quantas sacolas não levam pra fora. Isso aí não tem que ser jogado lá fora, tem que trazer pra terra e tal. Hoje em dia naquela brincadeira um com outro agente vai capacitando eles (Informação verbal).

Antigamente eles lavavam o barco e jogavam óleo lubrificante na água. Agente instrui e eles já tão um passando pro outro. Agente fala muito a questão do meio ambiente até porque nós tamos trabalhando em cima de uma reserva extrativista marinha. Essa reserva é o seguinte agente vem trabalhando há muito tempo, então essa reserva é pra preservar o meio ambiente, o pescado né e o marisco né ao mesmo tempo. É o nosso mangue. É uma área de manguezais. Falamos o que tem dentro dela no caso é o marisco né, que é o caranguejo, siri, mexilhão, sururu, é ostra e assim como também o rio onde nós temos o nosso peixe que é aquele que vem desovar dentro do nosso rio aí eles estão sendo explorado por tapagem de igarapé e outros tipo de armadilha que eles colocam (Informação verbal).

Sobre a questão da proteção do mangue o Sr. Valter contribui dizendo que:

É justamente em cima da floresta que agente tá lutando. Tá uma floresta bonita. Será que futuramente não pode acabar isso, não tem lei que ampare o manguezal, quer dizer o nosso manguezal. Em cima disso que nós temo que correr que é a nossa reserva extrativista marinha sustentável (Informação verbal).

Diante desses discursos, nota-se que as orientações se referem à constante utilização de sacolas nos barcos e de óleo lubrificante. Assim, as sacolas vazias eram constantemente jogadas nas águas, o que hoje devido às orientações dificilmente acontece, ou seja, muitos pescadores trazem-nas das viagens e já em terra as jogam no lixo. Outra situação era com relação ao despejo nas águas de resto de óleo lubrificante ao lavarem os barcos, o que hoje também acontece em menor proporção. Além disso, na fala da Sra. Lourdes pode-se observar a preocupação da colônia no que diz respeito à preservação do mangue, o qual tem sido muito degradado. O Sr. Valter também comentou sobre isso, ou seja, falou da luta de transformar a floresta (manguezal) em uma reserva extrativista marinha sustentável. Relatou sobre o medo que eles têm da floresta acabar, já que o manguezal não tem amparo legal. Ainda segundo ele, já estão sendo feitas reuniões sobre a criação desta reserva. Assim, estas são realizadas na sede para aqueles que residem na cidade e depois nas comunidades da zona rural para os que habitam na mesma.

Já com relação às orientações referentes à Previdência Social, a Sra. Lourdes fez o seguinte discurso:

Agente procura através das reuniões dar orientações. São cursos de capacitação que a colônia passa para os pescadores. Tanto é que na sede, por exemplo, a colônia convida seus associados para reunião de capacitação sobre os direitos e deveres previdenciários e outros direitos mais deles. Tanto na sede quanto nos interior, onde tem capatazia. Toda reunião que tem agente coloca essa questão até porque sempre na reunião quando tem quem fala mais sobre direitos previdenciários sou eu. Agente fala muito sobre essa questão. Em cima das reuniões que agente faz, eles se instruem e uns passam para os outros (Informação verbal).

Dando continuidade à presente discussão, a Sra. Lourdes relatou o que segue:

Agente pede pra eles primeiro procurar a colônia e se organizar em termo de documentação até porque futuramente eles vão precisar de um benefício uma aposentadoria, um salário maternidade. Eles não se aposentam diretamente pela colônia. Aí o que que agente faz aí agente pega eles aí prepara eles tudinho, capacita eles em termo de documentação. Então hoje nós passa a informação. Hoje eles tão se organizando em termo de documentação. Porque antigamente os presidente de colônia não capacitavam o pescador nem dentro da sede e nem fora da sede. Até os próprio presidente que passaram por aqui eles não eram capacitado (Informação verbal).

Diante dessas ações da colônia torna-se conveniente relacioná-las com alguns conceitos de gestão ambiental apresentados anteriormente no capítulo destinado a essa gestão. Assim, dentre eles, seguem os seguintes:

Gestão ambiental é o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade. O objetivo último é estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre natureza e homem (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004, p.700).

A gestão ambiental, em última análise, é a busca do equilíbrio entre o homem e o seu ambiente, seja natural, seja urbano. Na linguagem da moda, esse equilíbrio se manifesta por meio da expressão desenvolvimento sustentável. *Sustentável* quando se trata de metas que deverão ser atingidas. *Sustentado* quando já aplicado na prática (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004, p.666).

A gestão é compreendida como uma atividade política que objetiva a racionalização/ maximização do uso dos recursos naturais. E para que a gestão seja colocada em prática, serão colocados instrumentos jurídicos e institucionais, tendo por objetivo garantir à população o uso adequado dos recursos naturais, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos (TOZI, 2007, p.19).

Pode-se observar que as ações desenvolvidas pela colônia vêm ao encontro das variáveis presentes nas definições de gestão ambiental, ou seja, apresentam como objetivo comum a preservação do meio ambiente. Além disso, as citações apresentam outros elementos que devem ser considerados no processo de gestão ambiental. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento sustentável, de forma que se deve agir tendo em vista as futuras gerações. O outro diz respeito à questão de que o exercício da gestão ambiental requer a presença de instrumentos jurídicos e institucionais com a finalidade de que os recursos naturais sejam utilizados de maneira adequada pela população. Compreende-se com isso que tais instrumentos são definidos como sendo de monitoramento e controle, com o objetivo de assegurar a adequação entre a exploração e as particularidades do meio ambiente. Isso vem ratificar o que foi apresentado no capítulo destinado à regulação jurídica das atividades das colônias de pescadores, onde foram apresentadas as leis que tratam da atividade da pesca e suas implicações.

Com isso, observa-se que a colônia tem colocado em prática o princípio da prevenção que foi muito bem explicado, segundo a percepção de vários autores, no capítulo referente à regulação jurídica das colônias de pescadores. Sendo assim, convém lembrar o que significa o supracitado princípio. Sobre ele, Antunes (2005, p.37) diz o seguinte:

O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e que tenham uma história de informações sobre eles. É o princípio da prevenção que informa tanto o licenciamento ambiental como os próprios

estudos de impacto ambiental. Tanto um como outro são realizados sobre a base de conhecimentos já adquiridos sobre uma determinada intervenção no ambiente. O licenciamento ambiental, como principal instrumento de prevenção de danos ambientais, age de forma a prevenir os danos que uma determinada atividade causaria ao ambiente, caso não tivesse sido submetida ao licenciamento ambiental.

Em complementação, Machado (2001, p.50) menciona o que segue:

No princípio da prevenção previne-se porque se sabe quais as conseqüências de se iniciar determinado ato, prosseguir com ele ou suprimi-lo. O nexos causal é cientificamente comprovado, é certo, decorre muitas vezes até da lógica.

Assim, compreende-se que o referido princípio é posto em prática quando já se conhece os impactos que uma determinada atividade causa no meio ambiente e sendo assim, faz-se necessário tomar alguma medida preventiva para evitar que o dano aconteça. Isso vem ao encontro dos discursos apresentados a respeito das ações realizadas pela colônia, isto é, a de que ela promove reuniões sobre capacitações tanto na sede da colônia, quanto nas capatazias, de tal forma que estas referem-se ao que os pescadores devem e não devem fazer em prol da proteção do meio ambiente, considerando-se que eles dependem diretamente do meio ambiente pra sobreviver. Outra ação verificada diz respeito aos direitos e deveres previdenciários, onde é sempre enfatizada a importância do pescador ser associado à colônia, já que este é um dos requisitos para pleitear qualquer tipo de benefício, como por exemplo, a aposentadoria.

Assim, a questão da documentação para fins de recebimento de benefícios é sempre muito falada nas reuniões. Isso ocorre por que muitos pescadores não apresentam a documentação completa. Com isso, ao pleitear um determinado benefício o pescador tem que apresentar três tipos de documentos. São eles: os de identificação pessoal (carteira de identidade e carteira de habilitação de pescador artesanal); os de filiação junto ao INSS (número de inscrição do trabalhador - NIT) e os de comprovação do exercício da pesca artesanal. Para a comprovação deste último é necessária uma declaração da Colônia de Pescadores devidamente registrada no IBAMA, confirmando assim o quanto é fundamental a associação dos pescadores à referida organização (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006).

Nota-se com isso, que a colônia tem exercido o papel de conscientizar os pescadores no que diz respeito aos seus direitos e deveres previdenciários e outras questões desta

natureza, já que muitos pescadores desconhecem tais informações e, em muitos casos não sabem os direitos que têm. Tal situação pode ser explicada na citação abaixo:

De acordo com a Organização Social do Trabalho, seguridade social significa a proteção fornecida pela sociedade a seus membros, através de políticas públicas voltadas ao trabalhador em situação de vulnerabilidade econômica e social, decorrentes de doenças, maternidade, acidentes de trabalho ou doenças profissionais, desemprego, invalidez e idade avançada. Contudo, chama a atenção o fato dos trabalhadores rurais, entre eles os pescadores artesanais só terem sido incluídos nos anos 60 e de forma parcial, uma vez que não tinham direitos a todos os benefícios disponibilizados aos trabalhadores urbanos. A equiparação entre rurais e urbanos foi obtida somente a partir da Constituição de 1988, com a universalização desses direitos. Considerando a pesca artesanal como uma atividade que envolve um alto risco decorrente da precariedade dos equipamentos utilizados, um elevado grau de insalubridade, além de uma grande instabilidade na renda obtida pelos pescadores e pescadoras, as medidas de proteção social a esse segmento de trabalhadores bem como a seus dependentes, têm importância primordial (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006, p.1).

Diante das citações, fica claro a importância da associação dos pescadores à colônia de seu município, acrescentando-se que isso configura um fator condicionante ao requerimento dos benefícios. Entretanto, foi observado através das entrevistas que muitos pescadores não estão em dia com o pagamento das suas mensalidades. Em razão disso, a colônia está passando por limitações financeiras. Esta situação pode ser confirmada através da fala da Sra. Lourdes que disse o seguinte:

Nós não cobra, quando agente vai em reunião é que agente repassa as informação. Tem uma ficha de controle, todo mês que o pescador vem aqui pagar é anotado na ficha, eu destaco o recibo do pagamento que ele fez e marco aqui na ficha. Uma via do comprovante de pagamento o pescador leva e precisa ser guardado para fins de aposentadoria. Nós não temos condição, até porque você vê nós temos uma, uma faixa de 2.300 associados na colônia, então desses 2.300 associado se eu te amostrar você não vai acreditar, nós tamos em plena uma campanha eleitoral na colônia, se eu te amostrar olha quantas ficha de sócio tem agora aqui da sede olha não tô nem conferindo eu deixo por sua conta pra você ver quantos sócios nós temos quite aqui na colônia de 2.300 associado que nós temos tá, olha se eu não me engano, se eu não me engano que ainda agora eu tava conferindo, temos 31 sócio quite na colônia pra 2.300 associado só aqui na sede, 31 associado quite, aí você vê agora com o é que o pescador ele tem direito de chegar aqui e cobrar da colônia que faça isso e aquilo aquilo outro por ele não tem. Então como diz a história desses 31 sócio se fosse todos os meses que ele viesse pagar era bom mais não, passa tempo pra ele virem pagar, se você for pegar cada um monte desse pra verificar, olha, olha o tanto olha, e eles tão

devendo e não é pouca coisa, é muita coisa que eles tão devendo, agora como é que você acha que a colônia tem que fazer alguma benefício de melhor pro pescador é impossível, só sendo um milagre (Informação verbal).

Diante desse depoimento, observa-se que a referida instituição está passando por uma situação difícil no que diz respeito ao recebimento das suas mensalidades, pois como foi dito acima, dos dois mil e trezentos associados apenas trinta e um estão quites com seus pagamentos. Assim, de acordo com o relato, o não recebimento do valor das mensalidades impossibilita a colônia de poder proporcionar melhorias para os seus pescadores, já que este é o único recurso financeiro que a colônia pode contar tanto para sua manutenção, quanto para a realização de eventos, cursos ou outro tipo de benefício.

Outra questão que foi possível observar nesse discurso é que a colônia não cobra os pagamentos dos inadimplentes, ou seja, eles devem e fica por isso mesmo. Isso precisa ser alterado urgentemente, isto é, a direção da colônia precisa colocar em prática uma forma de não só cobrar quem deve, mas também de fazer com que os pescadores paguem em dia suas mensalidades.

Como forma de ratificar essa situação, considera-se importante apresentar também o relato de um pescador, o Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira, que afirmou o que segue:

O pessoal dizem que eles robam, robam, robam, o que a colônia recebe por mês dos pescador, só dá pra ela se manter e olhe lá. Porque tem mês que ninguém não paga, só se a pessoa for querer um benefício, ou então for querer um aposento qualquer coisa, aí vai lá e se quita, mais tem mês que não dá um pescador não vai lá pagar, não é coisa certa todo mês, todo mês né pagar, pelo menos olha já tô com três meses atrasado, se dependesse de mim a colônia não dava pra ela comprar uma caixa de palito esses três meses né. Eles tão trabalhando direitinho, direitinho mesmo, pelo menos eles vão pra lá pra Brasília, vão pra Belém, vão pra todos os lugar, aí trazem informação, repassam pra gente tudinho. Pra quem tá na reunião, pra quem não vai fica dizendo ah vocês vão perder tempo em reunião. Tem é muito pescador assim. Inclusive eu trabalho com quatro companheiro, só meu filho que paga a colônia., acho que ninguém paga né. Aí tem barco aqui que nem o dono do barco paga a colônia, nem os companheiro paga né. Aí inclusive quando entram nesses lugares por aí que nem Soures, Soures é assim se chegar lá o IBAMA tá em cima, a Marinha tá em cima, se não pagar eles pegam os barco prendem, isso o tempo todo né. Então pra pessoa ter o direito dele tem que andar todo bacaninha (Informação verbal).

Através desse discurso fica claro que até mesmo os pescadores são cientes do atraso das mensalidades devidas à colônia, tanto é que o próprio entrevistado admite estar devendo pelo menos três meses à colônia.

Retomando as orientações transmitidas aos pescadores, a Sra. Lourdes fez o seguinte desabafo:

Agora o que nós queria mais que viesse era curso pra cá pra nós, não só pra capacitar os pessoal da colônia né até porque nós já tombém já somo um pouco capacitado, mais que viesse é... eu sempre falo em reunião assim que santo de casa não faz milagre, por mais que eu teja capacitada pra trabalhar em cima dos deveres previdenciário, passar informação porque sempre em reunião quem fala mais sou eu do que os outros, mesmo que agente chegue numa comunidade já passa as melhores informação, mais eles, uns acreditam outros não acreditam se vim outras pessoa de fora eles passam a acreditar mais, então por isso sempre agente diz santo de casa não faz milagre e se o INSS vim aqui falar toda a realidade que é o mesmo linguajar que a colônia repassa pra eles aí eles passam a confiar mais então a mesma coisa foi que aconteceu agora com a Marinha e o IBAMA, que o IBAMA veio aqui em São Caetano além deles vim explorar o pescador, humilharam muito o pescador aqui o IBAMA aqui em São Caetano e a Marinha já foi o contrário ela veio ajudar, dar um curso de capacitação como ela deu um curso de capacitação pros nossos pescadores e eles foram graciados porque tiraram as carteira né, então pra nós foi um elogio da parte da da Capitania que enquanto o IBAMA pra nós foi um desgosto muito grande que nós tivemos. Porque quando tem curso lá fora agente vai participa dos curso, aí o que agente escuta lá fora aí agente vem trás pra dentro da comunidade aí agente vai nas comunidade e passa as mesmas informação. Por isso que nós faz reunião nas capatazia que é pra gente passar informação praqueles que não vem até a sede da colônia (Informação verbal).

Observa-se por meio do relato acima que muitos pescadores não têm credibilidade nas informações que são passadas para eles, pelo simples fato de ser a própria direção da colônia a ministradora de tais orientações e não órgão responsável por tal assunto. Contudo, ressalta-se que os dirigentes da colônia primeiro capacitam-se através da participação em congressos e seminários, para em seguida transmitirem o que aprenderam aos pescadores. Essa situação configura a ausência do pressuposto confiança dos pescadores para com a direção da colônia.

Fotografia 11 – Participação da secretária da colônia em um seminário realizado em Vigia/PA.



Fonte: Secretaria da Colônia, 2011.

Fotografia 12 – Participação do presidente da colônia em um congresso realizado em Belém/PA.



Fonte: Secretaria da Colônia, 2011.

Fotografia 13 – Participação da secretária da colônia em um evento realizado em Belém/PA



Fonte: Secretaria da Colônia, 2011.

Ainda com relação às ações da colônia, considera-se conveniente apresentar a fala do Sr. Anacleto da comunidade Boa Vista, que disse o seguinte: “A colônia promoveu agora no mês de abril um curso que a Marinha veio fazer, inclusive eu até participei desse curso. Foi sobre a carteira marítima” (Informação verbal).

Fotografia 14 – A equipe da Marinha no prédio da sede da colônia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Observa-se que esse relato trás uma informação muito importante para a pesquisa, isto é, a de que a colônia intermediou a realização de um curso ministrado pela Marinha em abril de 2011. Ele foi realizado na semana da primeira visita à sede da colônia. Tratou-se de um curso de capacitação realizado em virtude de uma apreensão feita pelo IBAMA de redes e barcos. Os barcos apreendidos encontravam-se sem a documentação adequada ou estavam com a mesma pendente. Foi relatado também que alguns pescadores estavam com a licença de pesca vencida. Assim, esta apreensão faz parte de uma operação realizada pelo IBAMA chamada de Operação Rio Verde.

Sobre a realização desse curso o Sr. Valter relatou o seguinte:

Esse curso de capacitação foi pra tirar as carteira marítimas dos pescadores. O IBAMA entrou aí com uma fiscalização né e apreendeu umas rede aí, quer dizer tava legal, porque o IBAMA tava certo nós tavamos errado, devidamente que as licença que tinham tavam vencida eles vieram e apreenderam as redes, os barco, quer dizer através disso aí houve uma manifestação, negócio muito feio, nunca tinha visto isso em São Caetano, inclusive eu nem sabia o que tava acontecendo. Eu conversei com o menino lá que era chefe da operação, mais não tinha mais jeito. Pra minha surpresa eu ainda fui multado em R\$ 20.000 alegando que proibí a fiscalização do IBAMA perante os pescadores. Por uma parte foi até bom, nós entramo em parceria com a prefeitura, marquemo uma audiência com o capitão dos portos e conseguimos trazer a capitania pra cá. Passou uma semana pra fazer esse curso de capacitação, tirar a carteira marítima e fazer as arqueações das embarcações. A colônia deu a contrapartida com a merenda, espaço e divulgação. Financeiramente foi a prefeitura que arcou (Informação verbal).

Percebe-se nessa citação que houve uma articulação da colônia com um órgão público, a Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas/PA, por meio do qual foi possível conseguir o devido apoio financeiro para a realização do curso. Acrescenta-se ainda que cada ator social envolvido contribuiu com o que estava ao seu alcance, ou seja, a colônia colaborou com a merenda, espaço e divulgação; a Prefeitura com o apoio financeiro e a Capitania dos Portos com a equipe responsável em ministrar o curso. Ressalta-se que esses apoios que a colônia conseguiu são definidos como um dos pressupostos de promoção do desenvolvimento local. Assim, convém mencionar o que diz Cabugueira (2000, p.131):

O desenvolvimento local exige a ajuda dos poderes públicos, estimulando uma descentralização institucional, promovendo a adoção de ciclos longos (plurianuais) de apoio financeiro e administrativo, facilitando a coordenação e a concentração entre os atores locais, etc... Os poderes públicos têm um papel importante a desempenhar: o desenvolvimento local implica que as ajudas dos poderes públicos tenham como princípio a dinamização dos recursos e das capacidades e das necessidades endógenas.

Com isso, nota-se que o apoio financeiro da Prefeitura foi de fundamental importância para a realização do curso, principalmente porque conseguiu atender às necessidades dos pescadores da colônia que estavam com a documentação do barco pendente e com a licença de pesca vencida.

Fotografia 15 – Cerimônia de entrega das carteiras marítimas aos pescadores



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Fotografia 16 – Pescadores com as suas carteiras marítimas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Fotografia 17 – Comandante da Marinha com o presidente da colônia e alguns pescadores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Um segundo pressuposto do desenvolvimento que esteve presente neste evento foi a participação dos atores sociais envolvidos, tanto os locais, quanto os exteriores. Assim, a colônia enquanto organização responsável por defender os direitos e interesses dos pescadores em nível local fez seu papel, ou seja, como não tinha recurso financeiro para patrocinar tal curso foi em busca de parceria e praticamente todos os pescadores participaram do referido curso, tanto os que se encontravam com pendências, quanto aqueles que não estavam ilegais.

Além desses, a Prefeitura e a Marinha também exerceram muito bem suas atribuições. Diante disso, nota-se que a participação é um pressuposto imprescindível para o processo do desenvolvimento local, entretanto requer a presença de alguns fatores. Dentre eles, pode-se citar o esforço individual de cada um, seja por meio de sua conscientização, como também através de sua efetiva e contínua participação no processo, de tal forma que tal empenho exige todo um aprendizado, no qual as pessoas precisam esforçar-se para serem ouvidas, entendidas e atendidas. Além disso, as pessoas precisam desenvolver relações de interação, cooperação, associação e confiança uma nas outras. (MARTINS, 2002).

Diante dessa colocação, compreende-se que as relações de associação, cooperação e confiança, ou seja, o chamado capital social configura-se como um terceiro pressuposto do desenvolvimento local que também esteve presente na realização do referido curso. Isto é, se cada parte não tivesse cooperado e confiado uma na outra o curso não teria acontecido. Com

isso, a colônia não teria conseguido chegar a lugar algum agindo de forma isolacionista, sem a conjugação de esforços locais, os devidos apoios da Prefeitura e da Marinha e a presença das relações de cooperação, associação e confiança que se estabeleceram. Tais elementos são explicados na citação abaixo:

Comparo tal processo a um projeto de construção no qual cada estágio é importante e necessário para que se possa completar o projeto satisfatoriamente. O interesse próprio dos atores estabelece a o fundamento de todos os esforços coletivos confiáveis. É isto que aproxima o atores no início e também o que os mantém juntos. Sem isto, nossa estrutura fica armada sobre o solo incerto, não sendo firmemente enraizada em sua realidade. A intervenção governamental assegura que nossa estrutura funcione como manda o figurino e, portanto, esteja pronta para existir dentro de seu meio e não as suas expensas. Finalmente, os mecanismos de autogovernança fornecem a infraestrutura que permite que nossa estrutura funcione e se sustente mesmo muito tempo depois de a primeira pintura começar a descascar (LOCKE, 2001, p.261).

Diante do que foi exposto, nota-se que a mobilização social que se estabeleceu para a realização do curso da Marinha vem ao encontro do que dizem Albuquerque (1998), Campanhola e Silva (2000). Assim, seguem as citações dos referidos autores:

O processo de Desenvolvimento Local, enquanto “um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda”, surge como um fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos. Objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micros empresários para que gerem empregos sustentáveis (ALBUQUERQUE, 1998, p.48).

O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais. No entanto, as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa ainda se constituem em uma grande barreira ao exercício da democracia em nosso país. Não há regras ou modelos predeterminados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam ao desenvolvimento local, pois este é em essência um processo microssocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.30-31).

Essas definições apresentam as características do desenvolvimento local que estiveram presentes no processo de realização do curso da Marinha na colônia. Desta forma, tal ação definiu-se como sendo um processo de articulação, cooperação e de construção coletiva, onde cada ator social participou de forma efetiva e contribuiu com aquilo que podia, em prol do atendimento às necessidades para as quais tal curso foi realizado.

Entretanto, convém ressaltar que esse processo de integração ocorreu para a organização do curso, pois inicialmente quando foi feita a apreensão por parte do IBAMA de redes e barcos tal ato ocasionou vários conflitos, culminando até mesmo em multa para o presidente da colônia, conforme foi relatado pelo mesmo anteriormente. Essa situação é retratada por Milani (2003, p.1-2) que diz o que segue:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Por meio dessa colocação, observa-se que o desenvolvimento local engloba os dois lados: o da integração e o do conflito. É praticamente impossível que um determinado processo que provoque transformação social local seja aceito por todos os habitantes de uma determinada região. Sempre existem aqueles que são conservadores em suas ideias e ações. Do mesmo modo, há os que concordam com as mudanças advindas de um certo processo, de tal maneira que aceitam relacionar-se com os demais atores sociais em busca de soluções para o desenvolvimento da sua localidade.

Ainda a respeito desses cursos, o Sr. Valter acrescentou o que segue:

Porque acontece o seguinte, nós não temos condições, porque um curso desse tem que ter gastos, olha é muito difícil conseguir parceria, tem que fazer um projeto no ano pra chegar no outro. Se um dia sair o seguro defeso qualquer colônia do Salgado vai ter condições, porque vai entrar renda né aí vai ter condições de fazer tudo que ela não fez (Informação verbal).

Diante dessa fala, nota-se que a colônia não tem condições financeiras de realizar cursos, sendo que para conseguir parcerias é necessária a realização de projetos, ou seja,

precisa ser feito o levantamento dos cursos ou eventos que precisam ser realizados em um dado ano para que eles se concretizem no ano seguinte. Além disso, o Sr. Valter atrelou a insuficiência de recursos financeiros nas colônias do Salgado ao não recebimento do seguro defeso na região.

Sobre isso o Sr. Francisco falou o seguinte:

É que na verdade falta como é planejamento, é o que eu sempre digo falta planejamento, agente tem que planejar as coisa, o que que agente vai fazer, tipo assim em 2012, que que agente vai fazer na colônia, vamo falar sobre o que, vamo defender o que entendeu, tem que ter isso, mas não há planejamento nas ações, são ações assim muito soltas entendeu (Informação verbal).

Percebe-se por meio do depoimento que apesar das reclamações feitas pelo Sr. Valter na citação anterior, o Sr. Francisco declara que na colônia está faltando planejamento. Diante disso, considera-se importante mencionar que “[...] o planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que seqüência” (CHIAVENATO, 2000, p.195). Com isso, entende-se que o planejamento é uma ferramenta imprescindível em qualquer gestão, em razão de que por meio dela será definido o que deverá ser feito e seguido para que uma determinada organização consiga alcançar os seus objetivos.

Ainda a respeito dos projetos, a Sra. Lourdes fez o discurso que segue:

Porque você sabe que pra gente fazer um projeto ele não sai da noite pro dia né, nós faz projeto, olha esse projeto aqui da sede pra gente deixar essa sede hoje bonita do jeito que ela está passou dois anos o projeto pra sair, na mesma época nós fizemos também pra complementação da quadra, já saiu? Ainda não saiu, na mesma época também fizemos pro seguro defeso, fizemos pro caminhão, fizemos pra uma fábrica de gelo, então nós faz vários projetos, até que nós já fomo contemplado só com um. Agente encaminha diretamente pra Brasília pra MPA, agente faz o projeto e encaminha diretamente pra Brasília, aí depois disso agente recebe algumas mensagens deles, algum retorno dele quando dá positivo muito que bem quando dá negativo também eles mandam dizer por falta de alguns documentos, eles mandam dizer o que é, e agente corre em cima dessa documentação pra mandar. Até porque se demora muito é aquela questão nós não temos uma pessoa lá fora que puxe pela gente, nós não temos um deputado federal, nós não temos um deputado estadual, nós não temos um vereador, nós não temos um senador, não temos ninguém que puxe pela nossa categoria, nós não temos quem faça isso pela categoria, então agente espera que Deus abre as porta pra gente. É por isso que as vezes eu digo pras pessoa que não tem um conhecimento eu digo gente nós não sabemos votar. Porque eu digo assim? Porque nós só vamos aquele que gosta de dar dinheiro, aquele que não dá dinheiro ninguém vota. É aonde nós perde porque se nós soubesses votar mesmo agente fazia deputado federal, fazia deputado estadual que viesse lutar pela nossa categoria. Porque que as veze eu digo que há uma diferença

do Doce pro Salgado. Porque que tudo o Doce recebe com facilidade? É projeto por cima de projeto pra fazerem financiamento, fazerem empréstimo, comprar barco, comprar rede, comprar tudo que eles tem precisão, porque lá eles souberam votar, souberam escolher o deputado deles, que vá lá em Brasília e lute e brigue por aquele direito enquanto nós do Salgado nós não temos isso, porque se nós tivesse um deputado estadual, federal que chegasse lá fora viesse brigar pela categoria dos pescadores do Salgado, com certeza acho que nós era bem na foto também. Então nós não temos ninguém que nos represente lá fora (Informação verbal).

Por meio dessa declaração observa-se uma nova informação no que diz respeito às ações da colônia, isto é, a de que a colônia já fez muitos projetos, entretanto a mesma foi contemplada com apenas um até agora. E isso se deve principalmente à questão de a colônia não ser representada por nenhum político que lute por seus direitos, seja ele deputado estadual, federal ou senador. Essa é também a principal diferença entre os municípios da região do Salgado e os da região do Doce, ou seja, pelo fato dos municípios da região Doce terem elegido um deputado que os represente e defenda seus direitos, seus pescadores conseguem aquilo que precisam para o bom desempenho de sua profissão.

Além do curso ministrado pela Marinha, a Sra. Lourdes relatou que várias outras instituições já estiveram presentes na colônia ministrando cursos de capacitação aos pescadores. Diante disso, segue o seu relato:

Já tivemos outros cursos aqui. O SEBRAE veio falar sobre gerenciamento; a Universidade também veio, mas foi mais na parte de pesquisa; a Previdência Social falou da questão dos benefícios, da documentação. O IBAMA falou da apreensão dos apetrechos de pesca; legalização de embarcação; a SEAPE que é a MPA veio falar sobre as carteiras do pescador profissional, vieram dar as informações como é pra fazer, como é pra gente preparar o pescador pra tirar as carteiras, porque pra ele tirar essa carteira de pescador profissional ele tem que ser pescador profissional mesmo; a SEPAQ trabalhou a questão da piscicultura; o SINE e o DRT. Agente faz o ofício pra convocar eles virem, aí quando não a vez outra pessoa de outro órgão pede o espaço pra vir fazer, as vezes eles entram em contato comigo né porque as vezes agente tem aquele conhecimento com pessoas lá fora, aí eles se sente interessado em vir porque as vezes agente conversa que estamos sentindo algumas dificuldade né, aí agente diz quais são os assunto que agente queremos que viesse pra cá pra repassar pros pescadores né (Informação verbal).

Diante da citação, nota-se que a colônia já recepcionou várias instituições em seu espaço com o objetivo de passar aos pescadores uma gama de informações, sendo todas relacionadas às questões do meio ambiente e aos seus direitos e interesses. Além disso, a Sra.

Lourdes também comentou o trâmite que pode ser feito para conseguir a presença de um determinado órgão na colônia.

Entretanto, segundo o Sr. Francisco a situação não é bem assim, ou seja:

Que quando tem as coisa é que vem entendeu, não sai daqui pra lá. Tá sendo o contrário. Por exemplo assim, poxa tem cursos, tem pescadores que não sabem usar por exemplo a tecnologia, bússola , é sonar, esses materiais aí que usa pra pescaria, porque na verdade isso ajuda na produção entendeu, ajuda muito na produção. Então penso assim que a colônia tem que pedir e não a EMATER ou o órgão lá trazer. Falta iniciativa da colônia, falta pedir (Informação verbal).

Através desse discurso, percebe-se que a falta de iniciativa da colônia pode ser considerado o principal motivo pelos quais outras instituições não se fazem presentes na colônia.

Como os resultados desta categoria foram muito extensos, considera-se importante fazer um resumo das informações mais relevantes, como forma de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão do que foi apresentado e discutido. Assim, quanto às ações promovidas pela colônia em defesa do meio ambiente, constatou-se que a referida organização realiza apenas reuniões. As mais comuns são referentes aos direitos e deveres previdenciários dos pescadores e as que dizem respeito às medidas preventivas que devem ser tomadas no dia-a-dia visando à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, não jogar lixo e óleo dos barcos nas águas. Além dessas, foram citadas outras, porém em menores proporções. São elas: a questão do seguro defeso e a preservação do mangue.

Com relação aos direitos e deveres previdenciários, a colônia sempre enfatiza a importância de o pescador ser associado à organização, de pagar em dia as suas mensalidades e de estar de posse da documentação completa, para fins de recebimento de benefícios previdenciários. Entretanto, foi possível observar através dos discursos que alguns pescadores estão deixando a desejar, isto é, a maioria não está em dia com o pagamento das suas mensalidades e muitos não têm credibilidade nas informações que são passadas para eles, pelo simples fato de ser a própria direção da colônia a ministradora de tais orientações e não o órgão responsável por isso. Essas duas últimas questões vêm de encontro a dois pressupostos do desenvolvimento local: a participação e a confiança, as quais foram muito bem explicadas no capítulo destinado ao desenvolvimento local segundo as visões de Cabugueira (2000), Martins (2002), Abramovay (2000) e Locke (2001).

Apesar disso, foi possível perceber que nos dias de hoje, a colônia praticamente não tem sido intermediadora de cursos ministrados pelos órgãos responsáveis por determinada competência. Os motivos pelos quais isso pode estar acontecendo são os seguintes: o fato de a colônia não ter condições financeiras, devido ao não recebimento do seguro defeso na região e aos atrasos dos pescadores em suas mensalidades; segundo que para conseguir parcerias é necessária a realização de projetos, sendo que a colônia já fez muitos, entretanto só foi contemplada com apenas um até agora e o principal motivo para isso se deve à questão de a colônia não ser representada por nenhum político que lute por seus direitos, seja ele deputado, vereador ou senador; a falta de planejamento nas ações da colônia e por último, a ausência de iniciativa da referida organização.

Por meio dessa última explanação, pode-se observar que tanto a direção da colônia, quanto os pescadores não estão cumprindo com seus papéis. Dentre estes últimos, como já foi apresentado, muitos não pagam suas mensalidades o que impossibilita a colônia de poder proporcionar algum benefício para os seus associados, enquanto que seus dirigentes não planejam suas ações e não manifestam a iniciativa de buscar parcerias.

Diante do que foi apresentado nesta categoria, torna-se conveniente fazer algumas considerações. Em primeiro lugar é preciso deixar claro que a colônia é uma organização composta por pescadores, capatazes e dirigentes, os quais através da realização ou não de suas ações influenciam diretamente na colônia enquanto organização e, conseqüentemente no desenvolvimento local do município. Assim, observou-se que enquanto um membro colabora com suas ações, outro não exerce seu papel no processo ou exerce de forma parcial. Outras vezes também foi possível perceber a ausência de participação de ambos e assim por diante.

Essa questão corrobora o que diz Chiavenato (2000, p.553) sobre a interdependência das partes de uma organização, ou seja, “o sistema organizacional compartilha com os sistemas biológicos a propriedade de uma intensa *interdependência* de suas partes, de modo que a mudança em uma das partes provoca impacto sobre as outras”. Com isso, entende-se que a organização é um todo composto por partes que dependem umas das outras, de modo que a falha em uma delas atingirá as demais. E é justamente isso que vem acontecendo com a colônia estudada no que diz respeito às ações dos seus membros.

Outra consideração refere-se ao fato de que alguns dirigentes não se assumem como tais e por isso acabam não fazendo o que deveriam enquanto ocupantes dos referidos cargos. Convém ressaltar que essa situação também foi percebida na subcategoria anterior.

7. 2. 3 A realização das ações da colônia em defesa dos direitos e interesses do pescador

Considerando-se que o art. 2º da Lei 11.699 de 13 de junho de 2008 diz que: “Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição” (BRASIL, 2008, p.1), neste tópico serão analisadas e discutidas as falas dos respondentes a respeito do que a referida organização faz para que tal competência seja exercida.

Entretanto, antes de começar a fazer a análise e a discussão proposta, convém ressaltar que de acordo com o exposto na subcategoria anterior foi possível compreender que a colônia ao passar informações tanto sobre os direitos e deveres previdenciários, quanto a respeito das medidas preventivas, aos pescadores, ela está diretamente colaborando para a defesa dos direitos e interesses da categoria. Isso pode ser explicado através de duas considerações. A primeira deve-se ao fato de que os pescadores artesanais dependem diretamente do meio ambiente para sobreviver, de forma que ao colocarem em prática as orientações que recebem da colônia no que diz respeito à proteção do meio ambiente estarão também preservando a pesca que é a sua atividade profissional. Com isso, a colônia acaba defendendo os seus interesses. Já a segunda consideração diz respeito à questão de que os pescadores ao receberem informações sobre os direitos e deveres previdenciários ficarão instruídos a respeito do que devem fazer e ter, caso precisem pleitear algum benefício. Dessa maneira, a colônia está contribuindo para a promoção da defesa dos seus direitos.

Apesar disso, considera-se importante apresentar e discutir algumas falas. Assim, dos nove pescadores entrevistados, sete responderam que a colônia é preocupada em defender os seus direitos e interesses. Dentre estes, um disse que ela deveria ser mais preocupada; outro falou que ela é preocupada, mas bem pouco; e outros dois declararam que a colônia é preocupada, mas não tem certeza disso. Os dois últimos declararam que a colônia não é preocupada.

Com isso, segue a fala do Sr. Fernando da comunidade Boa Vista que disse o seguinte:

Se preocupa, porque é assim agente como pescadores vem muito tempo sendo avisado que vai parar a pesca, o pescado entendeu, então vem avisando muito tempo isso, então tem que se colonizar pra quando parar a pesca tá se recebendo o seguro defeso. Eles falam sobre isso que tem que colonizar, porque colonizados tem como receber o seguro. É porque há muito tempo vem avisando os pescadores pra se colonizar (Informação verbal).

Por meio desse relato, entende-se que o pescador considera a colônia preocupada em defender seu direito e interesse pelo fato dela passar informação sobre a importância do pescador se colonizar e com isso ter direito a receber algum benefício caso precise.

Já o Sr. Roberto da capatazia Boa Vista discorda do que foi dito. Assim, ele relatou o que segue:

Eu acho que no momento ela não tá preocupada com isso. Por exemplo, Todo mês era pro presidente fazer uma reunião sobre o que tá acontecendo, mais eles fazem mais na sede né. Fica difícil pra gente ir pra lá, tem vezes eles marcam reunião agente tá ocupado, aí não pode ir lá pra participar da reunião, fica longe daqui né da cidade, aí uns vai, uns já não vai (Informação verbal).

Através desse discurso percebe-se que o pescador não considera a colônia preocupada em defender os direitos e interesses da categoria e segundo ele, isso se deve ao fato da referida organização fazer reunião mais na sede que em sua capatazia, o que acaba impedindo muitos pescadores de participarem desses encontros, pois além da sede ficar distante da comunidade, às vezes eles estão ocupados.

Outro ponto de vista sobre a presente discussão é o do Sr. Manoel da comunidade Monte Alegre que fez a seguinte explanação:

Olha eu acharia que deveria ser mais preocupada, porque vamos dizer as vezes agente agente se encontra é só em termo. Agora eu tive tá recente, ano passado uma época dessa eu tava doente, tive um problema de coluna seríssimo, e foi quando eu procurei em termos de colônia o INSS em termo do benefício. Passei oito meses sem poder trabalhar né, sem poder nem me movimentar, no fundo de uma rede e não tivemos aquele apoio necessário da colônia, fomo lá tiramo uma declaração, aí joga pro INSS, aí quer dizer continuam jogando, eu acharia que no caso a colônia teria que ter essa preocupação já que nós somos associados, nós pagamos a nossa associação em dia. Eu fui lá pedir informação o capataz veio e me deu aí as informações toda que eu precisava e aí eu fui correr atrás e findou que eu não consegui nada. Agente se sente vamo dizer é a única associação que nós temos, aí quando nós corremo corremo pro INSS aí o INSS é alegou porque agente vamo dizer no caso da colônia ela não tem não tem contribuição pro INSS não repassa a contribuição pro INSS entendesse? Aí fica aquele jogo um empurra pro outro aí quer dizer quem quem paga o pato somos que tamos necessitando aí no caso se eu não melhorasse tava no fundo da minha rede e tava até agora porque não teve resultado nenhum (Informação verbal).

Diante desse relato percebe-se que o respondente relacionou a não preocupação total da colônia ao motivo de não ter conseguido o benefício, já que segundo ele a colônia é a única associação que os pescadores têm em São Caetano, ou seja, é somente para ela que eles

podem recorrer para pedir auxílio e nesse caso mesmo ele pagando a mensalidade em dia não recebeu o apoio necessário.

Dentre os capatazes e dirigentes entrevistados, um disse que a colônia é preocupada e muito em defender os direitos e interesses dos pescadores; outro explanou que ela é preocupada, mas não totalmente e um terceiro relatou que não vê muita preocupação da colônia quanto a isso.

Assim, o Sr. Raimundo fez o seguinte relato:

Não totalmente né, mais ela se preocupa sim, se preocupa, até porque ó nós estamos levantando uma casa lá na quadra da colônia pra os pescadores se abrigarem pra consertarem suas rede pra não ir mais lá pra beira pra não jogar náilon né, cabo lá na beira que isso faz mal pro meio ambiente né, agente tá fazendo isso, isso aqui foi pedido da delegada, da própria juíza né que não era pra eles consertarem rede na beira mais (Informação verbal).

Por meio dessa fala, percebe-se que o entrevistado relacionou a defesa dos direitos e interesses dos pescadores à proteção do meio ambiente. Isso vem ao encontro da justificativa feita logo no início desse tópico, ou seja, a de que preservando-se o meio ambiente estar-se-á automaticamente defendendo os direitos e interesses da categoria. Além disso, percebe-se também que o capataz considera que a colônia deveria ser mais preocupada com seus pescadores.

Sendo contrária à colocação anterior, A Sra. Lourdes apresentou o seguinte discurso:

Se preocupa e muito, ela se preocupa tanto que agente não tem parada, agente não tem sossego aqui na colônia, porque porque nós tamo em pleno defeso né do caranguejo e nós tamo tentando é avisar, passar informação, capacitar os pescadores pra que eles fiquem bem capacitado porque se esse defeso chegar agente não quer que fique nenhum pescador do lado de fora sem ganhar o defeso, então nós tamo lutando pra isso. Eles tem que tá todo documentado, tá tudo preparado, não só com suas documentação mais que eles estejam em dias com a colônia e isso não tá acontecendo, quer dizer que tá faltando..., a colônia tá fazendo o papel dela e os pescadores que não tão colaborando, porque eles não acreditam que isso vai acontecer. Eles não confiam na colônia e não acreditam porque primeiro que muitos pescadore já disseram que eles só acreditam depois que acontecer, aí sim, mas só que quando isso acontecer pra nós não vai ser prejudicado quem vai ser prejudicado são eles porque eles não acreditaram e não se prepararam antes (Informação verbal).

Através desse relato, nota-se que a entrevistada relaciona a preocupação da colônia para com os pescadores ao que os dirigentes têm feito por eles. Como exemplo dessas realizações, ela cita as capacitações que são dadas aos pescadores, principalmente com

relação ao seguro defeso, pois independente deste benefício ainda não ser recebido no município de São Caetano os dirigentes consideram importante que os pescadores fiquem cientes dos requisitos exigidos para consegui-lo caso o mesmo venha a vigorar na região. Outra questão que ficou claro neste discurso foi à falta de participação e de confiança dos pescadores para com a colônia.

Diante dos resultados expostos, pode-se observar que a colônia ao realizar reuniões de orientação e/ou capacitação tem contribuído para a defesa dos direitos e interesses dos pescadores. As mais lembradas foram as referentes ao seguro defeso e à proteção do meio ambiente. Entretanto, foram novamente mencionadas três questões já discutidas anteriormente. A primeira deve-se ao fato de que a colônia não realiza constantemente reuniões nas capatazias; a segunda faz referência ao atraso nas mensalidades e por último a ausência de confiança dos pescadores com relação às informações transmitidas pela colônia.

7.3 QUANTO À PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES

Como as ações da colônia já foram apresentadas na categoria anterior, considera-se necessário nesta seção analisar por meio dos discursos se os pescadores se fazem presentes em tais ações. Diante disso, torna-se necessário lembrar que a participação dos atores locais é um dos pressupostos do desenvolvimento local. Assim, convém mencionar ser imprescindível haver a conscientização, adesão e participação das pessoas no processo, pois será por meio dessa auto-organização que irão se estabelecer novas estruturas de debate e representação. Isso vem ao encontro do que diz Cabugueira (2000, p.130) “não há desenvolvimento sem que as coletividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro”.

Reforçando a colocação acima, Martins faz as seguintes colocações:

A atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento. Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento (MARTINS, 2002, p. 51).

Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o

desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido da vizinhança. Assim, o caráter necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que a participação é de fato uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (Demo, 1998). Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia. Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender (MARTINS, 2002, p. 52).

Por meio dessas citações, compreende-se que os pescadores enquanto atores locais do processo de desenvolvimento local precisam participar efetivamente das reuniões promovidas pela colônia dentro ou fora de suas comunidades, já que as respostas das entrevistas confirmaram que nestas reuniões a colônia passa orientações que lhes dizem respeito, isto é, são direcionadas para os seus direitos, deveres e interesses. Para tanto, como forma de contribuir para o processo de desenvolvimento, o ideal seria que os pescadores se fizessem presentes em tais encontros, tanto fisicamente, quanto por meio de manifestações.

Assim, dos nove pescadores entrevistados, apenas um relatou que nunca participou das ações promovidas pela colônia. Dentre os oito que afirmaram que participam de tais ações, quatro disseram que se fazem presentes quando não estão pescando; dois relataram que participam quando são avisados, o que segundo um deles não é muito comum acontecer e outro, além de dizer que participa de tais ações, afirmou que a colônia faz muito bem o seu papel de avisar sobre as reuniões.

Já os capatazes e dirigentes foram unânimes em dizer que há falta de participação dos pescadores nas ações promovidas pela colônia.

Sendo assim, como forma de exemplificar o que foi apresentado seguem as falas dos entrevistados.

Assim, o Sr. Fernando da comunidade Boa Vista disse o que segue: “Participo. Eu acho importante porque eles tão falando sobre a pesca aí tem que tá informado, que tá acontecendo sobre a pesca, você tem que tá informado” (Informação verbal).

Por meio dessa citação, nota-se que o pescador participa das reuniões promovidas pela colônia. Além disso, as considera importante, já que é através delas que os pescadores são informados sobre o que está acontecendo a respeito da pesca.

Já o Sr. Manoel da comunidade Monte Alegre relatou o seguinte:

Olha é difícil porque geralmente quando eles chegam a avisar tá em cima, tá no dia entendesse, por exemplo, tem uma reunião na colônia o que deixa as veze mais a desejar é justamente isso porque vamo dizer as coisa que vem pra colônia quando agente chega a saber já tá em cima da hora agente não tem como as veze nem ir, você sabe que daqui pra colônia é distante né, então muitas veze nem a bicicleta agente tem, não tá boa. Então quando chega a avisar olha tem uma reunião hoje lá na colônia como é que agente vai (Informação verbal).

Através desse relato, percebe-se que o entrevistado afirma ser difícil participar das reuniões na sede da colônia devido ao motivo de que a referida organização não avisa com antecedência. E como comunicam a reunião em cima da hora não dá tempo de chegar à sede da colônia, já que esta fica distante da capatazia.

Discordando da fala anterior, segue o relato do Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira que depôs o que segue:

Tem uns pescador que são meio ruim na colônia, não participam de reunião, não sabem nem o que tá acontecendo na colônia, nem pagam, eles fazem é dizer que eles não pagam porque eles vão robar, tão comendo o dinheiro todo. Eu sempre paguei a colônia. Mais eu acho legal a colônia daqui, eles trabalham direitinho. Tem que melhorar mais, mais pra isso também tem que ter a presença dos pescadores nas reunião. Porque nem todos participam, aí não sabem o que acontece. Eu acho que falta iniciativa dos pescadores. Pelo menos a colônia faz, ela a Lourdes pelo menos avisa, ela sai de casa em casa avisando a reunião, ela convoca a reunião pra colônia é um mês antes, ela bota manda anunciar aí na publicidade que tem, as veze prega aquele papel pelo mercado, por esses canto, quando é na hora que vai pra reunião não aparece ninguém aparece uns dez, doze, no meio parece de uns dois mil e pouco sócio que tem a colônia de São Caetano aí, já pensou (Informação verbal).

Por meio desse discurso, observa-se que o pescador defende a colônia e diz que os pescadores é que estão deixando a desejar, pois a maioria não se faz presente nas reuniões promovidas pela colônia, além de que também não estão quites com suas mensalidades. Outra questão que ele coloca é com relação à comunicação da realização das reuniões, que é feita com bastante antecedência. Isso vem de encontro ao citado na fala anterior.

O Sr. Ciro da comunidade Cachoeira disse o seguinte: “É não de todas né, mais mais eu participo, porque as vez eu não tô né, tô pescando. É bom, muitas coisa eles informam direitinho” (Informação verbal).

Observa-se por meio da colocação que o entrevistado só participa das reuniões quando não está pescando. Além disso, as considera importante devido às informações que recebe. Isso vem ao encontro do relato apresentado acima pelo Sr. Fernando.

Por último, segue o discurso do Sr. Afonso da comunidade Monte Alegre: “Eu ainda não fui em nenhuma reunião. De ser importante é né mais muita vezes agente não tá, não tem como participar. Agente passa mais tempo no mar do que na terra” (Informação verbal).

Nesse relato compreende-se que o entrevistado nunca participou de nenhuma reunião, em razão de sempre estar no mar. Porém reconhece que tais ações são importantes.

A respeito do que foi discutido, o Sr. Francisco falou que:

O pescador ele, ele não cobra, não cobra, ele pesca pra ele tá tudo bem entendeu, ele não é politizado nessa área de cobrar entendeu, na verdade ele não é nem muito interessado nos direitos dele, que agente é que tem que tá se preocupando na verdade, agente é que já sabe porque, tipo assim a realidade aqui da comunidade eu conheço todo mundo entendeu e sei que se o pescador ele adocece, ele vai ficar lá jogado entendeu, vai passar fome com a família dele entendeu vai ficar sofrendo, as pessoas da comunidade vão ajudar vão mais é só na primeira vez entendeu, não tem aquela obrigação de ficar sustentando o cara até ficar bom. Agente é que tem que ficar se preocupando, eles não se preocupam. Então agente, vamo colocar assim, que tem um conhecimento melhor então que vá buscar isso pro pescador entendeu, que seja sempre incentivando ele a buscar seu direito (Informação verbal).

O Sr. Raimundo contribui para a presente discussão através do seguinte relato:

Os pescadores não procuram a colônia pra sentar, conversar com o presidente, colocar a realidade dele é, as dificuldades que tem, agente gostaria que eles fossem, até pra reunião agente convida e aparece a minoria, aí eles querem saber depois o que foi que aconteceu na reunião né aí não pode então o pescador tem que tá lá pra saber das novidade do que tá acontecendo né no dia-a-dia da colônia. Eu acho que as vezes agente vem faz a reunião e não ouve nada deles, só agente fala e eles não fazem nem perguntas viu. Agente mais agente pede gente viemo aqui só pra nós falar, agente quer que vocês falem também, o que que vocês tão sentindo então tá faltando alguma coisa né. Agente cobra deles. Não, não falam sei lá. Não sei o que é que tá acontecendo com eles né. Aí depois que agente vem embora é que eles começam a fazer aquele comentário, isso aqui, aquilo ali né. Aí isso fica difícil né (Informação verbal).

Em complementação às duas últimas colocações, o Sr. Valter fez a explanação que segue:

Falta participação dos pescadores e muito, olha agora nós temos um seminário em Belém então veio de lá um ofício que era pra gente levar cinco pescadores caranguejeiros pra chegar lá falar a realidade daquilo que eles sofre, como é, do que eles sobrevive, como é que eles vive, todos eles engasgaram, com quem agente ía disse ah não vou porque eu tenho nervoso, ou eu não vou porque a fulana não tá, ou eu não vou porque eu não posso sair, então você vê que também há um fracasso do lado do pescador a culpa não é só da colônia, então como diz a história o que é que nós vamos fazer, então como nós queria levar pescador mesmo pra ir eles tão com medo, então a própria colônia vai e representa eles como nós vamos fazer (Informação verbal).

Dando continuidade à discussão, a Sra Lourdes acrescentou o seguinte:

Que o presidente se faça mais presente com os pescadores né porque aqui na sede ele diz assim mesmo eu não quero mais fazer reunião na sede porque agente chama o pescadores eles não vem. Mais dá mesmo dá raiva porque agente cansa de fazer reunião aqui na sede chamar os pescadores eles não vem, quando ainda vem ainda são das comunidade que ainda vem, as própria capatazia que vem trás um, dois, três pessoas, isso faz um número enquanto da própria sede não vem, então numa parte dá raiva do do presidente fazer isso e noutra parte agente cobra tanto do presidente porque ele diz assim ah porque ele não vai fazer, mas por ele não fazer que agente cobra dele que ele tem que insistir que agente insistindo que agente vence uma batalha (Informação verbal).

Diante dessas quatro últimas citações, observa-se que há falta de participação dos pescadores tanto nas reuniões feitas em suas comunidades, quanto em outros eventos realizados fora de suas capatazias, de modo que essa situação é observada através de duas formas: a primeira faz referência à ausência física dos pescadores nas reuniões e a segunda deve-se à falta de manifestação dos mesmos nas reuniões. Além disso, a Sra. Lourdes deixa claro que devido o esvaziamento nas reuniões na sede da colônia o presidente sente-se desmotivado a continuar realizando tais encontros, o que segundo ela não pode acontecer, ou seja, as reuniões têm que continuar sendo realizadas com o objetivo de que a situação reverta-se.

Diante dos resultados apresentados, pode-se constatar que existe um conflito de opiniões, ou seja, de um lado praticamente todos os pescadores entrevistados afirmaram que participam das ações realizadas pela colônia, porém condicionaram sua presença a dois fatores: ao fato de não estarem pescando e ao motivo de serem avisados com antecedência sobre as reuniões. Por outro lado, os dirigentes e capatazes concordaram que os pescadores não participam das referidas ações.

Com isso, verifica-se que todos os membros da colônia podem não estar desempenhando suas atribuições como deveriam. Isto é, os pescadores apesar de afirmarem que participam, podem realmente segundo os capatazes e dirigentes não estarem participando de modo efetivo, já que participação não é só a presença física, mas também as manifestações que surgem durante as reuniões. Já os capatazes e dirigentes também podem estar deixando a desejar quando não avisam das reuniões com antecedência aos pescadores, principalmente quando as mesmas são realizadas na sede que fica distante de algumas capatazias.

Outra questão observada é com relação à realização de reuniões durante o período em que os pescadores estão pescando. Dessa forma, como os capatazes são os responsáveis em solicitar as reuniões nas capatazias, eles deveriam levar isso em consideração e procurar marcar as reuniões em um período em que a maioria dos pescadores estivesse em terra.

Assim, de acordo com os referidos resultados, pode-se afirmar que a possível ausência de participação de todos os membros da colônia é considerada um empecilho para a promoção do desenvolvimento local do município de São Caetano de Odivelas/PA.

7. 4 QUANTO À RELAÇÃO DOS PESCADORES COM A COLÔNIA

Nesta categoria será discorrido como se dá a relação dos pescadores para com a direção da colônia. Para tanto, é importante considerar a visão de Abramovay (2000), o qual apresenta o capital social como elemento importante para promover o desenvolvimento territorial, pois será por meio dele que se estabelecerá uma densa rede de relações sociais entre os diversos atores integrantes do processo, possibilitando a criação de um clima de confiança entre eles. Para exemplificar o que foi dito, Coleman apud Abramovay (2000, p.4) cita o que segue:

A noção de capital social é uma espécie de resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes”. A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sócias devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. “O capital social, não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura”. O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Em complementação, seguem algumas considerações sobre o capital social. São elas:

O capital social é uma categoria de capital bastante particular. O termo “capital” refere-se em geral a uma riqueza, um fundo, um estoque (de terras, de bens móveis ou imóveis, de instrumentos) que servem à produção e do quais rendas podem ser auferidas. O capital físico da teoria econômica é um estoque de bens, ao passo que o capital humano é um estoque de competências, qualidades e aptidões. O capital social seria, assim, um estoque de relações e valores, ele seria coletivo (para muitos autores) porque compartilhado pelo conjunto da sociedade; seu aumento dependeria do aprofundamento destas relações, de sua multiplicação, intensidade, reatualização e criação de redes de relações. O capital social pode ser entendido enquanto propriedade de uma sociedade, propriedade de uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de maximizar suas capacidades e atingir seus objetivos. Será propriedade da sociedade como um todo porque, além de ser um fator central na equação do desenvolvimento é fundamental para a vida econômica, seu valor social ultrapassa sua utilidade econômica. Ele implica ampliar a perspectiva a aspectos não-econômicos da vida social, tais como o capital de confiança e convivibilidade, de capacidade coletiva de viver e agir juntos de maneira eficaz. (MILANI, 2003, p.20-21).

Diante das colocações, percebe-se que o capital social serve como uma espécie de garantia para aqueles que fazem parte de uma determinada rede de relação social criada através do seu uso, isto é, sem ter bens físicos para dar em garantia, os integrantes acabam empenhando suas relações sociais. Dessa forma, o capital social acaba tornando-se um recurso com que as pessoas podem contar para ampliar os serviços de crédito disponíveis em suas comunidades, por exemplo.

Assim, com relação às entrevistas, dos nove pescadores entrevistados, apenas quatro afirmaram que têm uma relação de confiança com a colônia, sendo que dentre estes, dois disseram que tal relação não é estabelecida por todos os pescadores. Outros dois relataram que os pescadores têm uma boa relação com a referida organização. Já o sétimo entrevistado disse que a relação dos pescadores com a colônia não é de confiança. Outro mencionou não saber. E o último afirmou que só tem relação com o capataz de sua comunidade.

Como forma de ratificar o que foi apresentado, seguem algumas falas dos entrevistados.

Assim, o Sr. Anacleto da comunidade Boa Vista disse o seguinte: “Graças a Deus tá sendo boa, o que agente precisa né, precisa de um documento que seja necessário na colônia, eu falo pra eles, eu vou lá mesmo, ai eles faz lá. Isso aí é uma coisa boa pra gente” (Informação verbal).

Pode-se observar através desse relato que o pescador condicionou a sua relação com a colônia ao fato da referida organização atendê-lo quando precisa.

Já o Sr. Roberto da Boa Vista relatou o que segue: “A relação que eu tenho, que eu me dou mais é com o capataz daqui. Aí fica difícil agente se comunicar com o de lá da cidade. Não tem muita comunicação com eles lá” (Informação verbal).

Por meio desse relato, fica claro que o entrevistado praticamente não tem nenhuma relação com os dirigentes da colônia. Apenas com o capataz ele estabelece alguma relação.

O Sr. Manoel da comunidade Monte Alegre fez o seguinte discurso:

Agente não tem aquela confiança, porque é é como eu tô lhe dizendo, agente hum agente no caso nós, qual é a coisa da colônia, a colônia hoje nós temos o seguro defeso do caranguejo, em toda essa região tem, porque só São Caetano e Vigia que não tem né, o que o que que impede de São Caetano e Vigia ter né, agente as veze fica perguntando porque a colônia lá lá de Bragança né, zona bragantina tem em relação daqui nós não temos, porque qual é o problema, vamo dizer qual é a diferença da colônia de lá com a colônia daqui, se não é o mesmo sindicato, aí no caso a colônia deixa a desejar alguma coisa pra gente, esse são direitos que nós temos né, esses são direitos que agente até agora agente não conseguiu (Informação verbal).

Através desse relato, observa-se que o entrevistado afirma não ter confiança na colônia devido à referida organização ainda não ter trazido o benefício do seguro defeso para o município de São Caetano de Odivelas, tanto que ele faz comparações entre a colônia Z-04 e outra que recebe tal benefício. Com isso, o pescador conclui dizendo que a colônia deixa a desejar no que diz respeito aos direitos da categoria.

Em discordância à citação anterior, o Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira disse o que segue:

É uma relação de confiança, principalmente nós daqui, eu pelo menos eu nem acho que nem todos né, tem uns pescador que são meio ruim na colônia, não participam de reunião, não sabem nem o que tá acontecendo na colônia, nem pagam, eles fazem é dizer que eles não pagam porque eles vão robar, tão comendo o dinheiro todo. Eu sempre paguei a colônia. Mais eu acho legal a colônia daqui, eles trabalham direitinho (Informação verbal).

Compreende-se por meio dessa colocação que o entrevistado deixa claro que os pescadores da comunidade Cachoeira têm uma relação de confiança com a colônia, enquanto que dentre os de outras capatazias existem muitos que não têm esse tipo de relação, chegando até a desconfiarem do que é feito com o dinheiro que pagam a mensalidade.

O Sr. Raimundo da comunidade Cachoeira relatou o seguinte:

Agente confia na colônia né. Ela dá explicação sobre a pescaria né, ainda mais agora que agente vai pra outro lugar né tem que ter uma licença pra quem ta pescando né, chega pra lá agente apresenta já né. Em Soure, Salvaterra. Vem a Marinha né, agente apresenta a licença né, a Marinha também perturba agente também a Marinha aí pra fora também, pro outro lado no Marajó né, agente trabalha o Marajó também né (Informação verbal).

Segundo esse entrevistado, os pescadores confiam na colônia devido às orientações que a referida organização passa para eles.

Quanto aos capatazes e dirigentes, todos responderam que os pescadores não têm uma relação de confiança com a colônia.

Com isso, segue a fala do Sr. Valter:

O pescador tem uma relação de desconfiança com a colônia. Isso é óbvio em relação o cara não pagar direito entendeu, eu vejo muito isso o cara não paga direito porque ele tem desconfiança do que tá sendo feito do dinheiro dele entendeu, porque agente ouviu muitos boatos assim pô agente paga, paga não vê nada ta só comendo o dinheiro. Agente vê muito, muito isso (Informação verbal).

Já o Sr. Francisco disse o seguinte:

O pescador não confia na colônia. A colônia, por exemplo, a partir de 2006, 2007, 2008 por aí, porque já encaminhava muito documento de pescador pra previdência e vinha indeferido então o pessoal não entendia porque, aí então descobriram, o pescador mesmo andando ou uma pescadora inclusive foi aqui do Pereru descobriu a Justiça Federal entendeu e conheceu não sei quem foi e entrou com recurso entendeu e conseguiu pela Justiça. E o que aconteceu então ela foi dizendo pras outras, ela foi, foi, foi então aí o que foi que isso acarretou que os pescadores diziam que eles não se aposentavam pela colônia que eles se aposentavam pela Justiça entendeu, então isso foi uma quebra sabe tipo assim a moral da colônia veio pra baixo, pra baixo mesmo. Isso por exemplo implica nos outros pescadores que não são sócios, de não se associar. Ouvem as conversa e acabam não se associando. Então hoje agente perdeu muito, perdeu muito a credibilidade entendeu, então eu disse que tem que trabalhar muito pra reconquistar essa credibilidade e manter os que tem (Informação verbal).

O Sr. Raimundo fez o discurso que segue:

É muito difícil. Não é uma relação de confiança. Até porque pra eles irem na colônia passa é meses que não vão lá. Não vão nem saber. Chega lá e dizem dona Lourdes quero olhar o livro caixa como é que tá. Não se preocupam com isso (Informação verbal).

A Sra. Lourdes também contribui para a presente discussão através da seguinte colocação:

Eles não tem confiança na colônia, porque eles já foram muito explorado pelos outros presidente que já passaram e eles acham que nós faz o mesmo papel, mais até, não é todo hoje que vê esse lado, até porque muitos eles dão valor no trabalho que nós tamos fazendo porque pelo menos uma sede dessa eles nunca pensaram na vida deles um dia deles terem. Porque isso daqui é deles, não é meu e não é do presidente. Já foi na nossa administração que nós aprontemo a sede. Então você vê que pra eles é um orgulho, que no Salgado não tem igual a nossa colônia (Informação verbal).

Por meio dessas quatro últimas citações, observa-se que os capatazes e dirigentes deixam bem claro que os pescadores não confiam na colônia, de forma que essa tal desconfiança deve-se aos seguintes motivos: não sabem o que está sendo feito com o dinheiro que pagam a mensalidade da colônia, já que muitos alegam não ver a realização de melhorias; às conversas que ouvem de outros pescadores que conseguiram algum benefício por outro órgão sem a participação da colônia e à exploração que já sofreram de outros presidentes que já passaram pela colônia.

Diante dos resultados obtidos, pode-se verificar que as respostas dos pescadores ficaram bem divididas. Entretanto, levando-se em consideração as justificativas da maioria constatou-se que eles não definem suas relações para com a direção da colônia como sendo de confiança. Assim, observou-se que os motivos para que isso possa estar acontecendo podem ser os seguintes: o não recebimento do seguro defeso no município de São Caetano de Odivelas e a desconfiança do que é feito com o dinheiro que pagam as mensalidades.

Já com relação aos capatazes e os dirigentes, todos foram unânimes em responder que os pescadores não têm uma relação de confiança para com a direção da colônia, de modo que concordaram com os pescadores no que diz respeito a um motivo que pode estar levando a tal desconfiança, isto é, o de que os pescadores desconfiam do que está sendo feito com o dinheiro que pagam a mensalidade da colônia.

Entretanto, essa questão da desconfiança vem de encontro ao que foi relatado anteriormente sobre a maioria dos pescadores não está em dia com o pagamento de suas mensalidades. E como essa é a única renda que a colônia tem tanto para se manter, como para realizar alguma ação, fica difícil diante dos poucos pagamentos proporcionarem melhorias em prol da categoria. Além disso, segundo depoimentos dos dirigentes da colônia na categoria referente à organização administrativa, existem os relatórios de prestação de conta que são

feitos pela Sra. Lourdes, os quais são divulgados todo ano a todos os associados e ficam a disposição de quem quiser consultá-los.

Por fim, diante das análises dos discursos pode-se concluir que o capital social e a confiança são dois pressupostos do desenvolvimento local que não estão presentes nas relações dos pescadores para com a direção da colônia. Com isso, torna-se conveniente fazer o seguinte questionamento: Como a colônia pode passar credibilidade a um órgão do poder público, no sentido de conseguir um determinado apoio visto que seus próprios pescadores não confiam em suas informações?

7.5 QUANTO AOS APOIOS EXTERIORES DA COLÔNIA

Antes de iniciar a análise dos discursos dos respondentes, torna-se conveniente apresentar algumas considerações a respeito da importância dos apoios exteriores públicos e privados para o processo do desenvolvimento local.

Assim, as chamadas agências de desenvolvimento são um ótimo exemplo de apoio privado, de tal forma que assumem o papel de mediadoras de interesses e de difusoras de informações. Sobre elas, Cabugueira (2000, p.132) faz a seguinte consideração:

São organizações de caráter horizontal que proporciona às iniciativas locais os serviços reais e/ou financeiros, que permitem dar resposta aos problemas que as empresas têm de superar num território específico. As agências de desenvolvimento podem realizar várias funções, nomeadamente: prestar assessoria pontual aos gestores locais na tomada de decisões; os seus técnicos podem diagnosticar o estado da situação dos projetos e propor medidas para os ajustar aos objetivos que as organizações locais pretendem; podem promover, impulsionar e coordenar a realização de investimentos em matéria-prima de transportes e comunicações; podem estabelecer mecanismos que permitam a reestruturação produtiva de caráter seletivo, necessária para fortalecer a competitividade local.

Diante da citação, observa-se que tais agências são órgãos que servem de intermediários não só entre os atores locais, mas também entre estes e os apoios exteriores público e privados, proporcionando-lhes as atribuições de informação, apoio técnico, animação, mediação, formação e avaliação. Dessa maneira, em alguns países essas agências podem se manifestar por meio das instituições privadas sem fins lucrativos, as chamadas organizações sociais, e em outros pelas agências animadas pelo poder local ou regional, algumas delas baseando-se nos departamentos públicos, outras na sociedade civil.

No que diz respeito aos apoios dos poderes públicos, o mencionado autor assegura que:

O desenvolvimento local exige a ajuda dos poderes públicos, estimulando uma descentralização institucional, promovendo a adoção de ciclos longos (plurianuais) de apoio financeiro e administrativo, facilitando a coordenação e a concentração entre os atores locais, etc... Os poderes públicos têm um papel importante a desempenhar: o desenvolvimento local implica que as ajudas dos poderes públicos tenham como princípio a dinamização dos recursos e das capacidades e das necessidades endógenas (CABUGUEIRA, 2000, p.131).

Em complementação, Brito (2006, p.3) faz as seguintes considerações:

Neste processo cabe ao Estado o estímulo as iniciativas locais de desenvolvimento já que a “*descentralização, longe de desobrigar o Estado de suas responsabilidades, geralmente as põe ainda mais evidentes*” (ALBUQUERQUE, 1998, pg. 92), sendo-lhe cobrado um papel fundamental na promoção de saúde e capacitação, na sensibilização sobre os conceitos e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na disponibilização dos sistemas de ciência e tecnologia, na promoção de serviços de informação e bases de dados de interesses empresarial; no levantamento de mercados externos; no fornecimento de infra-estrutura básica de energia, abastecimento d’água, transporte e telecomunicações; e na facilitação do acesso a fontes apropriadas de crédito e capital aos micro, pequenos e médios empresários.

Entende-se por meio dessas colocações, o quanto é fundamental a ajuda dos poderes públicos para o desenvolvimento local, de tal forma que a ausência de tais apoios é considerada um grande empecilho à promoção desse processo. Percebe-se também que a importância de tais órgãos é bem ampla, isto é, vai desde o apoio financeiro até as questões relacionadas à promoção de saúde.

Diante disso, os entrevistados foram questionados no que diz respeito à questão da colônia ter ou não apoios de instituições governamentais e/ou não governamentais.

Sendo assim, dos nove pescadores entrevistados, seis não souberam responder a essa pergunta. Dentre os outros três, dois afirmaram que a colônia tem parceria, enquanto que o último disse que acha que a colônia tem parceria, mas não tem certeza. Convém ressaltar que as respostas dadas pelos pescadores foram vagas, sem precisão.

Com relação aos capatazes e dirigentes, todos relataram que a colônia tem parcerias.

Com isso, seguem as falas de alguns entrevistados.

Assim, o Sr. Fernando da comunidade Boa Vista disse que: “Eu acho que tem com outras colônias, porque elas tão se reunindo pra fazer o seguro defeso dos pescadores. Com outras organizações eu acho que não” (Informação verbal).

Por meio dessa colocação, entende-se que o entrevistado não tem certeza da parceria da colônia com outras instituições, porém acha que a referida organização tem parceria com outras colônias.

Já o Sr. José da comunidade Monte Alegre relatou o seguinte:

Tem. Eu já, eu já, eu fiz uma cirurgia tá fazendo três anos atrás aí... o sindicato dos trabalhadores que me encaminhou e eu consegui benefício, foi através da colônia que me deu o encaminhamento né e agente corre atrás, vai no INSS tudo (Informação verbal).

Através desse discurso, compreende-se que o pescador considera que a colônia Z-04 tem parceria com o sindicato dos trabalhadores, tanto é que como exemplo dessa relação cita uma cirurgia que conseguiu fazer.

Para ilustrar a resposta da maioria dos pescadores que não souberam responder à presente indagação apresenta-se o que disse o Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira: “Sobre isso eu não tenho conhecimento” (Informação verbal).

Com o objetivo de contribuir para a presente discussão, o Sr. Francisco disse que:

Ela tem, ela tem. Por exemplo, o Valter fala pra mim assim, por exemplo, que a colônia ela tem uma ligação hoje com um sindicato chamado UGT. Tinha com o MOPEPA, que eu acho até que acabou entendeu. Mais assim são parcerias que eu não vejo retornos entendeu, eu não vejo retorno. Eu até cobro assim poxa, tem reunião em tal lugar, uma reunião em Bragança, uma reunião em Brasília, uma reunião não sei aonde, o que que isso tá trazendo de retorno pra colônia e pros pescadores? (Informação verbal).

Em complementação, o Sr. Raimundo relatou o que segue:

Tem ligação com a UGT, ela é cadastrada lá né. Ela dá um respaldo pra colônia né. É a colônia ela, ela em tudo ela não tinha benefício nenhum da federação, a federação dos pescadores do estado do Pará nunca repassou nada pras colônias né e com isso levavam das colônias nos tempo passado né, hoje não, aí com o, aí com o passar dos tempo os presidentes foram aprendendo mais né e agora tão fazendo isso. Quer dizer tem o UGT que é responsável por isso aqui, aí a colônia ela já dá uma parcela pro UGT né que é o grupo, mais esse UGT ele vai retornar alguma coisa pra colônia sim, em advogado essas coisa. Até porque vou falar isso aqui houve um problema na colônia e o IBAMA queria tacar fogo nas rede aí, prendeu as rede dos pescadores né e seu Valter presidente da colônia foi multado em R\$ 20.000,00 e a UGT deu um advogado pra defender a causa dele sem pagar nada pronto, quer dizer a UGT é pra isso aqui. Olhe pra apoio financeiro é através de de de projeto né, eles ajudam, faz, faz projeto liga pra lá, ajuda a fazer projeto, como o projeto pra construção da sede que fizeram um projeto. A colônia ela tem convênio com o IBAMA, SEPAQ, Secretaria

da Pesca, UGT, Ministério do Trabalho e Emprego e assim por diante. Aí a colônia tem as pessoas que fazem o projeto né é inclusive uma senhora que faz isso aí não sei se ela é da SEPAQ né, e ele tem tem projetos, tem uns projeto é emenda parlamentar que é a, que é a a complementação da quadra né, cabe uma fábrica de gelo também né tem projeto aí que talvez saia agora esse ano de 2012 (Informação verbal).

Já o Sr. Valter fez o seguinte discurso:

Não ela não tem assim um, um, uma parceria assim dizer assim que ela vai receber né de outros, de outras colônia, outros sindicato, não, o que nós temos assim uma parceria no seguinte que se é tiver algum órgão lá fora que queira fazer algum curso de capacitação, dá algum curso de capacitação eles mandam um ofício pra colônia é se apresentar. A colônia é cadastrada na UGT, é no IBAMA, é na SEPAQ, é na SEAP. Tem ligação também com a pastoral dos pescadores. A parceria é só através mesmo de participar de eventos, cursos, palestras, capacitação mais dizer que traga alguns benefícios pra nós não (Informação verbal).

Diante dessas três colocações, observa-se que os entrevistados afirmaram que a colônia tem parcerias com algumas instituições governamentais e com uma associação civil, a UGT, de tal forma que as considerações deles podem ser divididas em duas situações. A primeira diz respeito ao retorno que a colônia não está tendo com as parcerias e a segunda, é que a colônia está tendo tal retorno. Como exemplo desta última foi citado a UGT que disponibilizou um advogado para defender o presidente da colônia que foi multado em uma operação realizada pelo IBAMA. Nesta também estão incluídas as parcerias da colônia no que diz respeito a sua participação em eventos, palestras, capacitações, dentre outras.

Para finalizar, a Sra. Lourdes fez o seguinte desabafo:

A colônia deve correr mais, ela deve correr mais atrás dos órgãos pra dar mais apoio a colônia. Porque pelo menos nós tem uma sede dessa tão bonita nós não tem nada de bom e de melhor pra oferecer aos nossos pescadores... médico, dentista, oculista, até que nós temos um oculista aí mais só que não é da própria colônia mais nós gostaria que acontecesse isso. Teve a Universidade do não sei nem dizer daonde foi, ela veio aqui fazer uma parceria com nós, então ela ainda veio fazer um trabalho aqui com nós aqui na colônia, eu ainda andei com elas nas comunidades pra fazer tratamento é no caso era audição, nariz e garganta, aí até que nós já fizemo aí eles já mandaram a resposta pra nós que é pra gente levar essas pessoas mais só que a colônia ela não tem as condição financeira porque nós não temos pra quem apelar pra pedir esse carro pra levar essas pessoas pra Belém, eu tô com o ofício aqui, mais nós não temos condição (Informação verbal).

Assim, percebe-se que a própria secretária afirma que falta iniciativa da colônia no que diz respeito à busca de apoios. Como consequência disso, não há como oferecer algum

benefício aos seus pescadores, como por exemplo, serviços médicos. Até mesmo quando conseguem alguma ajuda, a mesma não é utilizada devido não terem condições financeiras de arcarem com algum custo.

Diante dos resultados obtidos, pode-se ressaltar que a colônia não tem apoio financeiro de nenhum órgão do poder público. Isso confirma o que foi comentado anteriormente, a respeito de que o dinheiro das mensalidades é o único recurso com o qual a colônia pode contar. Com isso, torna-se importante dizer que novamente observou-se a ausência de um pressuposto do desenvolvimento local, ou seja, o dos apoios exteriores dos poderes públicos.

Além disso, convém mencionar novamente a questão de que alguns dirigentes não se consideram como tais. Um ótimo exemplo disso é o último relato da Sra. Lourdes quando ela diz que “a colônia deve correr mais atrás dos órgãos” (Informação verbal). Ela fala como se não fizesse parte da diretoria da colônia. Por outro lado, convém ressaltar que tal colocação é pertinente, pois como é que a Universidade faz um trabalho junto aos pescadores, consegue consulta para os mesmos e a direção da colônia não corre atrás de apoio para conseguir transportá-los até Belém? Essa é uma situação muito complicada, tanto para os pescadores que precisam cuidar da saúde, quanto para a Universidade que se interessou em realizar o referido trabalho, sendo que até a presente data, este não teve aproveitamento.

7. 6 QUANTO À IMPORTÂNCIA DA PESCA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA

Nesta categoria serão apresentados alguns discursos de pescadores, capatazes e dirigentes no que diz respeito à importância da pesca para o município de São Caetano de Odivelas/PA, considerando-se que apesar de todos os entrevistados terem afirmado tal importância, os mesmos concordaram que tal atividade pode colaborar ainda mais para o desenvolvimento do município e para tanto contribuíram com algumas sugestões.

Como forma de ratificar o que foi dito, seguem as falas de alguns respondentes.

Assim, o Sr. Fernando da comunidade Boa Vista disse que:

Sem a pesca, muita coisa ia parar. Os pessoal que viajam com peixe, as vezes muitas pessoas dependem do peixe pra sobreviver né, exportam peixe. Se a pesca parar, para muita coisa. Os comércio vão ficar fraco. Os pescadores dependem da pesca pra comprar algumas coisa entendeu (Informação verbal).

Em complementação o Sr. Francisco relatou que: “É importantíssima. A atividade econômica de São Caetano é a pesca. Ela é fundamental” (Informação verbal).

O Sr. Manoel da comunidade Monte Alegre fez o seguinte comentário:

Sem a pesca na nossa região agente vai viver de que né, porque eu trabalho com o camarão mais as outras pessoas trabalham com outro tipo de pesca né, então em termo termo nosso aqui é só a pesca, agente não tem pra onde correr, porque aqui ou vou ser pescador ou vou ser funcionário da prefeitura das duas uma. Eu acho que quase uns 60% são pescadores do município de São Caetano, difícil uma casa que não tenha um pescador, muito difícil uma casa que não tenha pescador (Informação verbal).

O Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira relatou o seguinte:

É, é porque ela é daqui da beira do Salgado é a coisa mais importante que tem, porque o nosso ramo é esse né, ninguém não tem emprego, ninguém não tem nada, então é muito importante pra nós a pesca aqui. Quero que ela nunca acabe. Gera renda pra cidade né (Informação verbal).

O Sr. Valter contribui para a presente discussão através do seguinte discurso:

É importante, porque nós sobrevive da pesca, porque a maioria da população, porque aqui em São Caetano é a maioria daqui, dos 100% da população 80% são pescadores e o restante funcionário público. O comércio aqui é da pesca (Informação verbal).

Diante dessas citações, observa-se que a pesca é considerada uma atividade extremamente importante para a economia do município, senão a mais importante, de modo que 60% ou mais da população são pescadores. Dessa forma, tal atividade definiu-se como uma atividade geradora de emprego e renda.

Além disso, seguem algumas sugestões dos entrevistados de como a pesca pode contribuir ainda mais para o município.

O Sr. Anacleto da comunidade Boa Vista disse que: “Em relação financeiramente né, porque se saísse financiamento a pessoa poderia adquirir seu barco, seu material de pesca. Isso é uma coisa que não tem aqui” (Informação verbal).

O Sr. Roberto da comunidade Boa Vista relatou o seguinte: “A colônia tinha que dar mais apoio né pro pescador, pra desenvolver mais o pescador né, aí agente não vê nada, nenhuma iniciativa da colônia, aí fica meio difícil né” (Informação verbal).

O Sr. Raimundo falou o que segue:

Bom, era se tivesse um manejo né, um manejo assim é, os pescadores tivessem chance de melhorar os seus materiais né, sua embarcação pra que pescasse mais tranquilamente. Gostaria que houvesse uma assim uma política né, uma política mais transparente que o pescador pudesse trabalhar e concluir seu trabalho, pagar suas contas, mais eu acredito que tá um pouco difícil, pouco difícil, tá difícil mesmo, tem muito pescador e pouco peixe né. Pra você vê se você fosse fazer uma vistoria aí aí na barra do Itaipu você vê a diferença viu muita embarcação um do ladinho do outro um empatando o outro aí não pesca direito aí a produção é pouca (Informação verbal).

O Sr. José da comunidade Monte Alegre fez o seguinte discurso:

Olha tá faltando apoio dos representante né, porque assim, digamos assim na câmara municipal não tem um vereador que defenda nosso interesse não tem né, o prefeito ele pesca, mais ele não é aquele pessoa que dá aquele valor pro pescador né, entendeu, que

falta mais apoio do município né, dos vereadores, do do prefeito (Informação verbal).

O Sr. Valdenor da comunidade Cachoeira depôs o que segue:

É vamo dizer que seja uma fábrica né que teja pela pela por conta da colônia assim fábrica de gelo, é é vamo dizer médico pra colônia que não tem, as veze um pescador cai doente chega na colônia, a colônia não tem nem um carro pra levar, pelo menos pra atender os pescador né que agente paga os direito da gente quando é na hora agente precisa e não tem (Informação verbal).

A Sra. Lourdes relatou o seguinte:

O defeso, porque se nós chegar numa época de defeso aqui pro pescado aqui aí vai melhorar muito porque aí os nossos pescadores eles vão deixar de pegar aquele peixe naquele período de desova, porque pra nós aqui é a época da desova do peixe, porque quando é a safra do peixe aqui, porque aqui nós trabalhamos por safra então cada uma safra, cada época de safra é um tipo de peixe e nessa época é que o peixe entra pro igarapé pra desovar e é nessa época que o pessoal pegam mais, então quer dizer se nós tivesse um defeso nesse período aí ia melhorar anda muito mais pra nós (Informação verbal).

Por meio desses discursos, percebe-se que a pesca precisa de incentivo, tanto por parte da colônia, quanto dos poderes públicos. Com relação à colônia falta iniciativa no que diz respeito à realização de melhorias aos pescadores, como exemplos foram citados a fábrica de gelo, os serviços médicos e o veículo. Quanto aos poderes públicos, foi relatado que não há

um político que defenda os interesses da categoria e esse pode ser o principal motivo para que alguns projetos não sejam aprovados, conforme foi relatado anteriormente.

Além das referidas sugestões, foram citadas outras, tais como: a presença de uma política de financiamento para os pescadores, como forma de os mesmos poderem adquirir seus materiais de pesca e a implantação do seguro defeso na região do Salgado.

Diante desses resultados, considera-se importante comentar que de acordo com as atuais circunstâncias em que a colônia se encontra, ela só tem como implementar melhorias aos pescadores caso consiga algum apoio, pois se for depender dos pagamentos das mensalidades dos seus sócios é praticamente impossível a realização dessas melhorias. Por outro lado, observou-se mais uma vez a ausência do apoio dos poderes públicos para com a colônia, o que a impossibilita de poder contribuir efetivamente para o desenvolvimento do município.

Entretanto, apesar de todos esses problemas, pode-se constatar por meio dos resultados obtidos através das análises que a pesca de São Caetano de Odivelas é considerada uma atividade geradora de emprego e renda não só para o referido município, mas para todo o estado do Pará. E pelo fato de a geração de emprego e renda ser um pressuposto de desenvolvimento local, pode-se concluir que a pesca contribui para o desenvolvimento do município, porém pode colaborar muito mais se forem atendidas as sugestões propostas acima. Contudo, além dos discursos, convém ressaltar que tal importância da pesca para o referido estado pode ser visualizada por meio de dados bibliográficos, o que já foi apresentado no capítulo do desenvolvimento local, não sendo por isso conveniente fazê-lo novamente.

7.7 QUANTO AO SEGURO DEFESO

Para início de discussão, considera-se importante apresentar o art. 2º, XIX da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, o qual considera que “o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (BRASIL, 2009, p.3). Assim, compreende-se que o defeso é a época em que as atividades da pesca devem parar para não prejudicar a preservação da espécie e como o pescador artesanal tem a pesca como profissão, ele deve receber neste período de paralisação das atividades da pesca um benefício (o seguro desemprego) equivalente a um salário mínimo mensal como forma de manter a si mesmo e a sua família. Entretanto, diante dessas informações convém ressaltar que o seguro defeso ainda não vigora na região do Salgado e, conseqüentemente também não é presente em São Caetano, já que este município faz parte da referida região.

Com isso, o Sr. Valter fez as seguintes considerações:

Porque é uma luta muito grande que nós tomamos tendo, porque não é só Caetano é a região do Salgado A região do Salgado pega de Mosqueiro a Viseu. A primeira carta que nós fizemos na região do Salgado que chama-se a carta do salgado em Pirabas foi para o seguinte pescado: a pescada amarela, o gó e o serra. Isso pra ser de março até junho. Esses quatro meses parar a pesca. Até aqui nós não temos resultado nenhum. Em Bragança em 2006 teve outro seminário em cima do seguro defeso do caranguejo. Com isso agente vem nessa luta. Nessa carta que nós fizemos de Bragança ficou pra parar setembro, outubro, novembro e dezembro, mais até aqui não temos resultado. Segundo informações da Elcione Barbalho tá na luta perante a Câmara Federal para sair o seguro defeso pra região do Salgado. Disse que só falta o Senado ou a Dilma assinar, outros eu não sei. Agente fica nessa espera porque isso aqui principalmente em cima do caranguejo pra nós de São Caetano é muito bom porque a população de São Caetano ela tem mais ou menos eu faço o cálculo 70% sobrevive do caranguejo e 20% da pesca. São lutas que agente vem constantemente, agente cansa dá uma parada e depois puxa a respiração e volta de novo (Informação verbal).

Por meio desse discurso, entende-se que a categoria já lutou muito para trazer o benefício para a região, tanto é que já foram feitos documentos em seminários como, por exemplo, a Carta do Salgado, na qual propuseram o seguro defeso para peixes. Posteriormente, em Bragança aconteceu outro seminário, sendo que neste solicitaram a implantação do benefício para os caranguejos da região do Salgado, no entanto todos esses esforços foram em vão, pois até hoje o benefício não foi implantado na região do Salgado. Enquanto isso, os pescadores escutam diversas justificativas, uns dizem que o benefício está na Câmara Federal prestes a ser votado, outros falam que está no Senado, faltando só a assinatura da Sra. Dilma, atual presidente do Brasil.

Entretanto, o Sr. Valter comentou ser mais fácil conseguir o seguro para o caranguejo que para o peixe, pois no rio da região ainda não tem safra e não dá peixes que são proibidos pelo defeso, como, por exemplo, a piracema. Ainda segundo ele há que considerar meses diferentes para o seguro defeso do peixe (de março a junho) e do caranguejo (de agosto a novembro).

Ainda segundo o Sr. Valter, o não recebimento do seguro defeso favorece a existência de pessoas chamadas de cambistas que fazem propostas para os pescadores da região do Salgado e os mesmos deslocam-se para outras regiões como Soure e Salvaterra onde funciona o seguro defeso e acabam recebendo o benefício por lá. Isso pode ser confirmado na seguinte assertiva:

Aí que tá o problema. Esse seguro defeso aqui da região do Salgado nós não temos e por isso aí entra os cambistas que chamam né perante a MPA. São pessoa que pega o pescador daqui e leva lá vamos dizer pra Soure, Salvaterra pra receber o seguro defeso. Aqui em São Caetano tem muitos que é pescador, são sócios da colônia mais recebem o seguro em outra cidade (Informação verbal).

Diante das informações presentes nessa citação, torna-se necessário comentar a respeito dos pescadores da colônia que se deixam levar pelos cambistas e passam a receber o seguro defeso em outras regiões. Na verdade, essa situação configura que nas relações desses pescadores para com a colônia não existe o chamado capital social e por isso elas não se definem como sendo de confiança. Com isso, a ausência dos referidos pressupostos é considerada um empecilho tanto para o desenvolvimento da colônia, quanto para o desenvolvimento local do município.

Marinho (2009) contribui para a presente discussão. De acordo com o autor, para que o defeso seja implementado e respeitado precisa haver de fato ações tanto por parte dos pescadores, quanto do IBAMA. Este último, precisa rever sua atuação e adotar medidas que instruem os pescadores no que diz respeito ao que é o defeso e suas implicações e de que forma podem contribuir para a preservação do meio ambiente caso obedeçam tal período. Por outro lado, caso os pescadores realmente cumpram com o exigido pelo defeso, precisam mobilizar-se enquanto categoria para exigir que a fiscalização seja feita e os que forem pegos na ilegalidade sejam punidos, contribuindo desta maneira para a manutenção de sua atividade profissional, para a preservação do meio ambiente, e conseqüentemente para que as gerações futuras possam usufruir de tais benefícios. Em outras palavras, isto significa dizer que como os pescadores dependem diretamente do meio ambiente para sobreviverem, nada mais justo que defendam ativamente a sua proteção, de modo que o defeso pode ser um dos instrumentos pelo qual a preservação do ambiente seja possível.

A questão do seguro defeso também foi muito comentada nas associações onde foram feitas as visitas de campo. Assim, na Associação das Mulheres de Pesca e Agricultura da Vila do Pereru, as reclamações que mais foram citadas dizem respeito ao não recebimento do seguro defeso naquela região. A presidente desta associação fez relatos de alguns problemas que a associação tem passado, principalmente com relação à situação do caranguejo que está cada dia mais escasso, em virtude de que como não existe o seguro defeso os catadores não têm respeitado ao período de reprodução dos mesmos, o que acaba contribuindo para que sejam apreendidos e comercializados caranguejos pequenos e a um preço maior.

Outro problema colocado pela referida associação diz respeito aos pescadores de outros municípios que recebem o seguro defeso, isto é, no período em que é proibida a captura dos caranguejos em suas localidades, muitos vão para São Caetano em busca desses animais, já que neste local ainda não existe a implantação do benefício. Em contrapartida, tem pescadores de São Caetano que recebem o seguro em outros municípios. Diante disso, os membros da associação ressaltaram que esta realidade só será alterada com o recebimento do referido benefício, o qual garantirá renda para os catadores no período da reprodução dos animais. Convém mencionar que esse comentário complementa a fala do Sr. Valter apresentada anteriormente a respeito dos cambistas.

Diante dessas informações, pode-se observar que a ausência do seguro defeso na região do Salgado tem proporcionado alguns problemas. Dentre eles podem ser citados os seguintes: a presença dos cambistas, a presença em São Caetano de pescadores de outras regiões onde funciona o referido benefício e a apreensão de espécies no período de reprodução.

Assim, como forma de comentar algumas melhorias que poderão surgir com a implantação do seguro defeso no município, segue a fala do Sr. Valter que apresenta o seguinte:

Porque acontece o seguinte nós não temos condições, assim porque isso aí um curso desse tem que ter gastos, olha é muito difícil conseguir parceria, tem que fazer um projeto no ano pra chegar no outro. Se um dia sair o seguro defeso qualquer colônia do salgado ela vai ter condições, porque vai entrar renda né aí ,vai ter condições de fazer tudo que ela não fez, depende do presidente (Informação verbal).

Nesse relato o respondente refere-se ao fato de a colônia não ter condições financeiras de poder proporcionar a realização de cursos aos pescadores. E nesse caso, o seguro defeso seria uma solução para os problemas financeiros da colônia.

A Sra. Lourdes também contribui para a presente discussão através da fala que segue:

Nós tamo em pleno defeso né do caranguejo e nós tamo tentando é avisar, passar informação, capacitar os pescadores pra que eles fiquem bem capacitado porque se esse defeso chegar agente não quer que fique nenhum pescador do lado de fora sem ganhar o defeso, então nós tamo lutando pra isso. Eles tem que tá todo documentado, tá tudo preparado, não só com suas documentação mais que eles estejam em dias com a colônia e isso não tá acontecendo, quer dizer que tá faltando..., a colônia tá fazendo o papel dela e os pescadores que não tão colaborando, porque eles não acreditam que isso

vai acontecer. Eles não confiam na colônia e não acreditam porque primeiro que muitos pescadores já disseram que eles só acreditam depois que acontecer, aí sim, mas só que quando isso acontecer pra nós não vai ser prejudicado quem vai ser prejudicado são eles porque eles não acreditaram e não se prepararam antes (Informação verbal).

Por meio desse discurso, a respondente deixa bem claro, a luta que os dirigentes da colônia estão tendo para capacitar os pescadores sobre o seguro defeso, pois caso o referido benefício venha a vigorar na região do Salgado os pescadores já estarão devidamente instruídos a respeito da documentação, entre outras questões que deverão ter para pleiteá-lo.

Para finalizar, percebe-se que a presença do seguro defeso na região do Salgado poderá proporcionar novos rumos tanto para a colônia enquanto organização, quanto para os municípios. Além disso, o referido benefício parece ser uma forma pela qual a preservação das espécies seja possível nestas localidades. Porém, levando-se em consideração as colocações apresentadas anteriormente por Marinho (2009), entende-se que para que o processo seja implantado e respeitado são necessárias ações tanto por parte de quem irá fiscalizar a implementação do benefício, quanto por quem irá se beneficiar da sua utilização.

7.8 ÁREA DE ESTUDO

Nesse tópico serão apresentadas algumas características do município de São Caetano de Odivelas/PA, tais como: o histórico, a localização, a economia, a área territorial, a população e a densidade demográfica.

7.8.1 Histórico

Ferreira (2003, p.624) faz o seguinte resumo a respeito do histórico do município de São Caetano de Odivelas/PA:

Os fundamentos históricos de São Caetano de Odivelas estão vinculados à presença de padres jesuítas no período colonial, em região do Rio Mojuim, na zona do Salgado. No ano de 1957, os padres da Companhia de Jesus se instalaram no lugar conhecido por São Caetano, sendo que, em 1760, fundaram uma fazenda à qual denominaram Fazenda São Caetano, ponto de evangelização de povos indígenas. Em 1833, foi criada a Freguesia de São Caetano de Odivelas. O Município foi criado em 1872, sendo devidamente instalado em 28 de agosto de 1874, criando-se a Câmara Municipal. O primeiro prefeito municipal foi o sr. Francisco Antônio da Rocha, que apesar de ser o mais votado, chegou tarde na solenidade de instalação municipal, tendo assumido, em seu lugar o sr. Inácio Manoel Ferreira. Com o estabelecimento do regime republicano foi instalada em 26 de março de 1890 a Intendência Municipal, sendo Intendente local o sr. Antônio Francisco dos Santos. Em 06 de julho de 1895, pela Lei n 324, a sede

municipal foi elevada à categoria de Cidade, sendo instalada em 15 de agosto do mesmo ano. Em 1930, o Município de São Caetano de Odivelas foi extinto e seu território anexado à área dos municípios de Curuçá e Vigia. A restauração só ocorreu em 31 de outubro de 1935. Das manifestações religiosas existentes em São Caetano de Odivelas, destaca-se o Círio de São Caetano, que ocorre no primeiro domingo de agosto na sede do Município, quando são organizados arraiais e leilões. Existe profunda variedade cultural no Município. São Caetano de Odivelas se diferencia dos demais municípios paraenses nas manifestações culturais pela modalidade *Boi de Máscara*, única em todo o Brasil. Dos mais famosos bois se destacam o Boi-Tinga, o Alce e o Caribu. Além dos bois, existem, também, os pássaros. Tem destaque especial o Festival do Caranguejo, que ocorre no mês de dezembro. Nesta festa acontece uma feira que divulga a cultura local, com apresentações de danças folclóricas, sendo a preferida o carimbó.

Através dessa citação, percebe-se que São Caetano de Odivelas/PA foi fundado por jesuítas e que os índios em fase de catequese foram os primitivos habitantes do município. Ele foi criado em 1872, porém extinguiu-se em 1930. Com isso passou a fazer parte dos municípios de Curuçá e Vigia. Voltou a ser município em 1935. Além dessas informações, observa-se que a cidade é palco de festejos religiosos e culturais. Dentre eles, destacam-se o Círio, a modalidade Boi de Máscara e o Festival do Caranguejo.

Fotografia 18 - Pescadores preparando-se para a Procissão marítima do Círio de São Caetano de Odivelas/PA.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Fotografia 19 – Procissão marítima do Círio.

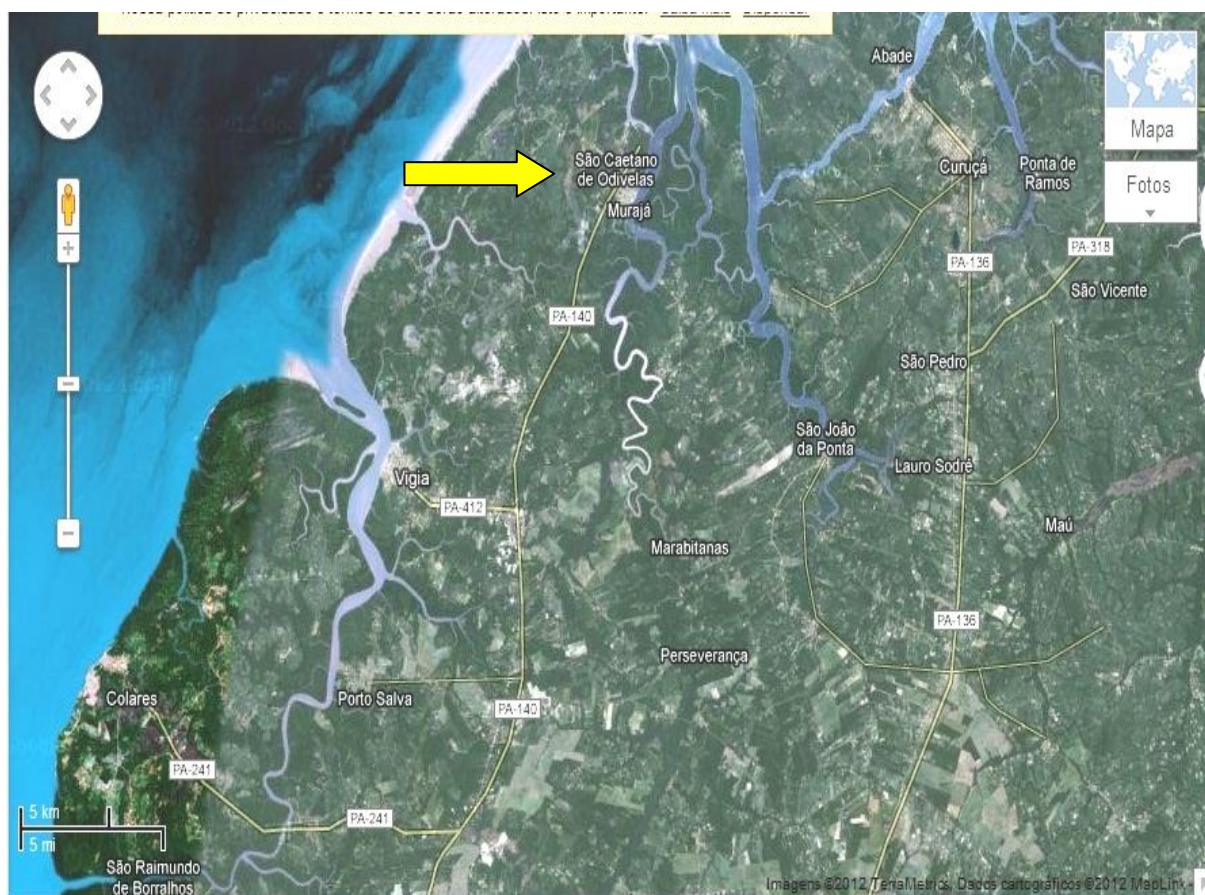


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

7. 8. 2 Localização

O município de São Caetano de Odivelas pertence à Mesorregião Nordeste e à Microrregião do Salgado e fica distante da capital 97 km. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00° 44'33'' de latitude Sul e 48° 01'03'' de longitude a Oeste de Greenwich. Possui ainda os seguintes limites: ao Norte - Oceano Atlântico; a Leste - Municípios de Curuçá, São João da Ponta e Terra Alta; ao Sul e a Oeste - Município de Vigia (INSTITUTO..., 2011, p. 6-7).

Mapa 01 - Localização do Município de São Caetano de Odivelas/PA.



Fonte: Google Earth, 2012. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

7. 8. 3 Economia

O município de São Caetano de Odivelas/PA tem como fonte econômica a agricultura, a pesca e a exportação de caranguejo. É provavelmente o principal fornecedor de caranguejo do Pará com a sua economia fundamentada na extração deste crustáceo e também voltada para a produção de farinha de mandioca e peixes congelados, exportados principalmente para fora do Estado, para a capital e demais municípios (MANESCHY, 1993).

7. 8. 4 Área, população e densidade demográfica

Segundo dados do IBGE, São Caetano de Odivelas/PA possui uma área territorial de 743,453 km², com população urbana composta por 6.958 pessoas e a rural por 9.933 pessoas, totalizando 16. 891 habitantes, além de uma densidade demográfica de 22,72 hab/km².

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que as ações de gestão ambiental da colônia de pescadores Z-04 têm influenciado parcialmente no desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA. Ressalta-se que para chegar a essa conclusão duas questões foram levadas em consideração. A primeira diz respeito ao desenvolvimento local enquanto um processo que pode ser alcançado por meio da presença de um conjunto de pressupostos, de tal forma que se, algum deles não se fizer presente de forma efetiva ou até mesmo estiver ausente, esta situação é considerada um empecilho para que as ações da referida organização possam contribuir de fato para o desenvolvimento do município. Assim, diante dos resultados obtidos através das análises dos discursos, pode-se concluir que é isso que tem acontecido com a organização analisada. Já a segunda questão diz respeito à colônia de pescadores enquanto uma organização composta por pescadores, capatazes e dirigentes, os quais através da realização ou não de suas ações influenciam diretamente no desenvolvimento da colônia e, conseqüentemente no desenvolvimento local do município.

Isso foi possível de ser diagnosticado graças às respostas obtidas com as perguntas da entrevista, o que possibilitou responder de maneira precisa os objetivos específicos e o objetivo geral desse estudo. Assim, pode-se afirmar que a coleta de dados foi primordial para a validade desta pesquisa, em virtude de ter oferecido uma gama de informações imprescindíveis para que as perguntas fossem respondidas com êxito. Da mesma forma atribui-se importância ao quadro teórico, que permitiu as devidas correlações.

Com isso, verifica-se que os todos objetivos específicos da pesquisa foram respondidos, ou seja, para cada um obteve-se resultados alcançados. Assim, como forma de proporcionar uma melhor compreensão a respeito do que foi dito, vale a pena apresentá-los. São eles: 1) Identificar as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela colônia de pescadores Z-04; 2) Definir os pressupostos do desenvolvimento local e 3) Relacionar as ações de gestão ambiental da colônia de pescadores Z-04 com o desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA a partir dos pressupostos.

Com base nos resultados alcançados com a realização desse estudo verificou-se a necessidade de fazer recomendações aos membros da organização estudada, como forma de os mesmos daqui para frente repensarem suas atuações enquanto atores sociais do processo de desenvolvimento local do município de São Caetano de Odivelas/PA. Sendo assim, seguem as recomendações:

a) Para os pescadores, capatazes e dirigentes

Acredita-se que o primeiro passo a ser dado é com relação à conscientização, ou seja, todos os membros da colônia precisam se conscientizar de que são parte integrante do processo de desenvolvimento local e por isso devem assumir-se como tais ao invés de ficarem apontando os culpados por algum erro, pois isso não solucionará as dificuldades, isto é, para que o processo dê certo é preciso que comece de dentro, ou seja, de baixo para cima, com cada um assumindo de fato seu papel. Com isso, cabe o seguinte questionamento: Como é possível haver desenvolvimento local sem que os próprios atores sociais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro?

b) Para os dirigentes

- Promover encontros com os pescadores e capatazes, com o intuito de conversar com eles e ouvi-los no que diz respeito aos seus problemas e as suas reais necessidades. Isso tende a aproximá-los;
- Assumir a responsabilidade de solicitar as reuniões nas capatazias. Nesse caso devem até conversar com os capatazes sobre as melhores datas para a realização das reuniões, porém tal interesse deve partir da direção da colônia;
- Realizar as reuniões nas capatazias e na sede periodicamente. Para tanto, considera-se necessário a elaboração de um cronograma de reuniões, o qual deverá ser divulgado com antecedência a todos os pescadores;
- Realizar seminários de avaliação, pelo menos um a cada semestre, com o intuito de verificar se as ações da organização estão em conformidade com as necessidades dos pescadores e capatazes;
- Promover eventos de integração social, como forma de proporcionar momentos de lazer aos pescadores. Para tanto, caso consigam que os pescadores paguem em dia suas mensalidades, um pequeno percentual deveria ser destinado a esses eventos;
- Incluir em suas rotinas administrativas a figura do planejamento;
- Atuar de forma ativa no que diz respeito à convocação de técnicos dos órgãos competentes para irem ao município fazerem seminários junto aos pescadores. Como exemplo de um órgão pode-se citar a Previdência Social;
- Participar de mobilizações com outras colônias e até mesmo com outras categorias como, por exemplo, a dos agricultores com o intuito de discutirem a elaboração de projetos e propostas de lei que proporcionem melhorias de vida para a categoria;

- Envolver nessa discussão os representantes dos órgãos oficiais e as instituições parceiras;
- Implementar um método que mobilize os pescadores diante dos pagamentos de suas mensalidades em dia, pois foi possível perceber por meio das entrevistas que não há uma cobrança por parte da direção da colônia em relação aos inadimplentes e;
- Incentivar dentre os pescadores uma pessoa que possa se candidatar a deputado, ou até mesmo outro cargo político, de modo que caso este venha a se eleger possa contribuir para a implantação de algumas melhorias para a categoria como, por exemplo, uma política de financiamento para a compra de alguns materiais de pesca. Porém, para isso é necessário que a categoria realmente se comprometa em votar no candidato, pois o número de pescadores associados é suficiente para que esta pessoa possa se eleger.

c) Para os capatazes

- Ajudar os dirigentes na escolha das datas de realização das reuniões nas capatazias, levando-se em consideração o período em que a maioria dos pescadores não está pescando;
- Divulgar com antecedência em suas capatazias os dias de realização das reuniões;
- Apoiar os dirigentes no que diz respeito ao bom desempenho do método que mobilize os pescadores diante dos pagamentos de suas mensalidades em dia e;
- Contribuir com os dirigentes no que for preciso em prol do desenvolvimento da colônia.

d) Para os pescadores

- Pagar suas mensalidades em dia;
- Participar das ações realizadas em suas capatazias e fora dela, tanto fisicamente, quanto através de suas opiniões;
- Procurar estabelecer relações de associação, cooperação e confiança para com os dirigentes da colônia e;
- Contribuir com os capatazes e dirigentes no que for preciso em prol do desenvolvimento da colônia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998.

Disponível em:<

https://www.banconordeste.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Desenvolvimento%20Economico%20Local%20e%20Distribuicao%20do%20Progresso%20Tecnico%20-%20Uma%20Resposta%20as%20Exigencias%20do%20Ajuste%20Estrutural.PDF.

Acesso em: 28 out. 2011.

ANDREOLI, Vanessa Marion. **Natureza e pesca**: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.pgsocio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2007/VANESSAMARION.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

ANTUNES. Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BARBIERI. José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAVA, Silvio Caccia. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, [São Paulo], v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_07.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **Gestão ambiental em bacias hidrográficas**: um estudo de caso dos mananciais do Utinga-PA (Bacias dos Igarapés Murutucum e Água Preta). 1999. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

_____. Gestão ambiental no estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Gestão ambiental**: desafios e experiências municipais no estado do Pará. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p. 117-126.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Brasília, 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15174.htm>. Acesso em: 03 jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993. Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, altera a redação de dispositivos da Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-8746.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Belém, 1995. Disponível em: <<http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/elei5887-95.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 04 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 01 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11699.htm>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BRASIL. Portaria nº 471, de 26 de dezembro de 1973. Defini as colônias de pesca como Sociedade Civil, porém subordinadas aos órgãos públicos, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores. Brasília, 1973. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=abreLegislacaoFederal&chave=50674&tipoLegis=A>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

BRASIL. Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/ciesp/conteudo/conama_237.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.

BRITO, Lydia Maria Pinto. Desenvolvimento local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABEPRO, 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_6797.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2010.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, [Novo Hamburgo], n. 9, p. 103-136, 2000. Disponível em: <http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf>. Acesso em: 14 out. 2010.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860/4986>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

CAMPOS, Antônio João Teixeira. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 231-242. (Coleção Eduardo Galvão).

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011.

_____. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a Investigação. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 2, p.1-14, dez./2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2011.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.679-84, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução á teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COLOMBO, Silvana Brendler. **O princípio da precaução no direito ambiental**. Caxias do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/direitoambiental.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.1-23, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a06.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983 (Ensaio 94).

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139-154, mar./2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Pará e seus municípios**. 20. ed. Belém, 2003.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. **Sequência**, Paraná, v. 23, n. 45, p. 97-122, dez./2002. Disponível

em:<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15317/13912>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

IBGE Cidades. São Caetano de Odivelas - PA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 maio 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. Estatística Municipal: São Caetano de Odivelas. Belém, 2011. Disponível em: <http://www.sie.pa.gov.br/sie/paginas/Estatistica_Municipal/pdf/sCaetano.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental**: um enfoque no desenvolvimento sustentável. [Vale do Itajaí], 2004. Disponível em: <<http://www.gestopolis.com/canales3/ger/gesamb.htm>>. Acesso em: 10 maio. 2011.

LIMA, Ronaldo Jorge da Silva. Caracterização do processo de licenciamento ambiental no estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda. **Gestão ambiental**: desafios e experiências municipais no estado do Pará. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p.161-168.

LOCKE, Richard M. Construindo confiança. **Econômica**, [S.I.], v. 3, n. 2, p.253-281, dez./2001. Disponível em:<http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.3_N.2_DOSSIER_1_Locke.pdf>. Acesso em: 23 out. 2010.

LOURENÇO, Celeste Ferreira; HENKEL, Jimnah de Almeida e Silva; MANESCHY, Maria Cristina Alves. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil**: estudo de caso no Pará. Belém, 2006. Disponível em: <http://icsf.net/icsf2006/uploads/publications/monograph/pdf/english/issue_37/ALL.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito ambiental brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MALDONADO, Simone Carneiro. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (Org.) **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p.59-68.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias, técnicas e relações sociais de produção na captura do caranguejo. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de (Org.). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 19-62. (Coleção Eduardo Galvão).

MANESCHY, Maria Cristina; ALMEIDA, Marineide Pereira de. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.); prefácio de Maria Conceição D'Incao. **No mar, nos rios e na fronteira: fases do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, p. 49-82.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista Coletiva**, [Belém], n. 1, p. 1-7, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=12&Itemid=76&idrev=2>. Acesso em: 21 dez. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINHO, Marcos dos Santos. Pesca artesanal, defesos de pesca e unidades de conservação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 1., 2009. São Paulo. **Resumos ...** São Paulo: Universidade de São Paulo. Núcleo de Estudos de Etnologia Indígena, Meio Ambiente e Populações Tradicionais, 2009. Disponível em:<http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/i_enadir_2009/gts/papers/GT4/GT4%20Marcos%20dos%20Santos%20Marinho.pdf>. Acesso em: 04 jul.2011.

MARTINS, Sérgio Oliveira Martins. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande/ MS, v. 3, n. 5, p. 51-59, set./ 2002. Disponível em:<http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_sergio_martins.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

MAURO, Cláudio Antônio de. Questões ambientais dos municípios. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Gestão ambiental: desafios e experiências no estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p.13-38.

MELLO, Alex Fiúza de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: MPEG, 1985.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: IV CONFERÊNCIA REGIONAL ISTR-LACP, 2003, San José, Costa Rica. Disponível em: <
<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **De homens e peixes**: a metamorfose da vida na água. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

_____. **Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

MOURA, M. C; TEIXEIRA, W. F. **Lagoa do Piató**: Fragmentos de uma história. Natal: CCHLA, 1993. (Coleção Humanas Letras, nº 8).

OS MANGUES do rio Mojuim, São Caetano de Odivelas vive da pesca e da coleta de caranguejo. **Ver-o-Pará Amazônia**, Belém, n. 15, não paginado, jul./set. 1999.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. (Coleção Ambiental;1).

PINHO, Paulo Maurício; PEREIRA, Antônio Maria. Gestão ambiental integrada de resíduos sólidos no estado do Pará, Programa Pará URBE. In: ROCHA, Gilberto de Miranda. **Gestão ambiental**: desafios e experiências municipais no estado do Pará. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007. p.181-189.

POTIGUAR JUNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Os movimentos sociais em comunidades pesqueiras na Amazônia: um estudo na ilha de Caratateua, Belém, PA. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002. Ouro Preto, Minas Gerais. **Anais...** Ouro Preto, Minas Gerais: MPEG, 2002. Disponível em:<
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Potiguar_texto.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.

REIS, Maurício José Lima. **ISO 14000** – Gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Desenvolvimento sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v.17, n. 2, p. 69-87, jul./dez. 1997. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4313/3779>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Jefferson Marçal da. A Gestão dos recursos naturais: uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do “lugar”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002. Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, SP: ANPPAS, 2002.

ROCHA, Rossilan M. da et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste paraense. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Belém: UNAMAZ, NAEA/UFPA, 1996. p. 437-499. (Série Cooperação Amazônica, 17).

SERRA, Maurício Aguiar; FERNADEZ, Ramón Garcia. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.2, p.107-131, jul./dez.2004.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2009.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em:< <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/210/207>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Renato Santos de. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **READ**, Santa Maria/RS, v. 8, n. 6, p. 1-22, nov./dez. 2002. Disponível em< http://www.read.ea.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_82.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

TOZI, Shirley Capela. **Municipalização da gestão ambiental**: situação atual dos municípios do estado do Pará. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <<http://www3.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2006/Shirley%20Tozi.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9637.htm>. Acesso em: 05 nov. 2010.

CHAVES, Leticia do Socorro Lobato; SILVA, Wellem Pablo Lima da. **Análise de viabilidade de estruturas organizacionais para catadores de caranguejo no município de São Caetano de Odivelas-Pará**. 2007. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração-Gestão Ambiental) - Instituto de Estudos Superiores da Amazônia, Belém, 2007.

DOCUMENTO das Organizações Sociais Civis Técnicas e Ambientalistas. In: ECOLATINA 2000 - FORUM DAS ONGs AMBIENTALISTAS, 2., [2000], Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.imoveisvirtuais.com.br/organizacaoessociais.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico – prática**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.(Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, Natércia Nascimento de Oliveira; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Gestão ambiental empresarial**. 2007. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/199/1/2007_NaterciaOliveiraSilva.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista à diretoria da Colônia de Pescadores Z-04

- 1- Quanto tempo você trabalha na colônia?
- 2- A diretoria da colônia é formada por quantas pessoas?
- 3- Quais os cargos administrativos que existem na colônia?
- 4- De quanto tempo é o mandato da presidência da colônia? O atual mandato termina quando?
- 5- Pode haver reeleição?
- 6- Quem pode votar durante a eleição?
- 7- Quais os requisitos pra ser candidato?
- 8- Além da pesca você desenvolve outra atividade?
- 9- Você é remunerado pelo cargo que exerce na colônia?
- 10- Quantos pescadores associados têm na colônia?
- 11- Eles pescam somente em São Caetano?
- 12- Porque o seguro defeso ainda não foi implantado em São Caetano?
- 13- Os pescadores pescam o ano todo ou respeitam o período do defeso?
- 14- Há controvérsias quanto ao período do defeso?
- 15- A colônia promove cursos para os seus associados?
- 16- Tais cursos são promovidos por iniciativa própria da colônia ou por solicitação de algum órgão?
- 17- Dê exemplos de cursos que a colônia promoveu.
- 18- Esses cursos ajudam de alguma maneira na preservação do meio ambiente?
- 19- Além dos cursos há alguma ação que a colônia promova com o objetivo de preservar o meio ambiente?
- 20- Quando têm esses cursos e/ou ações os pescadores participam em grande quantidade?
- 21- Vocês conseguem apoio de algum órgão para a realização desses cursos e/ou ações?
- 22- Após a realização dos mesmos é feita alguma fiscalização pra saber se os pescadores estão colocando em prática o que aprenderam?
- 23- Você acha que tem alguma relação entre a colônia e o desenvolvimento local de São Caetano?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aos pescadores sócios e capatazes da Colônia de
Pescadores Z-04

- 1- Você é pescador há quanto tempo?
- 2- Na sua família há mais alguém que pratica a pesca?
- 3- Qual é o tipo de pesca que você pratica?
- 4- Você desenvolve outra atividade além da pesca?
- 5- Há quanto tempo você é associado à colônia?
- 6- A colônia é presente em sua capatazia? Se sim, como ela se faz presente?
- 7- A colônia realiza alguma ação em defesa do meio ambiente? Se sim, cite algumas.
- 8- Você participa dessas atividades? Você acha importante participar?
- 9- Você considera a colônia preocupada em defender seus direitos e interesses enquanto organização responsável por isso em nível local? Se sim, o que ela faz?
- 10- Na sua opinião, qual a importância que a colônia dá para a preservação do meio ambiente?
- 11- Você acha que a degradação do meio ambiente causou algum impacto em sua profissão? Se sim, cite algumas mudanças que ocorreram na pesca desde o início de sua profissão.
- 12- Você considera a pesca uma atividade importante para o desenvolvimento de São Caetano? Por quê?
- 13- Como ela poderia contribuir mais?
- 14- Como é a relação dos pescadores com a colônia?
- 15- Você sabe se a colônia tem apoio de alguma instituição governamental e/ou não governamental?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo na divulgação das minhas imagens e falas coletadas através de entrevistas aplicadas pela pesquisadora Camila Broer Dieguez Silva, para o projeto “Gestão Ambiental: uma análise das ações da Colônia de Pescadores Z-04 enquanto ator social do processo de desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA” do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Assinatura

São Caetano de Odivelas/PA, _____ de _____ de _____